



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **Diário da Sessão**

**VIII Legislatura**

**Número: 28**

**II Sessão Legislativa**

**Horta, Quinta-Feira, 24 de Novembro de 2005**

**Presidente:** *Deputado Fernando Menezes (Substituído no decorrer da Sessão pelo Vice-Presidente, Deputado Costa Pereira)*

**Secretários:** *Deputados António Loura e Cláudio Lopes (substituído no decorrer da Sessão pelo Sr. Deputado Mark Marques)*

### **Sumário**

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 20 minutos.*

#### **Agenda da Reunião:**

1º - Continuação da discussão das **Propostas de Decreto Legislativo Regional - “Plano Anual e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2006”**.

Intervieram no debate destes diplomas os Srs. Deputados Manuel Avelar (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Piedade Lalandia (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Osório Silva (*PS*), António Ventura (*PSD*), Jaime Jorge (*PSD*), Henrique Ventura (*PS*), António Toste (*PS*), António Pedro Costa (*PSD*), Hernâni Jorge (*PS*), Herberto Rosa (*PS*), Cláudio Lopes (*PSD*), e Paulo Gusmão (*Indep.*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*), do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*) e o Sr. Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*).

Fizeram intervenções finais os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Clélio Meneses (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Carlos César*).

Submetidas à votação, as Propostas de Decreto Legislativo Regional, Plano Anual e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2006, foram aprovadas por maioria, na generalidade, especialidade e em votação final global.

**2º - Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 2/2005/A, de 9 de Maio (Estatuto do Pessoal dirigente da Administração Regional da R.A.A.)”.**

Após a apresentação feita pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), intervieram no debate os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*) e José Manuel Bolieiro (*PSD*).

Submetida à votação a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por maioria, na generalidade, especialidade e em votação final global.

**3º - Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Revoga a alínea b) do artigo 6º do Decreto Regional nº 8/77/A, de 17 de Maio, na redacção dada pelo Decreto Legislativo Regional nº 19/86/A, de 19 de Agosto que atribui o direito à habitação fornecida pela Região aos assessores”.**

No debate deste diploma usaram da palavra os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*) e José Manuel Bolieiro (*PSD*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Submetida à votação, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade, na generalidade, especialidade e em votação final global.

**4º - Pedido de autorização para que a Sra. Deputada Maria da Piedade Lalanda Mano preste depoimento, na qualidade de testemunha.**

O relatório da Comissão foi aprovado por unanimidade.

**5º - Finalmente foi aprovado por unanimidade uma Proposta de Deliberação que declara findo o plenário de Novembro**, apresentada pela Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

*(Os trabalhos terminaram às 20 horas e 40 minutos)*

---

**Presidente:** Muito bom dia Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo.  
Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada dos Srs. Deputados.

*(Eram 10 horas e 20 minutos)*

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:*

***Partido Socialista (PS)***

**Alberto da Silva Costa**

**Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**António José Tavares de Loura**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa**

**Fernando Manuel Machado Menezes**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Guilherme de Fraga Vicente Nunes**

**Hélder Guerreiro Marques Silva**

**Henrique Correia Ventura**

**Hernâni Hélio Jorge**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

**José de Sousa Rego**

**José Gabriel Freitas Eduardo**

**José Gaspar Rosa de Lima**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**Lizuarte Manuel Machado**

**Lubélia Maria de Melo Figueiredo Chaves**

**Manuel Avelar Cunha Santos**

**Manuel Herberto Rosa**

**Manuel Soares da Silveira**

**Maria Fernanda da Silva Mendes**

**Maria Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano**

**Mariana Rego Costa de Matos**

**Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral**

**Nuno André da Costa Soares Tomé**

**Osório Meneses da Silva**

**Rogério Paulo Lopes Soares Veiros**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Alberto Abílio Lopes Pereira**

**António Pedro Costa**

**António Augusto Batista Soares Marinho**

**António Lima Cardoso Ventura**

**António Maria da Silva Gonçalves**

**Cláudio José Gomes Lopes**

**Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses**

**Jorge Alberto da Costa Pereira**

**Jorge Manuel de Almada Macedo**

**José Manuel Avelar Nunes**

**José Fernando Dinis Gomes**

**Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte**

**Mark Silveira Marques**

**Pedro António de Bettencourt Gomes**

**Sérgio Emanuel Bettencourt Ferreira**

**Victor do Couto Cruz**

***Partido Popular (PP)***

**Artur Manuel Leal de Lima**

**Presidente:** Estão presentes 46 Srs. Deputados.

Pode entrar o público.

Srs. Deputados, vamos dar continuidade ao debate das Propostas de Decreto Legislativo Regional – “Plano Regional Anual e Orçamento da Região Autónoma dos Açores, para o ano de 2006.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

**Deputado Manuel Avelar (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O desenvolvimento da nossa Região possa também pelo Sector da Saúde, promovendo-a e prevenindo a doença cujos efeitos se reflectirão no campo individual, familiar e social dos Açorianos.

A estratégia para a área em apreço aprovada nesta Assembleia desenvolve-se através de variadas medidas e acções com a intenção de concretizar os objectivos propostos, passando a construir alterações qualitativas na prestação de cuidados de saúde de todos os Açorianos.

Neste sentido o Orçamento para o ano 2006 reforçou a dotação do serviço Regional de Saúde em 4%, o total de despesa com a Secretaria Regional de Assuntos Sociais atinge um valor comparativamente mais significativo que no ano anterior, passando de 17,4% do Orçamento de 2005 para 19,1% no Orçamento de 2006.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No Plano de Investimento para 2006 agora em debate no que respeita ao desenvolvimento das infra-estruturas de saúde, dar-se-á um grande impulso com a aquisição dos terrenos destinados à construção do novo Hospital de Angra do Heroísmo e dos Centros de Saúde da Madalena, Ponta Delgada e Santa Cruz da Graciosa cuja dotação orçamental atinge os 4200.000 (quatro milhões e duzentos mil euros).

Obras que se desenvolverão ao longo da legislatura e terão um grande impacto não só nos concelhos em que se vão desenvolver mas também a nível Regional.

No que respeita ao Projecto de Remodelação e Ampliação de Unidades de Saúde a dotação atinge os 3.488.500 (três milhões quatrocentos e oitenta mil e quinhentos

euros) sendo de destacar as intervenções específicas no Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, Hospital da Horta – Reconstrução do Bloco C e Centros de Saúde de Santa Cruz das Flores e da Calheta.

A Remodelação e Ampliação das Casas de Saúde existentes na Região, tendo em vista o aumento da capacidade de internamento e a melhoria dos serviços na área da Saúde Mental, visando reforçar o apoio da Região à iniciativa privada com responsabilidades pela prestação de cuidados de Saúde nesta área.

As obras no Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa decorrem a bom ritmo, sendo de esperar que no ano 2006 fiquem concluídas, dando assim uma maior qualidade aos utentes e prestadores de cuidados de saúde.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Projecto Apetrechamento e Modernização está contemplado com 3.053.195€ (três milhões, cinquenta e três mil, cento e noventa e cinco euros) visando apetrechar os novos serviços, procedendo-se também à substituição de equipamentos considerados já desadequados, no sentido de melhorar a resposta dada em cada serviço a todos os utentes.

A contínua actualização dos profissionais de saúde, nomeadamente nos internatos médicos, novas especializações em enfermagem e nos técnicos de diagnóstico e terapêutica é uma aposta no sentido de contribuir para a melhoria da prestação dos cuidados de saúde dos Açorianos.

Implementar a qualidade e melhoria da cobertura assistencial aos Açorianos através de várias medidas, sendo de salientar que nos últimos dez anos aumentou o número de médicos nos Centros de Saúde, embora se saiba que ainda não é o suficiente, deve prosseguir-se com este empenhamento no sentido da cobertura com Médico de Família a todos os Açorianos.

Também aumentou significativamente o número de enfermeiros e outros técnicos da área da Saúde o que visivelmente veio melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na área da prevenção e tratamento das toxicodependências é intenção do Governo desenvolver parcerias com Autarquias Locais, Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras associações para o desenvolvimento de acções neste domínio para o efeito com uma dotação de 850.000 euros no Plano de 2006.

As Tecnologias de Informação na área da saúde são um grande desafio estratégico e essencial à modernização do sector, assim sendo continuar-se-á com a informatização integral do sistema de Saúde e a sua capacidade de realizar Teleconsultas, contando esta acção com um valor superior a dois milhões de euros.

Estamos pois, certos que com este Plano e Orçamento no domínio da Saúde o Governo Regional dos Açores está a reforçar a coesão social e a melhorar a qualidade de vida dos Açorianos.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

”É um estado de completo bem-estar físico, psíquico e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade“. Esta é a definição de Saúde da Organização Mundial de Saúde

Lamentavelmente, não é este o estado do nosso Serviço Regional de Saúde, que está doente.

O diagnóstico do Serviço Regional de Saúde está feito. Estão identificados os objectivos, as deficiências e seriadas as várias soluções e prioridades estratégicas.

A ideia de saúde para todos impõe projectos de inclusão para as pessoas mais carenciadas, como os idosos, ou aquelas que integram famílias de menores rendimentos. É urgente aumentar a confiança dos açorianos na sua rápida e justa acessibilidade aos cuidados de saúde a prestar pelo Serviço Regional de Saúde.

Ao fim de oito anos de governação socialista, a herança que o Secretário Regional dos Assuntos Sociais recebeu neste IX Governo Regional não é tranquilizadora.

Aliás, o apelo que naturalmente recebeu, no dia do convite para integrar o Governo Regional, foi sobretudo para empreender com urgência uma profunda reforma e muitas mudanças. Por isso, a exigência de uma nova política para a saúde nos Açores devia ter sido, desde o início, estimulante e actuante. Eficácia é fazer as coisas no seu momento adequado. É não deixar passar esse momento. A política de saúde nunca pode abandonar ou perverter a sua finalidade essencial: garantir a cada cidadão e à sociedade civil uma constante aproximação dos serviços de saúde da excelência.

”A política não é administração, mas configuração, esboço das condições da acção humana, abertura de possibilidades“ ”Para descobrir a oportunidade é preciso trabalho, imaginação e valentia (...). As acções dão validade às ideias e não o contrário.“

Citei um filósofo cujos pensamentos nos conduzem à desilusão que continua a ser a inércia da política de saúde de mais este Governo Regional do PS.

Aliás, na área da saúde, o comportamento dos três governos regionais socialistas têm contrastado com o imediato impulso reformador do Governo do Eng.º José Sócrates. O Governo Regional, ao longo de nove anos de permanência no Poder tem-se limitado a lançar dinheiro aos problemas, fazendo da cosmética orçamental o seu modo de agir, através dos artificios do ”leasing“, do ”factoring“, dos avales, das dívidas directas e indirectas, da Saudaçor, SA., sem, no entanto, ter conseguido reformar com sucesso nada de especial.

Na altura do debate e votação do Programa do IX Governo Regional dissemos que não confiávamos na fragilidade do seu programa. Depositámos expectativas na experiência profissional e na capacidade de resistência do actual Secretário Regional. Não esperávamos milagres. Esperávamos o urgente e o necessário. Porém, estamos confrontados com a indecisão, com a irrealização. Estamos decepcionados.

Nem uma iniciativa legislativa relevante foi proposta. O Estatuto do Serviço Regional de Saúde continua tal como está, isto é, mal. Passados mais doze meses de governação – O PS já tem 9 anos de governo – e continuamos sem a necessária nova



configuração para o Serviço Regional de Saúde, que nos traga mais eficiência, qualidade e confiança no sistema.

Foram anunciados compromissos com potencial de mudança. No entanto, a actual omissão tem, na declarada falta de meios necessários, a sua desculpa, que não colhe. ” A política consiste em fazer o que se puder com o que se tiver“.

Verdadeiramente desconhecemos decisões políticas com objectivos reformadores. Afinal, que decisões e que políticas de mudança concretizou já o Secretário Regional dos Assuntos Sociais, para cumprir o que prometeu?

São os cidadãos que esperam anos por uma intervenção cirúrgica. Em Ponta Delgada, por exemplo, espera-se mais de três anos por uma intervenção cirúrgica à anca.

São os cidadãos que aguardam, nas listas de espera, meses por uma consulta ou por meios complementares de diagnóstico e terapêutica. Na Horta, esperam-se cerca de dois anos para fazer um TAC.

São os cidadãos que não têm médico de família. Como nos dizia um cidadão: ”comê nã há médico de familia“.

*(Risos das bancadas do PSD e PP)*

**Deputado Nuno Tomé (PS):** É isto que dignifica a Assembleia!

**O Orador:** São os profissionais de saúde que, nos Hospitais e nos Centros de Saúde, são inapelavelmente confrontados com a avalanche de problemas que se amontoam sem solução, e se sentem eles próprios incapazes. Os cuidados primários de saúde são a principal porta de entrada e o primeiro ponto de contacto do utente com o serviço regional de saúde. Em 2004, o Senhor Secretário Regional dos Assuntos Sociais, disse: ”Para o desenvolvimento do Sistema Regional de Saúde caminhamos para promover reformas que contribuam para a melhoria da acessibilidade e qualidade dos cuidados de saúde e na aposta na formação contínua, actualização, diferenciação técnica e motivação a todos os profissionais de saúde independentemente das suas carreiras e categorias“. Acabei de citar.

Afinal, a verdade é que em cada três açorianos um não tem médico de família. Nada de realmente eficaz e com urgência foi realizado para resolver esse grave problema. A verdade é que o sistema ainda não privilegiou a função do clínico geral - médico de família - como o orientador do utente do SRS no seu acesso aos cuidados de saúde diferenciados.

As listas de espera, que fazem desesperar os utentes, só podem ser combatidas com sucesso através do recurso à contratação privada, mas também com a oferta consolidada de consultas de especialidade nos hospitais.

Afinal, quantas consultas por especialidade e por unidade hospitalar são oferecidas aos utentes?

Desesperamos na espera de decisões e de acções.

Anunciaram-se medidas para motivar os profissionais de saúde. Que medidas foram concretizadas? Que incentivos foram promovidos, ao nível dos médicos de família, para subir a produtividade em actos médicos e no número de utentes nas suas listas? A cobertura universal não fica realizada apenas pelo aumento do número de médicos de família, mas também pelo aumento da produtividade, devidamente compensada.

Em 2004, foram anunciadas propostas de implementação do Plano Integrado de Promoção da Saúde e Prevenção; da Carta Hospitalar; da Carta de Equipamentos de Saúde; do Projecto da Emergência Médica; da Centralização das Compras para as Unidades de Saúde, de modo a reduzir os custos; da Política para os Medicamentos Genéricos e sua implementação nas farmácias dos Açores, nos Hospitais e nos Centros de Saúde, mas nada sabemos delas, porque nada de decisivo foi até hoje concretizado.

Não se divulgou qualquer avaliação à acção das Unidades de Saúde de Ilha. Afinal a reforma administrativa neste sector ainda não passou do primeiro e inseguro passo. E porquê? Talvez porque também os próximos passos não são seguros ou porque o modelo não é satisfatório e não o querem reconhecer agora. Lamentavelmente, continuamos, em algumas Unidades de Saúde, a ter Serviços de Urgência sem médico, nem enfermeiro de presença física.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** É um exemplo!

**O Orador:** E onde pairam as intenções, tantas vezes propagandeadas, do Presidente do Governo Regional de rever o Estatuto do Serviço Regional de Saúde? Já vamos no quinto Secretário Regional da Saúde, em nove anos de governos socialistas, uma média de um ano e oito meses por governante. Mas, para um tão acelerado ritmo de mudança de governantes, temos, por contraponto, uma lenta tomada de decisões políticas capazes de resolver problemas concretos. O Presidente do Governo já reconheceu a doença do Serviço Regional de Saúde. Uma confissão de responsabilidade desresponsabilizante, como se não fosse seu dever já ter encontrado soluções para velhos problemas.

Com tantos problemas, velhos e novos, e com tanto por fazer, este decepcionante Plano para 2006 surpreende-nos negativamente com a prevista redução de verbas no Programa de Desenvolvimento de Infra-Estruturas e do Sistema de saúde. Afinal, o anunciado maior Plano de sempre é, relativamente à Saúde, mais pequeno, comparativamente com o Plano que lhe é imediatamente anterior. Penosa e lamentavelmente, o Governo Regional confessa que a Saúde não é a sua prioridade política.

Disse.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

*(Pausa)*

Está inscrita apenas a Sra. Deputada Piedade Lalanda, a quem dou a palavra.

**(\*) Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era só para completar a definição que o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro utilizou do que é a saúde e disse que era o estado completo de bem-estar físico, psíquico e social e citou o OMS, mas citou a OMS de 1996.

Depois disso já houve uma nova definição e acho que ela é importante, porque é “um permanente equilíbrio instável na relação com o meio ambiente e o meio social”, ou seja, nós não podemos pensar a utopia do bem-estar...

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Não contradisse nada do que eu disse.

**A Oradora:** Isso é uma definição de saúde que está nos livros.

É uma definição de bem-estar em permanente equilíbrio instável na relação com o meio ambiente e com o meio social.

Portanto, a saúde ideal é contextualizada na nossa realidade e penso que o senhor esquece um bocadinho também a realidade social em que está inserido.

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** *Muito bem!*

**José Manuel Bolieiro (PSD):** Eu não vou para Rabo de Peixe!

**Deputado Nuno Amaral (PS):** Porquê? Olhe que é uma herança que nos deixou.

**Presidente:** Não havendo mais esclarecimentos, dou a palavra para uma intervenção à Sra. Deputada Piedade Lalanda.

*(Neste momento o Sr. Presidente foi substituído na mesa pelo Vice-Presidente, Deputado Costa Pereira)*

**Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano para 2006 concretiza os cinco principais eixos de desenvolvimento propostos, como objectivos, no Programa do IX Governo Regional, da responsabilidade do Partido Socialista: Qualificar os recursos humanos; Aumentar a Produtividade e a Competitividade; Reforçar a Coesão Social; Incrementar o Ordenamento do Território e Afirmar os Sistemas Autónomo e da Gestão Pública.

No entanto, podemos dizer que este Plano possui um objectivo central, transversal a todos os outros e subjacente aos diferentes programas e acções: **Promover e concretizar a coesão.**

### **Coesão que se pretende política, económica e, sobretudo, social.**

**Coesão política**, porque se valoriza a Região Autónoma dos Açores, apoiando o desenvolvimento de todas as ilhas, em particular das mais pequenas, menos populosas e mais envelhecidas, prevenindo desta forma a entropia que este contexto geográfico e demográfico pode criar. **A coesão na diversidade e na pluralidade constitui um desafio regional** e implica conjugar, ao nível das diferentes políticas, a acessibilidade aos recursos, a mobilidade, a complementaridade nas respostas e a subsidiariedade nas soluções.

Temos consciência de que os Açores são uma região de nove ilhas, logo, o seu desenvolvimento tem de, simultaneamente, contribuir para a unidade regional, afirmando a Região como um todo no exterior, e desenvolver localmente cada uma das ilhas, respeitando a diversidade e as potencialidades próprias.

**Coesão económica**, uma vez que o desenvolvimento diferenciado implica medidas de apoio económico, que minimizem as dificuldades inerentes à dispersão geográfica, como se pretende ao subsidiar, entre outros, o transporte de um conjunto de bens essenciais através do Fundo Regional de Coesão.

Esta diferenciação positiva que abrange não apenas as actividades económicas, mas o reforço de acções de carácter social, educativo e cultural, contribui para uma nova visão do arquipélago, introduzindo recentemente na linguagem dos políticos a categoria, “ilhas da coesão”. Com esta política de investimento diferenciado aproximam-se populações insulares que partilham, no arquipélago, dificuldades semelhantes.

O espírito que preside a estas intervenções, de apoio às ilhas com mais dificuldades, é o mesmo que sempre orientou as políticas sociais, de carácter económico, que visam promover a inclusão dos grupos sociais mais fragilizados. A criação do Complemento Regional de Pensão e o Apoio na compra de medicamentos, para os idosos, ou o Rendimento Social de Inserção para as famílias carenciadas, são medidas de intervenção social que visam, acima de tudo, contribuir para a inclusão dos grupos sociais mais fragilizados, combatendo a exclusão e reforçando a coesão social.

Qualquer medida que fomente a coesão insere-se numa acção política de dimensão social.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

**Não há coesão apenas económica ou política. A coesão é sempre social.** Ninguém perspectiva a coesão se, antes, não reconhecer a existência de situações de afastamento, isolamento ou ruptura dentro da sociedade, que pretende reabilitar. Não pode haver desenvolvimento equilibrado, à custa do abandono de alguns grupos sociais, de algumas ilhas, ou do aumento das desigualdades sociais.

Neste sentido, e porque os governos do Partido Socialista não fazem das políticas sociais um refúgio de consciência, nem as utilizam como expressão de um assistencialismo que só gera exclusão, mas sempre foram obreiros na sua aplicação e concretização, defendendo a cidadania como um direito, este plano, à semelhança dos anteriores, reforça o investimento em mecanismos de correcção das desigualdades sociais que atingem diferentes grupos de cidadãos.

Cabe-me a tarefa de vos apresentar algumas dessas acções cujo principal objectivo, é, como se disse, contribuir para a inclusão social, reforçando a coesão, e, por essa via, reduzir as injustiças e as desigualdades sociais.

Comecemos por realçar **as infra-estruturas** que têm vindo a ser criadas e construídas nos diferentes concelhos dos Açores, destinadas aos idosos, às crianças e jovens, às pessoas portadoras de deficiência, às famílias de um modo geral.

Destaque-se neste Plano, no que toca aos idosos:

- A construção do Lar da Sta. Casa da Misericórdia da Lagoa, num total 1,6 milhões de euros;
- A reconstrução do recolhimento de S. Gonçalo em Angra, com uma verba de 1,4 milhões de euros;
- A remodelação dos lares de idosos da Madalena, de Vila Franca do Campo e da Povoação, num total de 750 mil euros.

Ao nível da infância e da juventude é de registar o investimento previsto para:

- A construção dos Centros de Actividades Ocupacionais, vulgarmente conhecidos por CAO, em Vila Franca, no Nordeste e na Praia da Vitória, num total de 2 milhões de euros;

- A remodelação de diferentes edifícios destinados a creches e Jardins de Infância, alguns em fase de conclusão, como as creches na Fajã de Baixo, Angra, Terra Chã e Lajes das Flores, que representam quase 2,25 milhões de euros, e outros em fase de projecto, no Pico da Pedra, Capelas e Piedade dos Arrifes, com uma verba inscrita de 1,25 milhões de euros.

- Há ainda a registar o apoio à criação de equipamentos destinados a Actividades de Tempos livres, nomeadamente no Nordeste, na Serra de Santiago, em Angra e na Candelária do Pico, num total de 650 mil euros.

Este investimento infraestrutural, em equipamentos sociais, representa 10,3 milhões de euros, ou seja, 84 % da verba inscrita no programa 17, destinado ao Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social que totaliza 12,3 milhões de euros para 2006. De salientar a introdução neste programa de 2 milhões de euros destinados ao melhoramento dos serviços de segurança social.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ficáramos à porta das políticas de solidariedade social, se considerássemos a intervenção do Governo Regional limitada aos projectos de construção de infra-estruturas.

Falar de solidariedade ou de políticas sociais implica considerar as **políticas de proximidade**, ou seja, não bastam as infra-estruturas que acolhem os utentes, são necessárias acções que aumentem a autonomia dos grupos mais fragilizados e reforcem a sua capacidade de inserção social.

Neste sentido há a destacar o esforço financeiro que tem sido desenvolvido pelos governos do Partido Socialista, ao nível do apoio aos idosos, através da introdução do Complemento Regional de Pensão, medida que no ano de 2005 (até Setembro), beneficiou mais de 37.700 utentes, numa verba superior a 1,3 milhões de euros.

Para além deste apoio, o Governo comparticipa na aquisição de medicamentos. No ano de 2004 esta medida representou 237 mil euros para um total de 3453 utentes.

Mas não basta “dar dinheiro”, alguns dizem mesmo “atirar dinheiro” para os problemas. O objectivo principal das medidas de política social é combater a exclusão social, problema estrutural que impede a cidadania activa e dificulta o acesso aos bens e serviços.

E, em situação de exclusão social, dimensão que, como todos sabemos, ultrapassa o conceito de pobreza material, estão sem dúvida as crianças vivendo em agregados numerosos, os idosos, as famílias monoparentais, sobretudo as mulheres com filhos e as pessoas sós, principais beneficiários do rendimento social de inserção. Esta não é apenas uma medida de ajuda económica, mas uma resposta de solidariedade, que aposta nas competências dos beneficiários, para os ajudar a sair do contexto de exclusão em que vivem, nomeadamente fomentando a escolarização, apoiando o pagamento de rendas, libertando as famílias de alguns constrangimentos que bloqueiam a sua capacidade de ultrapassar a situação de carência. Esta medida que em Janeiro de 1999 beneficiava quase 30.000 pessoas, hoje (dados de Junho de 2005) dá resposta a 16.916, para um total de 4767 titulares, o que representa uma quebra de mais de 43 % dos beneficiários, sinal da eficácia desta medida.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Combater a exclusão social é sem dúvida uma tarefa complexa e gigantesca que tem vindo a ser concretizada através do reforço do número de equipamentos sociais, em parceria com as instituições de solidariedade social. Refira-se a propósito que os acordos de cooperação entre o Governo Regional e as IPSS passaram de 121, em 1996, para 206 em 2005 ou seja, aumentaram 70%, o que equivale à duplicação do financiamento, passando de 11 para 22 milhões de euros. E, este aumento é sinónimo do impacto que estes serviços têm no combate ao isolamento.

Veja-se a frequência, cada vez mais generalizada, dos centros de convívio que, nos últimos oito anos, quase triplicaram em número de utentes (passando de 1349, em 1996 para 3691 em 2005, ou seja +173%), ou o aumento de beneficiários do apoio domiciliário, serviço que cresceu 39,3% entre 1996 e 2005 (de 1542 utentes para 2178), representando no ano de 2004 uma verba de 2,6 milhões de euros e, em 2005, já ultrapassa os 2 milhões.

No domínio do apoio aos portadores de deficiência, outrora confinados a viver num mundo à parte, hoje podem e têm acesso, em muitos concelhos, aos Centros de Actividades Ocupacionais e a algumas Residências para Deficientes, domínio onde ainda é preciso investir, como se prova no Plano para 2006.



Nas acções destinadas à família, destaque-se o apoio às instituições vocacionadas para a protecção das vítimas de violência doméstica (Casas-Abrigo); as acções destinadas à reinserção social, em particular dos ex-toxicodependentes e de jovens com percursos de risco.

Nunca nos podemos dar por satisfeitos, mesmo que todos os que necessitam de apoio estivessem a recebê-lo.

Temos de apostar na qualidade destes serviços, reforçar a multidisciplinaridade e proporcionar uma cobertura integral e generalizada a todos os concelhos e ilhas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando um Governo tem por objectivo principal a coesão social, forçosamente, tem de apostar e reforçar o papel e a participação da sociedade civil, como é disso exemplo o apoio que tem sido prestado às iniciativas de Economia Solidária ou Economia Social, que visam integrar em pequenas empresas, pessoas que, de outro modo, ficariam à margem do mercado de emprego, por serem pobres, por serem diferentes, ou até, por serem mulheres.

Quando um Governo pretende mais Inclusão social e mais coesão tem de privilegiar e reforçar o estabelecimento de parcerias e protocolos de cooperação, com as instituições de solidariedade social, não deixando de incentivar a iniciativa privada, como prevê o SIDEP, ao criar uma linha de incentivos para os empresários que pretendam investir em residências assistidas, creches e jardins-de-infância. A concretização destas iniciativas poderá contribuir para aliviar as instituições de apoio à família, apoiadas pelo Governo, facilitando o acesso aos que têm menos recursos.

Como em outras áreas, o investimento em equipamentos sociais, não pode ser, nem tem sido, aleatório. Resulta de um planeamento que responda às necessidades diagnosticadas na Região, confirmadas através da Carta Social, elaborada em 2004.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Porque a coesão social não se alcança apenas com políticas de solidariedade, importa realçar as acções inseridas neste Plano que visam, por exemplo, o combate ao insucesso e abandono escolar, o apoio à habitação degradada e à construção de habitação para os mais carenciados, as políticas de criação de emprego e incentivo à

formação profissional, bem como o reforço do acesso generalizado aos cuidados de saúde.

Importa intervir de forma complementar e integrada, rentabilizando os recursos, sempre escassos, e potenciando as competências dos cidadãos, o mesmo é dizer apostando na sua criatividade e participação.

Termino, consciente de que, no domínio das políticas sociais, ficamos sempre aquém do muito que gostaríamos que fosse feito, mas reconhecemos que este Plano para 2006 procura concretizar, na medida dos recursos disponíveis, o programa do governo que os açorianos escolheram em 2004.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

*(Pausa)*

Não há inscrições, dou a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima para uma intervenção.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional costuma fazer gala no grau de execução dos seus Planos Regionais, mas apenas na óptica financeira. Isto é, o Governo considera que tem capacidade de gastar o dinheiro que tem tido à sua disposição.

Ora quando estamos a analisar um Plano Anual o critério fundamental para se avaliar da sua real execução é saber se o que estava previsto fazer-se entre Janeiro e Dezembro daquele ano efectivamente foi realizado e, de preferência, nos montantes que estavam destinados a cada uma das acções. Esta execução material do programado é que revela o grau de eficácia da actividade governativa no que respeita ao seu programa de investimentos.

Ao longo destes anos temos assistido a um condenável desfasamento entre o momento em que muitos projectos são inscritos nos Planos Anuais e a data da sua

verdadeira execução. Acredito que o Governo pretenda corrigir a sua prática; seria bom que o fizesse, todos ganharíamos com isso. Faço votos que comece exactamente pelos projectos respeitantes à Ilha Terceira, pois são naturalmente os que melhor conheço.

É natural que este Plano para 2006 dê continuidade a alguns projectos de maior dimensão que estão em curso, como é o caso da recuperação do Porto da Praia, da remodelação da Aerogare das Lajes, das Construções Escolares e da conclusão do Porto de Recreio de Angra. Porém as novidades são poucas, como tem sido reconhecido por todos os observadores, e mesmo assim apresentam dotações pouco animadoras quanto ao ritmo das respectivas execuções.

É com agrado que constatamos que, em 2006, a construção da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba, em S. Carlos, terá a sua fase decisiva. Não era sem tempo. Foram muitos anos de adiamentos sucessivos com grande prejuízo para a Ilha Terceira. Não nos esqueçamos que o I Governo Regional do PS inscreveu 3,5 milhões de euros no PMP 97-2000 para aquele projecto e a obra nem arrancou. No segundo mandato, em 2001, o Governo PS tornou a prometer a Escola de Angra e no Plano de 2002 fez aprovar uma dotação de 6,25 milhões de euros, sem que mostrasse obra feita. Só sete anos depois, em 2004, aquela Escola viu a sua construção arrancar.

São estes maus exemplos que não queremos repetidos, nem em relação à Terceira, nem em relação a qualquer ilha dos Açores.

Ainda na área das construções escolares verificamos que o Governo Regional, também com uma legislatura de atraso, pretende agora avançar com a EB 2,3 Francisco Drumond, em S. Sebastião, projecto que constituiu uma das grandes promessas inovadoras do Partido Socialista, enunciadas durante a campanha eleitoral de 2000. Já agora o que é feito da promessa gémea desta, realizada também em 2000, respeitante à construção da Escola EB 2,3 do Ramo Grande, a localizar nas Lajes?

Relativamente à construção do novo hospital da ilha Terceira, em estudos há pelo menos 4 anos, constata-se que a verba inscrita provavelmente não dará para a aquisição dos terrenos e espera-se que o processo avance sem recuos e números de

ilusionismo, numa espécie de política de passadeira rolante, também aplicada ao hospital de Santo Espírito, em relação às obras previstas, nomeadamente no serviço de urgência e no serviço de imagiologia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação aos principais projectos, na área das estradas, o baixo grau de execução do Governo Regional, face aos compromissos inscritos nos Planos, tem sido alarmante. O mau exemplo de falta de rigor e capacidade de execução neste sector está espelhado no projecto de conclusão da via rápida e ligação ao Porto da Praia, que surge agora prometido novamente para 2006. O CDS/PP não se cansará de repetir, como o tem feito ao longo dos últimos 8 anos, que, desde o Plano de 1997, tem havido dotações anuais para esta importante obra rodoviária. O Governo Regional tem feito questão de massacrar os Terceirenses, suscitando dúvidas e polémicas acessórias e desnecessárias como pretexto para adiar sistematicamente este projecto. Esperemos que, desta vez, se cumpra o programado para 2006.

Entretanto, a reabilitação da via rápida Angra – Praia, com as reparações técnicas de que carece, tem vindo a processar-se a um ritmo demasiado lento, apesar dos compromissos assumidos pelo Governo. Aguardamos que o próximo ano seja decisivo e que a reabilitação a fazer corresponda às expectativas criadas e às exigências de segurança que se impõem.

Registamos de forma positiva o facto de também estar contemplado no Plano a bem necessária reabilitação da estrada do litoral, incluindo o ramal do Porto Martins.

Por outro lado, é com estupefacção que verificamos que não existe qualquer dotação para a conclusão da estrada Praia – Lajes, nomeadamente no troço de calçada entre a Igreja de Santa Luzia e a estrada 25 de Abril. Este projecto estava previsto desde 2000 e foi truncado em 2003, quando se concretizou apenas a parte entre Santa Luzia e a Igreja das Lajes.

Sem prejuízo do reconhecimento de que não pode avançar tudo ao mesmo tempo, neste domínio da rede rodoviária a Terceira sofreu um deficit de execução por parte do Governo Regional, que deve ser devidamente compensado. Daí que para além das obras de requalificação dos projectos previstos para 2006, se impõe uma maior

intervenção no domínio da conservação corrente das estradas regionais, incluindo o trajecto S. Sebastião – Barraca e algumas estradas do interior da ilha.

Noutras áreas, há que registar sistemáticos adiamentos em importantes projectos para a ilha, como é o caso das novas instalações da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo. Depois de anos de consecutivos avanços e recuos, neste Plano aponta-se de novo para a elaboração do projecto. É de facto muito tempo perdido e muita falta de rigor na programação.

Ao nível das instalações de serviços públicos, não podemos deixar de manifestar a nossa indignação por não aparecer qualquer menção nestes documentos à necessidade de se instalar definitivamente e com a adequada dignidade, o Serviço Regional de Estatística, que tem sede em Angra do Heroísmo. Passados tantos anos e após tantas promessas, era altura de surgir a requerida solução.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

**A falta de empenho do Governo em relação à Terceira é mais vasta e está bem patente nas dificuldades e nos atrasos com que o Porto da Praia tem sido equipado com vista à sua boa operação. Como é sabido o rebocador chegou com anos de atraso e a ausência de uma gare de passageiros naquele porto é inaceitável. O que lá se passa durante as operações dos navios de passageiros é uma vergonha. Os passageiros não têm qualquer protecção. Toda a operação que ali se desenvolve tem de ser considerada como um caos. Para além de afectar os utentes, a imagem que advém para o turismo é a pior. Acresce que, na perspectiva económica, se constata a preocupante ausência de uma política de valorização e de dinamização do Porto Comercial da Praia da Vitória, mesmo no quadro da política regional de transportes. O que se passa actualmente naquela infra-estrutura, com o capitular de equipamentos indispensáveis ao seu normal funcionamento, é exemplo acabado das incorrectas prioridades do investimento do Governo Regional.**

Em matéria de transporte aéreo, a política seguida pelo Governo Regional tem marginalizado a Terceira, através de uma prática centralista de desvalorização do Aeroporto das Lajes. Mostrando uma total indiferença às solicitações dos empresários locais e outros segmentos utilizadores dos transportes aéreos, o

Governo Regional não tem zelado devidamente pelos interesses da ilha, quer quanto aos trajectos regionais, quer relativamente a outros destinos, nomeadamente numa perspectiva da valorização do sector turístico. Até nas ligações com a Madeira não há uma política regional que permita utilizar os voos directos da SATA, com um preço único para todos os Açores.

Mas em muitos outros aspectos da vida política se nota a existência de um menor empenho em relação a alguns projectos essenciais para a Ilha Terceira, como é o caso da exploração geotérmica. Temos que lamentar profundamente que aquele projecto tivesse aguardado tantos anos para arrancar e agora ainda esteja sujeito a sucessivos atrasos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como Deputado com especiais responsabilidades na representação do eleitorado da Terceira, entendo que este Plano Regional, na sequência dos anteriores, podia e devia ter dado uma melhor atenção aos principais problemas da Ilha.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

*(Pausa)*

Está inscrito apenas o Sr. Deputado Osório Silva, a quem dou a palavra.

(\*) **Deputado Osório Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Antes de mais gostaria de dar as boas vindas, uma vez que é a primeira vez que intervenho de bancada, ao Sr. Deputado José Fernando Gomes, António Costa, Helder Silva e Alberto Costa, que certamente engrandecerão esta Assembleia.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Artur Lima, não poderia deixar de fazer aqui algumas considerações.

Gostaria de dizer que, de facto, os deputados do Partido Socialista da Ilha Terceira e certamente os terceirenses, como demonstraram nas regionais de Outubro do ano passado, estão satisfeitos com a acção governativa do Partido Socialista.

Também gostaria de lhe dizer que nem tudo o que prometemos, cumprimos. Isso também é verdade. Mas também é verdade que falamos a verdade às pessoas...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Mais ou menos!

**O Orador:** ... e explicamos o porquê da não conclusão dessas mesmas obras.

O que interessa aqui referir, atendendo ao documento que está em discussão, é que 2006 será um ano em que se assume prioridades de extrema importância para a nossa ilha.

Gostaria, por exemplo, de me referir à questão da educação.

A referência, como já foi feita, à escola de São Carlos, obra importantíssima e emblemática na área da educação.

Também quero fazer uma pequena referência que, ao contrário de governos anteriores nesta Região, não fazemos uma escola por legislatura, muito pelo contrário.

De referir também a importância da segunda fase da Escola Francisco Ornelas, uma escola de grande importância para o mesmo concelho.

Em relação à Escola Ferreira Drumond e, em particular, a do Ramo Grande, escola essa que não está esquecida e, em tempo oportuno, será também uma escola construída.

Em relação à educação não gostaria de deixar de fazer referência à aposta que este Governo tem feito em legislação que visa melhorar as condições e a formação dos professores, bem como o combate ao absentismo escolar.

Relativamente às pescas, de facto, também tem sido uma grande aposta deste Governo e tem cumprido na íntegra aquilo que foi assumido perante os terceirenses.

Gostaria de relevar a ampliação e remodelação do Porto de S. Mateus bem como do Porto de S. Fernando, no Porto Martins e também na Vila Nova.

Em relação ao ambiente, uma das áreas de extrema importância e que vai ao encontro da política do turismo, o Governo Regional tem também aqui assumido as suas responsabilidades, sendo uma área que necessita de uma intervenção constante para a sua preservação.

Em relação à área do turismo gostaria de referir que, ao contrário dos anos anteriores, tem sido uma aposta clara e é de referir o acréscimo das dormidas nos

hotéis da nossa ilha Terceira, bem como a referência ao número de voos inter-ilhas, que tem aumentado, permitindo que a Terceira seja uma placa giratória, o que, de alguma forma, tem reforçado o turismo na nossa ilha

Também é verdade que neste sector é necessário fazer mais, mas é importante dizer que este é um sector em que a sua responsabilidade não é só do Governo Regional.

Os privados, como podemos constatar, também têm uma responsabilidade de extrema importância neste referido sector, que necessita de uma promoção constante, mas uma promoção que não cabe só ao Governo, mas também à sociedade civil com responsabilidades directas neste sector que é, no fundo, um dos pilares do desenvolvimento económico da nossa Região.

Em relação às obras públicas, como foi dito aqui ontem pelo Sr. Secretário Regional, José Contente, é uma aposta, nesta legislatura, a transformação e a remodelação das estradas da Ilha Terceira, como a tal famosa via rápida, que agora se chama Vitorino Nemésio, obra emblemática dos governos do PSD.

Na área da habitação e equipamentos também queria realçar, de uma vez por todas, o combate à política social, com a própria remodelação e construção do novo Bairro de Nossa Senhora de Fátima, mais conhecido por Bairro Joaquim Alves, no Concelho da Praia da Vitória, assumindo dessa forma, conjuntamente com a Câmara Municipal, a remodelação daquela infra-estrutura de extrema importância para aquelas famílias.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Já terminou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Osório Silva:

Os senhores não representam ainda, e felizmente, todo o eleitorado da Ilha Terceira, ...

**Deputado José Lima (PS):** Havemos de representar um dia. Não faltará o dia em que o senhor desaparecerá do mapa!

**O Orador:** ... porque no dia em que os senhores o representarem, a ilha Terceira já estará sem voz, estará afónica neste Parlamento pelas vossas vozes. No dia em que se chegar a esse ponto do imaginário, então a Assembleia ficará muda.



Nós trazemos aqui as preocupações dos terceirenses que não são do vosso partido, que são de outros, naturalmente, e de alguns que são do vosso partido e que falam convosco e que vocês não trazem para aqui as preocupações deles. Isso também acontece.

**Deputado José Lima (PS):** Os terceirenses têm demonstrado isso.

**O Orador:** Os senhores é que defendem as minorias, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Osório Silva, queria dizer-lhe uma coisa: o senhor falou aqui na tão famosa via rápida, mas eu quero dizer-lhe que ela é famosa pelos piores motivos possíveis, é famosa pela alta taxa de sinistralidade que lá tem,...

**Deputado José Lima (PS):** Os senhores é que a fizeram!

**Deputado António Parreira (PS):** Quem é que a fez?

**O Orador:** ... é famosa pela falta de segurança e ainda é famosa pelas más reparações que os senhores fizeram o ano passado e há dois anos e que em muitos casos estão piores que o pavimento que lá havia.

O Sr. Deputado que reside na Terceira lê jornais, mas não leu o relatório da Polícia de Segurança Pública, das considerações feitas acerca da segurança da via rápida, com as obras de melhoramento feitas pelo Governo Regional. O senhor não leu esse relatório. O que lá diz é que as condições de circulação rodoviária pioraram, por isso aumentaram o risco de acidentes. Está lá escrito, Sr. Deputado.

Portanto, os votos que eu faço, e que fiz na minha intervenção, é que a obra a fazer agora em 2006 seja realmente uma obra que contemple todos esses aspectos de segurança e não ponham asfalto da pior qualidade, porque é uma via rápida com problemas de drenagem e aqua plano, chamado hidroplanagem que tem asfalto próprio e os senhores no sítio onde há hidroplanagem, que está identificado entre o quilómetro 10 e o 12, os senhores puseram asfalto que não é indicado para a drenagem de águas, quando existe asfalto indicado para isso.

Certamente que o senhor já foi ao Continente e já viu que em determinadas zonas das auto-estradas há um asfalto diferente dos outros. Não está lá por acaso. Não é por uma razão de estética.

**Presidente:** Sr. Deputado, o seu tempo já terminou.

**O Orador:** Eu concluo já Sr. Presidente.

Depois, esta enormidade que o senhor disse da Terceira ser a placa giratória do tráfego aéreo dos Açores, o senhor não sabe o que é uma placa giratória.

**Deputado Osório Silva (PS):** É uma realidade.

**O Orador:** O senhor pergunte ao Sr. Secretário Regional da Economia que ele explica-lhe.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

(\*) **Deputado Osório Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Em relação à questão da placa giratória, a Terceira é, de facto, uma placa giratória do Grupo Central. Não tenho quaisquer dúvidas em relação a isso.

Também gostaria de dizer o seguinte:

A verdade é que nós, ao contrário dos senhores, não mandamos nas pessoas, mas nós representamos em larga maioria os açorianos e em particular os terceirenses e essa prova foi dada no mês de Outubro do ano passado. Esta é a realidade.

Gostaria ainda de dizer que a nossa preocupação é, na acção governativa, melhorar a qualidade de vida das pessoas e, portanto, nós também servimos o mal em prol do bem.

Em relação à estrada Vitorino Nemésio gostaria de lhe dizer que aquilo que os senhores talvez preferiam era que nada tivesse sido feito, porque hoje estaria em muito pior estado, mas a verdade é que aquela estrada é uma prioridade e por isso foi assumido neste Plano e nesta legislatura o melhoramento daquela estrada que será, no fundo, uma nova estrada.

Em relação à sinistralidade gostaria de dizer que, certamente, para além desse relatório também já foi dito por responsáveis pela segurança pública que 90 e tal por cento dos acidentes são da responsabilidade dos condutores, atendendo que não cumprem algumas medidas de segurança, como a questão da velocidade. Portanto não adaptam a sua velocidade ao estado da via, nem às condições atmosféricas.

Não serve de nada atirar areia para os olhos das pessoas, dizendo que a responsabilidade da sinistralidade é exclusivamente do Governo Regional. Isso não corresponde à verdade.

Em relação ao Hospital de Angra do Heroísmo gostaria de lhe dizer que essa é uma obra assumida pelo Partido Socialista e que será também concretizada.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Oportunamente!

**O Orador:** Como todos nós sabemos aquela é uma obra de grande elaboração técnica. Todo esse processo está a ser trabalhado. Infelizmente é um processo demorado, mas não tenho quaisquer dúvidas que, com os governos do PS, se vai dar início a essa obra de extrema importância, como é a construção do Hospital de Angra.

Disse.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Osório Silva, o senhor, para exemplo das promessas do Partido Socialista, foi escolher também uma das piores que é o novo Hospital de Angra, que tem andado, como eu disse ali na minha intervenção, numa política de passadeira rolante ou seja, anda, anda e não sai do mesmo sítio.

Foi nomeada uma comissão pelo anterior executivo – é o exemplo de que os senhores não estão empenhados em fazer o Hospital de Angra, porque se tivessem empenhados tinham avançado muito mais depressa e é essa lentidão que se critica no Governo – para estudar a localização do novo hospital

Em 2003, estava eu aqui nesta casa e a Comissão tinha chegado a uma conclusão. Aliás, se for ler o Diário das Sessões verá que, nas conclusões que o seu colega Francisco Barros anunciou aqui, foram escolhidos dois terrenos e que o projecto estava entregue à Direcção Regional de Infra-estruturas Hospitalares.

Quem é competente nessa matéria para fazer um projecto sobre um hospital não é uma Direcção Regional de Infra-estruturas da Saúde, que eu não sei o que é, nem conheço.

**Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha):** Direcção Geral.

**O Orador:** Está aqui no jornal, Sr. Secretário. O senhor é que disse. Está aqui Direcção Regional de Infra-estruturas da Saúde, no Jornal Insular e União.

Mas, vamos continuar nos terrenos.

Essa comissão chegou a dois terrenos e para dar aqui a imagem ilusória de eficiência, o Governo nomeou outra comissão que desencantou mais 7 locais, passando para 9 e desses 9 passou para 4, depois para 2, que são exactamente os dois locais que a outra comissão já tinha escolhido. Andam ou não a brincar?

**Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Não é verdade.

**O Orador:** São exactamente os mesmos dois, a via rápida e os terrenos do Farrobo.

**Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Não é verdade, Sr. Deputado!

**O Orador:** Se não é verdade, então quais eram os dois terrenos escolhidos pela outra comissão?

Então a outra comissão trabalhou mal e escolheu mal. É isso que o senhor quer dizer. Os senhores entendam-se.

**Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Já está esclarecido. Já foi escolhido o local.

**O Orador:** Os senhores andam a brincar.

Uma comissão responsável, nomeada pelo anterior executivo, chega a uma conclusão de dois terrenos.

**Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Não é verdade, Sr. Deputado!

**O Orador:** O senhor quando puder falar há-de justificar por que é que houve a mudança de terrenos.

**Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Não é verdade!

**O Orador:** É ou não verdade que tinham chegado à conclusão de dois terrenos? Isso foi dito aqui pelo Deputado Francisco Barros e está escrito no diário das sessões. Se o senhor não lê o diário das sessões, paciência!

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima, o seu tempo para esclarecimentos já terminou.

**O Orador:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

(\*) **Deputado Osório Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Eu gostaria de reforçar mais uma vez que em relação aos nossos compromissos nós falamos a verdade. Por mais que isso incomode a oposição, nós falamos a verdade às pessoas, porque é com esse espírito de missão e de responsabilidade que aqui estamos.

Portanto, em relação ao Hospital de Angra do Heroísmo, com transparência e com verdade, falamos às pessoas sem de forma nenhuma iludir naquilo que estamos a concretizar em relação a esta matéria.

Eu gostaria de dizer que, em relação à questão do Hospital de Angra, está-se neste momento a fazer o levantamento dos terrenos, ou seja, a identificar e a negociar com os proprietários a sua aquisição. De facto, este é o andamento do processo e a verdade é que este é um processo que vai levar algum tempo, temos consciência disso, atendendo à sua implicação técnica que envolve, como é a construção de um novo hospital.

Portanto, era isto que, de alguma forma, gostaria de novamente acentuar aqui no debate.

Obrigado.

**Presidente:** Passamos a outro tema.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste debate parlamentar sobre o Plano Anual e Orçamento para 2006, cabe-me intervir sobre o importante sector da agricultura, perspectivando o cumprimento das orientações estratégicas que temos vindo a imprimir e que, em nosso entender, são fundamentais à capacitação da actividade produtiva e à melhoria dos desempenhos, da competitividade e do rendimento de todos os agentes económicos do sector.

No que diz respeito à produção de leite e sua transformação, para além de sempre relevarmos a necessidade de ser alocada mais quota à Região, continuaremos apostados em contribuir para a redução dos custos de produção das explorações leiteiras; para reforçar as condições potenciadoras da interactividade entre produção,

transformação e comercialização; para a melhoria e eficiência comerciais; para incentivar o surgimento de novos produtos de valor acrescentado e para o estímulo às produções artesanais.

A evolução registada nas entregas de leite, que se mantêm aos níveis de anos anteriores com um leve crescimento, associada à diminuição das produções de manteiga e de leite em pó e ao aumento das produções de queijo e de leite ultrapasteurizado, são indicadores importantes e demonstrativos da crescente eficiência do sector. Por outro lado, a anunciada devolução das multas, que ainda este ano se concretizará, bem como a distribuição de quota leiteira que já no próximo ano terá efeitos na estabilidade e rendimento das explorações, trazem ânimo e segurança aos produtores. Neste particular, o estabelecimento de normativos de distribuição de direitos de produção que reforçam a coesão interna da Região é também uma marca de significativo alcance no que se refere à sustentabilidade da produção leiteira nas ilhas de menor dimensão.

A criação dos instrumentos necessários à interactividade entre os agentes do sector leiteiro permite anunciar uma disponibilidade marcante para melhorar o seu nível organizacional, para o aprofundamento das iniciativas tendentes à sustentabilidade de toda a cadeia de valor e para procedermos à acreditação dos nossos lacticínios, factor habilitante de estratégias de comunicação e informação aos mercados.

No segmento da produção de carne, continuaremos a desenvolver esforços no sentido de alterarmos o processo tradicional de venda em vivo e de melhorarmos os circuitos comerciais e de distribuição, questões que são objectivamente imprescindíveis ao reforço dos rendimentos, à competitividade dos nossos produtores e à manutenção na Região das mais valias que sempre nos escaparam.

O que se pretende é que a carne dos Açores esteja, como tal e cada vez mais, nas prateleiras do consumidor e menos como carne indiferenciada, como sempre esteve.

O abate de gado bovino na Região, que cresceu 12,2% nos primeiros 9 meses de 2005, em grande parte em consequência das operações de desmancha e embalamento que a meados do ano se iniciou no Matadouro Industrial da Ilha Terceira indicia que começamos a atingir tal objectivo.

Este processo, aliás, vem colocar novos desafios a todos os agentes do sector, sejam eles produtores, industriais ou distribuidores e também ao próprio Governo Regional.

Manter uma presença meritória da carne dos Açores nos mercados impõe, não só a existência de uma rede regional de abate como a edificada que garanta as questões relacionadas com a higiene e segurança alimentar, como também impõe o incentivo ao aparecimento de parcerias credíveis, capazes de assegurar o rápido acesso da carne aos consumidores e apostadas em valorizar a nossa produção.

Manter uma presença meritória da carne dos Açores nos mercados impõe, também, a criação de estruturas e o aparecimento de iniciativas potenciadoras de um fornecimento regular do mercado, contrariando a produção sazonal e promovendo o acabamento dos animais.

Manter uma presença meritória da carne dos Açores nos mercados impõe, ainda, que toda a carne produzida nos Açores não aceda aos mercados como carne indiferenciada, mas sim com um nítido aproveitamento da nossa marca e da nossa imagem. Neste âmbito, a carne IGP, produzida segundo métodos definidos no respectivo caderno de especificações, bem como a carne produzida segundo processos biológicos ou até a carne da nossa raça autóctone, deverão representar segmentos de excelência dentro da fileira e não as únicas referências da nossa produção de carne.

Predominando as explorações leiteiras em algumas ilhas e sabendo-se que as mesmas canalizam muitos animais para a fileira da carne, temos obrigação de valorizar estes animais contribuindo, deste modo, para o reforço dos rendimentos de tais explorações e para a crescente competitividade com que se debatem.

A recente distribuição de direitos de aleitantes, que nos trouxe dos cerca de 9500 para mais de 21.000 direitos, representa um significativo crescimento do rendimento das explorações especializadas na produção de carne.

A par com as medidas dirigidas aos dois sectores da produção enunciados, onde continuaremos a desenvolver as iniciativas necessárias e a partilhar recursos e soluções com os produtores e suas organizações, o Plano de 2006 garante que prosseguiremos os apoios às várias produções alternativas à carne e ao leite,

dirigindo-lhes os meios necessários à sua competente estruturação e agregação, factores necessários ao estabelecimento de eficazes circuitos comerciais. Nesta matéria, o que se pretende é que os apoios e incentivos disponibilizados contribuam, de facto, para a possível diversificação da nossa base produtiva e para a criação de unidades de produção, transformação e comercialização economicamente sustentáveis e merecedoras da confiança dos respectivos produtores.

Quanto ao sector florestal, vamos continuar a dirigir-lhe recursos significativos, garantindo a continuação e aprofundamento dos objectivos e medidas tendentes à sua auto-sustentação, à florestação e reflorestação de terrenos, à reposição e recuperação de matas, sejam da iniciativa pública, sejam da iniciativa privada, reforçando o seu uso múltiplo, o seu contributo para a riqueza regional e a sua vocação para o ordenamento da paisagem açoriana.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Do investimento previsto, muito do qual transversal a todas as áreas e habilitante da competitividade e dos rendimentos, relevamos o que se destina a melhorar e alargar a rede de caminhos agrícolas, rurais e florestais; ao reforço de distribuição de água e energia às explorações à contínua reestruturação fundiária; à prestação de serviços diversos aos produtores; à formação profissional adequada ao público-alvo da mesma; ao apoio dirigido ao escoamento de produções e à capacitação e notoriedade de toda a nossa actividade produtiva agrícola.

A par do acompanhamento e apoio às acções destinadas à reestruturação e modernização do sector industrial, 2006 verificará um contínuo apoio aos e projectos e acções modernizantes das explorações agrícolas em geral e em especial às iniciativas de rejuvenescimento dos seus activos.

A estratégia que a proposta de Plano permite, revelará ainda o propósito continuado por um estatuto de sanidade animal e vegetal de excelência e a observância das boas práticas agrícolas. Estes factores, necessários em si mesmos, são habilitantes da acreditação técnico-científica das nossas produções e da sua positiva diferenciação.

À aposta na acreditação irrefutável das nossas produções e à sua positiva diferenciação, tentaremos associar a necessária disponibilidade para promover a notoriedade do que produzimos, seja pela adopção de estratégias comunicacionais



com os mercados, seja pela adopção de um plano de marketing orientado não só para a eficácia, mas principalmente para a eficiência da comercialização do que produzimos na Região.

.Assim, fazendo o que propomos, e como naturalmente faremos, continuaremos a cumprir o compromisso de desenvolver os Açores.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

**(\*) Deputado António Ventura (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu tenho uma intervenção e, portanto, as observações que irei fazer em relação ao Plano, apresentado pelo Governo, ficarão para quando eu fizer a minha intervenção.

Vou cingir-me a uma série de questões que tenho algumas dúvidas e gostaria que fossem esclarecidas.

Em primeiro lugar, gostaria que neste Plano me quantificasse o que é que são verbas comprometidas e o que é que são verbas destinadas a novos investimentos. Portanto, gostaria que me separasse as águas relativamente aos montantes financeiros.

Por outro lado, gostaria de saber, uma vez que eu estava à espera de ouvir no seu discurso se isto ia acontecer ou não, quando se referiu às agro-indústrias e ao apoio às mesmas, o apoio às indústrias lácteas de S. Miguel, da Terceira e do Faial, de forma a compartilhar os custos da energia eléctrica, se irá manter-se em 2006, uma vez que isso não é perceptível no Plano? Gostaria que me dissesse também qual é a sua posição sobre este apoio no futuro?

Por outro lado também o Plano de 2005 fala de uma inovação relativamente à contabilidade e gestão das explorações agrícolas, que pretende desenvolver formação de grupos de gestão, por zonas, culturas ou locais, assessoria técnica às explorações, à contabilidade e gestão das empresas agrícolas. O Plano de 2006 volta também a referir isto e eu perguntava onde e quando isto aconteceu em 2005?

Relativamente às florestas o Plano de 2005 fala na implementação de um plano de exploração das matas públicas e subsequente plano de rearborização e recuperação das áreas exploradas. O Plano de 2006 fala outra vez na implementação deste mesmo plano, ou seja, gostaria de saber se afinal foi implementado em 2005 ou se vai ser implementado em 2006? Gostaria que me esclarecesse esta situação.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

**Deputado Jaime Jorge (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma pergunta muito sucinta para o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Objectivamente gostaria de saber, Sr. Secretário, se o Governo pretende investir em 2006 na ampliação da rede de abastecimento de água à lavoura e no caso de investir, quais serão esses investimentos?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

(\*) **Deputado Henrique Ventura (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra nesta fase da discussão para fazer algumas considerações ao Plano de 2006.

Congratulo-me com as orientações deste Plano que dão seguimento àquilo que foi o Programa deste Governo, àquilo que foram as promessas eleitorais do Partido Socialista e àquilo que foram também as orientações do Plano de 2005.

Desde o Programa do Governo que temos visto a preocupação deste Governo de aumentar o rendimento dos produtores através da qualidade.

Penso que é uma visão clara do problema, atendendo a que a nossa dimensão não nos deixa voar mais alto em relação a quantidades e, portanto, penso que se deve defender a qualidade.

Neste Plano há um reforço de 6 milhões de euros que representam 7% em relação a 2005 e congratulo-me porque esse reforço e esse aumento, em relação a 2005, irá todo direccionado para a qualidade e, indirectamente, para o rendimento dos lavradores. Senão vejamos:

O reforço feito nos caminhos, águas, electricidade e sanidade animal, tem tudo a ver com a qualidade.

Há também um reforço das verbas no que toca às indemnizações compensatórias que já neste ano sofreram um aumento 40%. Estamos sempre a falar do aumento do rendimento do produtor.

No sector da carne já temos bons exemplos com o funcionamento do Matadouro da Terceira.

Gostaria também de saudar a iniciativa deste Plano de introduzir alterações ao SICAT e à Lei do Arrendamento Agrícola, ou seja, esta iniciativa que, quanto a mim, vem de alguma forma facilitar o emparcelamento agrícola. Aliás, como sempre defendi aqui nesta casa, o emparcelamento agrícola é indispensável para que se consiga qualidade e conseqüentemente o rendimento.

Na diversificação há o apoio à agricultora biológica, arborização e reflorestação.

Com este grau de satisfação que acabei de exprimir em relação ao Plano, há uma matéria que eu gostaria de colocar ao Sr. Secretário que é em relação à formação profissional.

Muitos têm sido os cursos administrados ao longo dos anos aos produtores agrícolas e perguntava ao Sr. Secretário que formulação e que grau de satisfação, atendendo a que a Secretaria tem necessariamente que ir constantemente servindo de barómetro a estas coisas e, naturalmente, já terá *feed bak* destas formações.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(\* **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*Noé Rodrigues*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo às perguntas feitas pelo Deputado António Ventura, dir-lhe-ia o seguinte:

Em relação a verbas do Plano comprometidas ou verbas para novos investimentos, como o Sr. Deputado deve compreender, sempre que um agente económico ou um empresário apresenta um projecto de investimento e que ele se multiplica por vários anos na sua execução, nós temos que prever no Plano as verbas correspondentes ao acompanhamento dessas medidas de investimento.

As verbas que estão comprometidas neste Plano são aquelas que dizem respeito a todos os projectos de investimento em curso, em execução e que a Região tem por obrigação acompanhar naquilo que diz respeito à componente regional dos apoios a estes investimentos.

Se acompanhar, como acompanha, o desenvolvimento de múltiplos investimentos pelas nossas ilhas, verificará aquelas que estão a ser executadas, compreenderá os volumes financeiros que estão a elas alocadas e poderá concluir dos compromissos e do cumprimento dos mesmos, que deste Plano resulta, relativamente a essa disciplina.

Relativamente a apoios à energia eléctrica em S. Miguel, Terceira e Faial, é evidente que esses apoios continuam e se o Sr. Deputado ler o Plano verificará que essas verbas estão lá inscritas. É evidente que o Sr. Deputado se deverá lembrar que essas verbas não são destinadas a S. Miguel, Terceira e Faial, como noutro tempo até existiam de uma forma discriminativa e negativa para as ilhas mais pequenas. Essas verbas são alocadas a todas as indústrias de lacticínios e a todos os produtores de leite da Região.

Há uma constante disponibilidade para apoiar a produção do leite e os seus bons desempenhos e por isso essas verbas continuam inscritas no Plano.

Em relação a se eu entendo que essas verbas deverão ficar assim ou deverão ser utilizadas de outra forma, eu gostaria que essas verbas fossem usadas em investimento produtivo, que se mantivessem na fileira do leite e que fossem disponibilizadas aos agentes económicos da fileira para maior eficiência.

É assim que nós entendemos as coisas, é assim que nós comunicamos aos nossos parceiros e aos nossos empresários que continuamente nos vão ajudando a definir as linhas e as orientações que devemos ter nesta matéria.

No que diz respeito ao apoio à contabilidade e gestão das empresas agrícolas, nós, como também o Sr. Deputado deve ter reparado, fizemos durante 2005 um número significativo de protocolos, compromissos com várias associações, com várias organizações de produtores e com várias entidades, no sentido de prestar esses diversos serviços à agricultura. Nesses documentos definimos os objectivos que queríamos que fossem atingidos e foram, naturalmente, negociados. Definimos

também os meios e os recursos alocados a esses objectivos e ao seu cumprimento. Definimos regras de acompanhamento e de controlo da aplicação das verbas que foram disponibilizadas e, finalmente, impusemos a todos a avaliação objectiva dos resultados obtidos para, em cada momento, se necessário, fazer a correcção das orientações imprimidas pelos protocolos em causa.

Em 2006 este procedimento irá continuar e queremos que os nossos empresários agrícolas tenham vários apoios, nomeadamente à gestão e modernização das suas empresas.

No que diz respeito à implementação do plano de recuperação florestal, como é evidente, e o Sr. Deputado compreenderá, todos os anos e quase todos os dias há pedidos para corte de abate de matas e de florestas. São acompanhados e há sempre um incentivo na aplicação de um plano que visa recuperar com nova reflorestação os terrenos onde existia floresta e que foi abatida. Isto acontece permanentemente e não sei por que é que nós não devíamos implementar também permanentemente em termos de recuperação da floresta e das matas cortadas.

No que diz respeito ao abastecimento de água à lavoura, o Sr. Deputado perguntou se o Governo ia fazer e onde.

Como é evidente, também do Plano resulta o grande propósito do Governo Regional em continuar a apoiar a redução dos custos de produção, a melhoria da qualidade das explorações agrícolas de toda a Região e isso faz-se, do nosso ponto de vista, também, e em grande parte, com o investimento que é feito na rede de caminhos agrícolas florestais e rurais, faz-se também no abastecimento de água às explorações, faz-se também com a electrificação de algumas explorações e com o incentivo à verificação de todas as práticas agrícolas e ambientais.

Nessa matéria julgo que não temos grandes justificações a dar, porque o trabalho realizado em 2005 responde por si e, para além disto, a proposta do Plano para 2006 o que faz não é só manter o ritmo de investimento que se fez em 2005, mas, pelo contrário, há ainda um reforço significativa, cujos recursos para essa matéria são canalizados.

Relativamente à formação profissional, questão colocada pelo Sr. Deputado Henrique Ventura, poderei dizer o seguinte:

Em 2005 nós tivemos mais de 2061 horas de formação agrícola, tivemos mais de 250 formandos, fizemos variadíssimos cursos de formação, mas como 2005 está a acabar o balanço de 2005, naturalmente, não é feito nesta oportunidade. Aqui compete-nos anunciar o que faremos nessa matéria em 2006 e o que faremos são, nada mais nada menos, 49 cursos de formação, 4175 horas de formação e 624 formandos são inspectáveis.

Digo também numa forma muito clara que a formação que nós entendemos fazer é feita com o seguinte pressuposto: sabemos quais são os compromissos e as necessidades de formação, nomeadamente em consequência de projectos que entraram por parte de jovens agricultores; sabemos qual é em cada ilha e em cada momento o público alvo a que se destina as nossas acções de formação e também quais são as necessidades efectivas de formação que nós temos para cada um dos núcleos de formandos que nós pretendemos fazer incidir a formação e, portanto, a planificação para 2006 já está feita.

Temos cursos em S. Miguel, na Terceira, no Faial, no Pico e, enfim, um pouco por todas as ilhas.

Estão também já designadas as matérias a leccionar e o âmbito dos cursos e temos já a preparação da inscrição dos formandos que vão participar nesses cursos.

São, como disse, 49 cursos, 4175 horas de carga de curso e 624 os formandos que beneficiarão dessa acção.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

**(\*) Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Evidentemente que, por aquilo que eu percebi do Sr. Secretário, pode estar em perigo, e eu não estou aqui a opinar que se deve continuar ou não, o apoio às indústrias lácteas relativamente aos custos de produção inerentes à elaboração do leite, provenientes da electricidade.

Estando em vista uma próxima negociação do preço do litro de leite e algumas indústrias lácteas já anunciaram que vão reduzir e tendo o Sr. Secretário essa postura relativamente a este apoio neste momento, ou seja, um apoio que, pelas suas

palavras, depreendo que tanto pode retirar ou continuar, pergunto qual é que vai ser, nesta ronda de negociações, o envolvimento da Secretaria neste processo de negociação do preço do litro de leite?

Em relação às florestas eu tive a preocupação de comparar o que era implementação e desenvolvimento. No vosso plano os senhores falam em implementação em 2006 de exploração de matas públicas. Dentro das florestas há outros planos que foram implementados em 2005 e em 2006 referem-se ao desenvolvimento dos planos implementados ou então é uma questão de português que está no plano e tem que ser clarificado, o que denota então é que não foi implementado, porque umas vezes referem-se à implementação e outras ao desenvolvimento com uma continuidade de 2005.

Em relação à extensão rural percebeu-se que não houve e espero que haja em 2006.

Em relação à formação profissional a pergunta que lhe faço sei que é tendenciosa, uma vez que temos um projecto de redução nesta área. Teremos a oportunidade de debater na altura certa a formação profissional, mas esperava da vossa parte um espírito mais aberto. Não sei se tem a ver com a vossa idade, mas em Janeiro logo veremos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

**(\*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Ventura:

Relativamente às negociações do preço do leite é evidente que não lhe irei dizer que “o segredo é a alma do negócio”, porque o Governo não vende leite e, portanto, não tem negócio nessa matéria.

No que diz respeito às negociações em curso e à posição que o Governo tem assumido, ela resume-se apenas à convocação das partes e dos interesses em causa, fazendo ver também às partes os interesses que presidem e as preocupações que existem nessa matéria que é sensível e dada a expressão que a produção de leite tem na nossa Região, tentando fazer com que as partes entendam quais são as intenções

do Governo na promoção, na qualificação e até na acreditação da produção de leite da nossa Região. É isto que está em cima da mesa e não mais do que isto.

O entendimento far-se-á sempre entre quem compra e quem vende leite. Esta é nossa teoria. O Governo não compra nem vende leite.

Relativamente ao apoio regional aos produtos lácteos, o tal 1\$25 que aí referiu, devo dizer-lhe que isto é uma matéria que já vem de há muito tempo. O Governo Regional há alguns anos atrás estendeu esse apoio a todas as ilhas. Esse apoio está previsto no plano e nós cumprimos aquilo que prometemos. Se está previsto e o Sr. Deputado vê lá essa verba inscrita é porque nós queremos cumprir o pagamento dessa importância. Isso está lá escrito e disso não tenha dúvida nenhuma. O senhor vá lá ver.

Agora, uma coisa é o compromisso que assumimos relativamente ao pagamento destas importâncias, outra coisa é a possibilidade que o Governo Regional deve ter, e tem, para sugerir aos parceiros sociais a melhor aplicação e orientação dos apoios que são dados.

Isto são entendimentos perfeitamente claros, perfeitamente assumidos entre todas as entidades, Governo Regional e parceiros sociais.

Quanto à formação profissional, Sr. Deputado, e para além daquelas outras questões que têm a ver com uma interpretação relativamente à palavra implementação – aí cada um tem a sua interpretação e o senhor ficará naturalmente com a sua – o que lhe posso dizer é o seguinte:

Em primeiro lugar, nós temos que definir de uma forma objectiva quais são as necessidades de formação, relativamente aos compromissos que são assumidos, sempre que aprovamos um projecto de investimento.

Em segundo lugar, nós temos que conhecer que condições têm as pessoas que são candidatas e que são inscritos para formação profissional, porque só assim é que nós podemos estabelecer objectivamente que conteúdo de formação nós podemos dar a essas pessoas. É assim que se preparam os planos de formação profissional.

Como lhe disse, em 2006 verificará um amplo plano de formação profissional na nossa Região.

Obrigado.



**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

(\*) **Deputado Henrique Ventura (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Ventura:

A minha pergunta foi mesmo inocente e sabe porquê? Porque tenho um documento na frente que me fala sobre formação profissional e que eu tenho considerado, e continuo a considerar, o suficiente e adequada para as necessidades dos nossos agricultores e tem a ver com a explicação que deu o Sr. Secretário e que vou abster-me de comentar.

Em relação à idade eu não me recordo de fazer anos em Janeiro, mas de qualquer forma queria deixar-lhe aqui um esclarecimento sobre a idade.

Eu estou tão consciente da idade que tenho, que esta formação já não vai ser para mim, porque eu já deixei de ser produtor agrícola. O senhor sabe por que é que eu deixei de ser produtor agrícola? Não porque algum dia tivesse perdido dinheiro com as minhas vacas, felizmente nunca aconteceu, mas este é um contributo que eu pessoalmente dou para rejuvenescimento da actividade.

Muito obrigado.

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

**Deputado Henrique Ventura (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permita-me, Sr. Presidente, que antes de me referir à minha intervenção dê as boas-vindas aos novos Srs. Deputados, Alberto Costa, Helder Silva, José Gomes e António Costa. Bem-vindos a esta casa e que o trabalho seja profícuo.

A produção económica da Região, medida pelos valores do produto interno bruto, continua a reforçar, de forma sustentada, desde 1997, a sua importância relativa no contexto da economia nacional, crescendo mais do que a média nacional desde 1999. Considerando o PIB per capita, enquanto indicador utilizado para aferir o estágio de desenvolvimento de uma economia, poder-se-á constatar que a economia açoriana se

aproxima não só, dos valores médios do país, como também dos da União Europeia, ultrapassando o crescimento desta desde 1998.

Com efeito, tomando como referência o valor médio dos países membros da União Europeia, observa-se que, nos últimos anos, se registou um afastamento dos níveis de desenvolvimento do País em relação à média comunitária, enquanto nos Açores se verificou o oposto, ou seja, uma convergência real com o nível médio de produção de riqueza por habitante no espaço europeu.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também no sector primário, nomeadamente na agricultura, se tem verificado uma grande evolução.

Ainda assim, e apesar de termos uma agro-pecuária que, em termos nacionais, tem um peso significativo, a nossa produção em termos quantitativos não tem qualquer expressão no contexto global dos principais produtores da União Europeia. A aposta só pode ser na qualidade e nas condições de produção que caracterizam e diferenciam os nossos produtos.

O Programa do IX Governo Regional, apresentado e aprovado nesta Assembleia em Dezembro de 2004, ao reiterar a importância do sector agrícola como um pilar fundamental da economia, e o grande crescimento verificado nas verbas dos planos de 2005 e 2006, demonstra bem a preocupação do Governo Regional em definir como sua primeira prioridade a defesa do rendimento do produtor, reforçando a qualidade.

Esta aposta está claramente evidenciada no crescimento de 7% nas verbas do Plano para 2006 e no crescimento acumulado de 67% nos últimos três anos.

A esta coerência de ideias, de projectos e de trabalho continuado, o PSD, à comunicação social e em sede de comissão, chama de “documentos de continuidade”. Sim! - dizemos nós. Continuidade de desenvolvimento, de estabilidade, de progresso e de mudança para melhor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No sector leiteiro, com o limite de produção, num patamar da ordem dos 500 milhões de litros, embora com capacidade para produzir mais, mas com a oportunidade negocial apenas em 2014/2015, estão clarificadas as possibilidades da

Região de produção a médio prazo. Deve a Região, sem esquecer a bandeira do aumento de quota, centrar a sua actuação na qualidade.

Neste sentido foram investidos, entre 1999 e 2005, em caminhos agrícolas, abastecimento de água e electrificação agrícola cerca de 25 milhões de euros.

Foram apoiados, nos mesmos anos, 4767 projectos de investimento nas explorações agrícolas, num total de 35 milhões de euros.

No apoio à instalação de jovens agricultores foram aprovados 203 projectos, num total de 4,5 milhões de euros.

No sector da transformação, no mesmo espaço de tempo, foi feito um grande esforço de modernização nas indústrias de lacticínios com investimentos na ordem dos 109 milhões de euros, abrangendo 31 projectos. Esta aposta irá continuar com as significativas dotações do Plano de 2006, tendo como objectivo a diversificação dos lacticínios, procurando novos produtos com maior valor acrescentado.

Ao serem aprovados 203 projectos de instalação de jovens e 1172 processos de reformas antecipadas, o Governo Regional dá cumprimento ao objectivo de rejuvenescimento do sector contido no seu programa.

Todos estes projectos têm contribuído para o aumento do rendimento dos produtores, assim como o apoio aos produtos lácteos, que passará a partir do próximo ano e até 2013, para 3,51 cêntimos por litro de leite entregue nas fábricas.

O Plano de Desenvolvimento Rural dos Açores, que congrega quatro grandes intervenções: - Reforma Antecipada, Indemnizações Compensatórias, Medidas Agro-Ambientais e Florestação de Terras Agrícolas atingiu em 2005 uma execução global de 94%, ficando muito acima do Continente e da Madeira com taxas de 77% e 57%, respectivamente.

No que diz respeito às Indemnizações Compensatórias, as quais em 2005 sofreram um aumento de 40% (mais 2,5 milhões de euros do que em 2005) atingiram o montante de 8,9 milhões de euros e 3.500 produtores.

As Medidas Agro-Ambientais com execução de 8,2 milhões de euros, mais se destaca a aplicação obrigatória das boas práticas agrícolas, nomeadamente com o apoio aos adubos de degradação controlada ou amigos do ambiente.

Antes de terminar o sector leiteiro, gostaria de salientar o empenho do Governo Regional na criação do Centro de Leite e Lacticínios, encontrando-se o seu Estatuto em fase de aperfeiçoamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O sector da carne debate-se com os problemas inerentes a uma produção que é, regra geral, recorrente a raças não especializadas, realizada em explorações de pequena dimensão, cuja organização produtiva é ainda pouco eficiente. A colocação no exterior, muitas vezes como gado vivo, torna a operação, ainda, menos rentável.

A Rede Regional de Abate, praticamente concluída, irá criar condições para a melhoria da capacidade de abate na Região, quer em quantidade, quer em qualidade.

Também neste sector o investimento público tem sido muito significativo, totalizando cerca de 30 milhões de euros entre os anos de 1999 e 2005. Apoiar investimentos em unidades de desmancha, transformação e preparação de carnes, através de parcerias na gestão dos principais matadouros regionais, deve ser o passo seguinte. A concessão da sala de desmancha do Matadouro da Ilha Terceira à UNISAP pode ser disso exemplo.

Nos primeiros nove meses de 2005 o gado abatido nos matadouros dos Açores cresceu 12,2%, em peso, quando comparado com o período homólogo do ano passado. O Matadouro da Ilha Terceira foi o que mais contribuiu, para este aumento significativo, passando de 5.130 cabeças em 2004, para 7.595 em 2005, o que representa um aumento percentual em peso de 47%. De salientar, ainda, que o funcionamento da referida sala permitiu, ao longo dos últimos meses, absorver um grande número de bovinos de explorações de S. Miguel, equilibrando, desta forma, o mercado e os preços.

O apoio à produção de cruzados irá permitir que sejam conseguidas melhores carcaças e com maior valor comercial.

O Plano para 2006 continua a incentivar a diversificação, apoiando a agricultura biológica, as culturas da beterraba e do tabaco e o desenvolvimento das florestas. Nesta última acção, e ao longo do ano de 2005, foram efectuadas acções de reflorestação de 600 ha de matas cortadas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista e o Governo do Partido Socialista continuam, assim, a cumprir as suas promessas eleitorais e o seu Programa aprovado em Dezembro de 2004. Continuam a merecer a confiança dos Açorianos em geral e dos agricultores em particular.

A paz verificada actualmente na agricultura ilustra bem a razão pela qual os agricultores continuam a acreditar no Partido Socialista e no seu Governo.

Disse:

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste para esclarecimentos.

**(\*) Deputado António Toste (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de deixar aqui a minha satisfação e congratular-me com o investimento e com o desenvolvimento que tem sido feito na agricultura desde o passado até hoje, ainda mais com o investimento previsto no novo Plano para 2006.

Ainda fico mais satisfeito por ver os objectivos a serem cumpridos, mais concretamente na Ilha Terceira, que é a ilha a que eu pertenço.

Nós quando nos propusemos às eleições regionais de Outubro do ano passado tínhamos seis objectivos, os quais não estão todos concluídos, mas estão todos iniciados e aquilo que eu prevejo, por aquilo que vejo, e aquilo que penso, é que ainda antes do final deste legislatura teremos certamente cumprido o prometido, ao contrário daquilo que a oposição constantemente fala, ainda mais o Sr. Deputado António Ventura, homem que parece que quer mudar o mundo e a agricultura.

Há bocadinho referiu-se à idade do Sr. Secretário, mas ele, se calhar, tem mais anos de trabalho do que aqueles que o senhor tem de vida.

Se calhar até fala pouco, mas acerta muito mais e o senhor, se calhar, até fala muito e acerta muito menos. Espero que não me obrigue a falar e a explicar, porque o senhor certamente deve saber o que é que se passa.

Na intervenção que fiz em 17 de Março deste ano eu falei sobre a fileira da carne e o Sr. Deputado na altura achava que era mau. Aliás, a sua maneira de ver as coisas é

com pessimismo e não com optimismo, enquanto que nós, quer seja o Governo do Partido Socialista, que sejamos nós, os deputados do PS, pomos optimismo nas coisas e é por isso que vencemos e o senhor com o seu pessimismo não chega a lado nenhum. A prova está à vista e os resultados falam por si.

Eu na altura dizia que a carne era uma aposta a ganhar e penso que neste momento é o que está a acontecer. Senão vejamos:

O preço da carne tem vindo a subir, especialmente na ilha Terceira onde temos uma sala de desmancha a trabalhar lindamente bem, e estamos falar de gado classificado da letra O à letra U em que os preços variam entre € 2,30 a € 2,5.

Como disse o meu colega Deputado Henrique Ventura, e muito bem, o abatimento do gado subiu consideravelmente. A UNISAP está a matar neste momento 60 cabeças de gado por semana e quer dobrar já a produção e não consegue.

Isto vem também de encontro àquilo que eu falei aqui naquela altura, que era termos que ter o acabamento do gado e neste momento já é uma intenção da UNICOL avançar para esse sistema para que possamos ter a carne só hoje e amanhã e nos outros dias não termos, ou seja, nas épocas baixas certamente temos dificuldades e ao termos um centro de acabamento é uma maneira de termos a carne constantemente no mercado, para quando as pessoas forem ao mercado encontrem lá sempre carne dos Açores.

Em relação à formação e daquilo que o senhor fala que é para Janeiro, eu tenho aqui os dados dos cursos que foram feitas e não vou falar das ilhas todas, porque não tenho tempo, mas na Terceira foram efectuados sete cursos, e o senhor deve saber.

A formação que o senhor pretende para os nossos agricultores é uma coisa que o senhor esquece, ou seja, o senhor faz as coisas no papel, mas na prática sai errado. A formação que o senhor pretende, se calhar, deve ser feita na Universidade.

Há pessoas com a sua idade e com a idade que o senhor fala, na agricultura com a 4ª classe que não vão ter capacidade de aprender aquilo que o senhor quer que se aprenda.

Uma coisa é dar formação adequada às pessoas consoante as suas idades, consoante o seu estudo, e outra coisa é querermos dar cursos de alto nível e isso certamente aprende-se na Universidade e não com cursos de formação.

Tenho dito.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura para uma intervenção.

**Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais queria dar as boas-vindas aos Srs. Deputados José Gomes, António Pedro Costa, Alberto Costa, Hélder Silva e ao regresso também da Sra. Deputada Fernanda Trindade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano Regional para 2006 e, especificamente, para o sector da Agricultura, é, praticamente, uma fotocópia do Plano de 2005, e, como tal, não apresenta uma arrojada inovação, não é financeiramente suficiente em matéria de investimento, está preso a “velhas atitudes” e orientações, que não conseguem satisfazer as demandas agrícolas da modernidade.

É portanto um Plano incompleto, recheado de medidas maioritariamente desgastadas nos seus objectivos, que não premeia nem motiva o dinamismo dos Agricultores e das Agriculturas, impossibilitando o constante ajustamento agrícola que impõe a evolução socioeconómica dos nossos dias.

É um documento onde o “investimento no betão” é assinalado como marca, que diga-se em abono da verdade é preciso, mas são obras que se tornam eternamente inacabadas se não constituírem parte de uma política agrícola, cabalmente definida nos seus eixos de orientação e de estratégias.

Este Plano baseia-se, numa visão de curto prazo, que não atende ao sentido da PAC, aos possíveis resultados das negociações da OMC, às mudanças rápidas dos hábitos alimentares como resultado das sucessivas crises alimentares e não possibilita novas oportunidades de negócio agrícola.

Sem ideias bem definidas e vontade de as colocar em prática não será possível a Agricultura progredir. Este documento não espelha o abundante voluntarismo político que deve existir para desenvolver a Agricultura desta Região.

Senão repare-se em algumas medidas do Plano.

Embora estivesse corporizada no Plano de 2005, mas sem forte consistência financeira, a extensão rural foi este ano uma ilusão. Continuamos sem esta actuação

que se traduz numa verdadeira alavanca do crescimento económico. Além disso, as verbas destinadas a este fim subentendem, outra vez, uma experiência, o que contraria a publicitação das vossas intenções.

A diversificação agrícola, outro programa básico ao suporte da pluri-actividade e, naturalmente do pluri-rendimento agrícola, desespera por clarificação, continuando subserviente à falta de iniciativa e criatividade por parte do Governo Regional. Esta pobre atenção política empurra, ano após ano, para o desaparecimento de algumas explorações que ainda poderiam manter-se activas.

Neste campo da diversificação, é certo que as políticas estruturais devem viabilizar o maior número de explorações mediante o aumento do seu tamanho físico e da sua dimensão económica. Este é um objectivo elementar de qualquer política agrícola. No entanto, como via alternativa ou complementar desta política clássica a versatilidade económica das explorações agrícolas afigura-se como uma opção incontornável às explorações que dificilmente se poderiam sustentar somente com uma única actividade agrícola. Pelas dificuldades de crescimento parcelar e administrativo que estas explorações se deparam, a diversificação produtiva assume-se como um meio de as assegurar activas e a prosperar.

Diversificar, ao nível da produção agrícola nos Açores, é, sobretudo, encontrar novas maneiras de produzir dentro daquilo que os Agricultores já sabem fazer e/ou complementar uma actividade principal com outra que resulte do aproveitamento da principal.

Nesta exacta medida, diversificação significa, igualmente, instalar um complemento produtivo de fileira.

É o caso da utilização da floresta como opção de complemento e, logicamente, como meio do multi-rendimento que foi esquecida neste Plano. Mas, substancialmente o que faz falta para que a diversificação agrícola possa surgir, cinge-se a uma eficaz produção de enquadramento político que favoreça e acarinhe as iniciativas.

O Governo não pode continuar só a atender a produções de menor esforço, olvidando as produções de esforço adicional.



Na área da formação, e, verificando-se que no Plano para 2006, a sua dotação está confinada a metade da dotação do Plano de 2005, depreende-se que a valorização profissional agrícola é manifestamente um sinal da falta de esforço do Governo. Estamos perante uma dotação inversamente proporcional às necessidades reais.

O SICATE, com menos verbas (-10%), comprova a urgente necessidade de reformular-se este instrumento legislativo de estímulo à reestruturação fundiária, que se encontra desadequado da realidade. Na verdade, ainda não houve atrevimento por parte do Governo para levar adiante uma política de organização parcelar que vise por em movimento o emparcelamento rural nas suas diversas facetas, potencializando o redimensionamento das explorações.

O rejuvenescimento agrícola é outra temática que continua entregue a si própria e ao acaso sem destino, já que não se observa neste Plano um convite de forma integrada e dirigida, particularmente, aos filhos dos Agricultores para assegurarem a actividade agrícola. A passagem do testemunho fica exclusivamente à mercê de um programa comunitário.

Há que perceber que sem um programa regional de “relevo geracional”, não é possível haver comprometimento no futuro da Agricultura. Precisamos de uma política atractiva para os Jovens, onde se ceife a excessiva burocracia. Precisamos Jovens na Agricultura Açoriana.

Na sanidade animal existem lacunas que no mínimo são graves. Igualmente, ao seu homólogo de 2005, este Plano não menciona campanhas sanitárias contra outras zoonoses e patologias que estão a provocar elevados custos nas explorações pecuárias como o IBR, BVD ou a fotossensibilidade bovina.

Mais uma vez, a investigação científica aplicada à Agricultura recebe uma nota negativa. As verbas inscritas, neste Plano, são, irrisórias, o que denota uma ausência de sensibilidade do Governo Regional para o vínculo que deve haver entre Agricultura e conhecimento científico.

Não se compreende que tendo em conta os meios técnicos e científicos ao nosso dispor, porque não se faça uma Agricultura com um melhor rendimento.

Também a rubrica “Experimentação e Divulgação” vê os seus valores diminuídos, quando a direcção deveria ser precisamente a contrária.

Ao arrepio destas constatações, sobressaltam, neste Plano, verbas muito tímidas adstritas a investimentos estruturais e de aspecto fundamental, como o Laboratório Regional de Veterinária e o Parque de Exposições da Ilha Terceira. Presume-se, por isso, uma má vontade de as realizar nesta Legislatura.

Sobem, na realidade, alguns outros montantes sendo os mais notórios os destinados aos caminhos agrícolas (25%) e rurais (13%). Todavia, não nos podemos esquecer que no Plano para 2005 houve um emagrecimento nestes itens, que agora foram compensados, logo não consideramos haver um visível empenho do Governo Regional para ultrapassar um dos nossos maiores desafios, aquele que é caracterizado pelo atraso estrutural que marcam os Açores. Esperava-se, pois, um reforço considerável nas dotações destinadas às infra-estruturas básicas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É sabido que em Agricultura existem vários futuros possíveis. O amanhã é sempre o somatório dos actos do presente. Porém, a segurança das orientações do hoje devem estar fundamentadas em previsíveis comportamentos das políticas externas de cariz agrícola, que influenciam os mercados, os apoios e, inevitavelmente, os preços agrícolas.

O Governo continua a não querer comportar neste Programa anual, estudos de prospecção e previsibilidades que ajudem a desenhar e a dotar de segurança medidas agrícolas de médio e longo prazo.

Aliás, o princípio é simples, não se pode gerir o que não se mede.

Continuamos a reparar, atendendo às implicações económicas da pecuária de leite e de carne, que o Plano ainda não individualiza substancialmente estes sub-sectores.

São temas que merecem, indiscutivelmente, uma política mais própria

Aguardávamos, novamente, que este Plano contemplasse com maior profundidade algumas possíveis vertentes agrícolas de crescimento, designadamente, a floricultura, a vitivinicultura, a horticultura, a fruticultura, a silvicultura, a apicultura e a produção de batata de consumo.

Identicamente, nota-se que no Plano não existem propósitos bem assentes quanto à promoção no exterior de produtos alimentares de origem açoriana. Falamos de

acções que publicitem a identidade da Agricultura Açoriana e a sua qualidade intrínseca.

Têm que se aproveitar, o espaço geo-agrícola dos Açores, porta de entrada do velho e do novo mundo, associando-o aos produtos do nosso território.

Têm que se efectuar “marketing territorial” e, principalmente, têm-se de apostar na qualidade alimentar como elemento promocional no exterior enquanto princípio e prática nos Açores.

Este Plano olha muito para o retrovisor, porque é um documento que se encontra financeiramente muito comprometido com o passado e pouco envolvido com o presente.

Não percebemos como o Governo pode rejubilar-se com a dotação financeira para a Agricultura inscrita neste Plano, se os preços dos produtos finais das explorações não aumentam de valor, ou melhor, o preço do litro de leite não sobe, o prémio aos produtos lácteos é dividido com as Indústrias Lácteas, o preço da carne é instável e todas as outras produções de cariz agrícola não tem expressão de grandeza económica.

Certamente, a continuarmos assim, o rendimento dos Agricultores vai persistir no perigo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A terminar e, aproveitando a oportunidade, queríamos deixar um grande desafio ao Governo e a esta Assembleia e que se prende com a Legislação Regional de base agrícola, visto que a mesma se encontra desactualizada nos seus desígnios e objectivos, ou seja, genericamente já não serve nem colhe.

É, pois, determinante modificá-la, no precioso sentido de se edificar uma “Lei Básica da Agricultura e do Desenvolvimento Rural Regional”, que dignifique no tempo em que vivemos os Agricultores e as suas funções e valências quer as velhas quer as novas.

Esta atitude oferece cabimento político se atender-mos ao inegável facto dos Agricultores na actualidade prestarem serviços que beneficiam todos os cidadãos a que podemos chamar se quisermos de “serviços públicos agrícolas”.

Esta nova consciência e que resulta de preocupações de segurança alimentar, de sustentabilidade ecológica e de bem-estar-animal da sociedade contemporânea, abre permissão para a existência de uma política horizontal Regional a que podemos apelidar de Política Regional de Desenvolvimento Rural, mais independente da comunitária, que deve assentar em linhas de acção agro-rurais, entre as quais destacamos, desde logo, a construção da “carta de direitos e deveres do Agricultor”. Falamos de uma via capaz de conferir um estatuto de cidadania ao Agricultor com a devida protecção jurídica e a imprescindível cobertura financeira.

Trata-se de definir e reconhecer, no presente, as tarefas sociais, económicas e ambientais dos Agricultores.

Trata-se de melhorar a “aceitação social” da Agricultura enquadrando-a no contexto da evolução das nossas sociedades.

Trata-se de dar continuidade à importância pública da Agricultura de maneira que os Agricultores sejam respeitados e compreendidos.

Trata-se de reconhecer a indispensabilidade da Agricultura nesta era marcada pela mercantilização.

A tudo isto acresce o facto de que nos Açores a Agricultura permanece como motor de muitas economias.

Neste entendimento, é possível firmar-se um possante equilíbrio entre a Agricultura de produção e a Agricultura de conservação.

Neste entendimento é possível termos uma “Agricultura Mais”.

Mas, esta é uma posição, essencialmente, política e este é o próximo grande repto que esperamos ver efectivado.

Meus Senhores, para desenvolver a Agricultura é preciso criar uma nova motivação, um novo impulso, uma nova dinâmica, em suma optimismos minimamente convincentes. Para isso é preciso estabelecerem-se “ideias-força” que avivem a economia agrícola, o que passa pela existência de “políticas novas” que instalem “catalizadores” ao desenvolvimento agrícola.

Disse

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar.

**Secretária Regional do Ambiente e do Mar** (*Ana Paula Marques*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Srs. Membros do Governo:

O desígnio da Sustentabilidade foi um dos compromissos de honra assumidos por este Governo Regional. A prossecução de uma política integrada de desenvolvimento sustentável, com vista à protecção e à gestão optimizada dos nossos recursos naturais traduziu-se na concretização de diversas medidas, integradas numa estratégia global que estamos progressivamente a implementar e que constitui já o garante da preservação do nosso rico património ambiental, cuja qualidade é reconhecida aquém e além fronteiras.

Porque reputamos esse desafio de fundamental importância para o nosso futuro colectivo, temos privilegiado, ao longo do nosso trabalho, a participação activa e o envolvimento de todas as partes interessadas ou com preocupações no âmbito do Ambiente – cidadãos, empresas, organizações não governamentais, associações profissionais e instituições de investigação.

Esta prática de diálogo – umas vezes mais profícuo, outras menos, mas sempre enriquecedor – com diversos intervenientes tem-nos mostrado que o esforço e o empenhamento que o Governo Regional tem colocado neste projecto é reconhecido pela generalidade da sociedade.

Continuamos com a mesma determinação e com ainda maior firmeza neste esforço de materialização de um conjunto de reformas sem precedentes que dão corpo a um Programa de Desenvolvimento Sustentável, que irá permitir a compatibilização dos imperativos da conservação ambiental com as necessidades de progresso da nossa Região e que irá consolidar a imagem dos Açores como um verdadeiro santuário da Natureza.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Srs. Membros do Governo:

O nosso reiterado empenhamento e o nosso esforço não são frutos de um inconsciente optimismo. Muito tem sido feito, mas temos a perfeita noção do muito mais que há a fazer, até porque, nestas questões do Ambiente, nem sempre a este amplo consenso social corresponde uma prática consequente por parte de todos os intervenientes.

Desde logo, assumimos como fundamentais os investimentos na protecção e na valorização dos nossos recursos hídricos e dos seus ecossistemas associados, no âmbito de uma estratégia de planeamento integrado.

A implementação progressiva do Plano Regional da Água, que corporiza um esforço de planeamento estratégico e de gestão integrada da água, e a operacionalização das medidas contempladas nos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Furnas e Sete Cidades, foram os dois principais eixos de actuação no âmbito dos Recursos Hídricos.

O reforço das acções de correcção e naturalização dos leitos e margens dos cursos de água foi um dos objectivos que delineámos, e as várias intervenções que temos efectuado a esse nível, em diversas ilhas, testemunham esse propósito. Na Ribeira Grande, no curso de água com o mesmo nome, nas Furnas, na Ribeira do Lameiro, nas Sete Cidades, na linha de água da mata das Criações, nas Lajes do Pico, Ribeira do Fundo, na Ribeirinha, no Faial, decorrem ou vão arrancar em poucos dias diversos investimentos, cuja soma ronda os 2,5 milhões de euros.

A estas obras de maior monta, juntam-se muitas outras, menos visíveis, de limpeza e manutenção de ribeiras, executadas por administração directa pelo Governo e que representaram um investimento na ordem dos 750 mil euros. Para além destes trabalhos, há a contabilizar ainda a colaboração com o poder local, através de protocolos com as juntas de freguesia, dotando-as de meios financeiros para esse efeito, num investimento anual de mais de 488 mil euros.

Estamos a implementar as medidas previstas nos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Furnas e das Sete Cidades. No caso das Furnas, estas acções começam já a dar os seus primeiros frutos, como se comprova na assunção – baseada em dados e critérios científicos – que aquela massa de água mostra hoje os melhores índices de transparência da última década.

Num caso como noutro, estamos a dar passos concretos para a recuperação da qualidade daquelas massas de água de superfície, compatibilizando esse objectivo principal com os usos do solo e as actividades humanas, numa resposta sustentada e integrada a um dos problemas mais emblemáticos do Ambiente na Região. No âmbito da concretização das medidas apontadas nos respectivos planos de ordenamento das Bacias, foram já adjudicadas e estão em andamento as obras na vala das Sete Cidades, bem como a construção de bacias de retenção, a obra da mata das Criações, representando investimentos nessas duas lagoas da ilha de S. Miguel na ordem de um milhão e 839 mil euros.

Também aqui estamos a dar uma resposta eficaz e inovadora para um problema para o qual várias soluções haviam sido tentadas. Os modelos de intervenção que estamos a implementar nessas bacias hidrográficas corporizam uma reforma sem precedentes nos últimos vinte anos.

E foi precisamente para operacionalizar a execução desses planos e maximizar os benefícios da sua execução integrada e dinâmica que trouxemos recentemente a este plenário a proposta da criação da sociedade de gestão de capitais públicos a que demos o nome de Natureza Viva e que ficará responsável pela implementação, gestão e monitorização dos projectos, bem como pela captação dos necessários investimentos junto de programas de financiamento nacionais e comunitários. Esse era também uma das metas a que nos tínhamos proposto no início da legislatura.

No âmbito do Ordenamento Território, temos vindo a realizar diversos investimentos. Aprovados os Planos de Ordenamento de Orla Costeira das ilhas de S. Jorge, Terceira e S. Miguel – Costa Norte, estamos empenhados na sua efectiva implementação. Seguem-se os Planos de Ordenamento de Orla Costeira nas ilhas em falta e a conclusão da elaboração do Plano Regional do Ordenamento do Território.

No âmbito da biodiversidade e da conservação da natureza, no último ano demos passos concretos e seguros não só para a preservação dos nossos valores naturais, como para um mais aprofundado conhecimento científico sobre esse rico património. E porque temos colocado um grande empenhamento na definição e protecção das áreas protegidas da rede ecológica europeia, concluimos e apresentamos o Plano Sectorial para a gestão das áreas integrantes da Rede Natura

2000 na Região, um dos primeiros instrumentos deste tipo em toda a União Europeia.

Procedemos ainda à classificação e reclassificação de várias áreas como zonas protegidas, acautelando assim a manutenção das suas especificidades e dos seus valores naturais.

Ainda no âmbito da inventariação das espécies de fauna e flora foi recentemente publicada a Listagem da Fauna e Flora Terrestre dos Açores, onde foi inventariado e descrito pela primeira vez, de uma forma sistemática, cerca de 4000 espécies terrestres, constituindo uma ferramenta estruturante para o suporte das políticas de conservação da natureza e que permitirá o acesso fácil à informação sobre toda a biodiversidade terrestre dos Açores.

Estamos também a levar a cabo um conjunto de investimentos no âmbito da infra-estruturação, requalificação e sinalização da Rede Regional de Áreas Protegidas. Nesse particular, merecem especial destaque os projectos dos centros de visitantes do Farol dos Capelinhos, do Monte da Guia, da Vinha do Pico, ou da Montanha do Pico, entre outros, e que já corresponderam à execução de aproximadamente 1.225.000 euros no ano de 2005.

De referir ainda, neste domínio, o arranque de novos projectos: o Centro de Interpretação Ambiental e Cultural do Corvo, a Reabilitação Paisagística das Furnas do Enxofre na Terceira e o Centro de Interpretação da Paisagem Protegida de Interesse Regional da Vinha do Pico, a que se somarão em 2006 idênticos centros para a Caldeira da Graciosa, Gruta do Carvão e Caldeira Velha em S. Miguel, com intenções de investimento já contempladas.

Esta requalificação e infra-estruturação destas áreas naturais protegidas corresponde também ao nosso desejo e compromisso de dotar a Região de uma moderna e coesa rede regional de áreas protegidas, com legislação actual e órgãos de gestão mais consentâneos com os actuais desígnios de conservação da Natureza e da biodiversidade. Esta rede regional e a consequente adopção de critérios de gestão claros e rigorosos permitirá, para além da melhor protecção dos valores naturais nestes locais, uma identificação entre o quadro classificativo das áreas protegidas e os sistemas adoptados a nível internacional, nomeadamente pela União Internacional



para a Conservação da Natureza (UICN), o que constituirá um importante passo para um cada vez maior reconhecimento internacional do património natural dos Açores e corporizará um novo quadro legislativo em matéria de áreas protegidas. No âmbito das acções de vigilância e fiscalização nestas áreas de intervenção da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, estamos a estudar a implementação de um novo regime contra-ordenacional para o Ambiente.

Não estamos desatentos aos problemas relacionados com a produção e o tratamento dos resíduos. A produção declarada de resíduos sólidos urbanos (RSU) no ano de 2004 atingiu cerca de 119 mil toneladas, a que corresponde uma capitação diária de 1,4 quilos por habitante, sendo mais de 50 por cento dos quais produzidos em S. Miguel e cerca de 20 por cento na ilha Terceira.

Relativamente aos Resíduos Industriais Banais e Perigosos, ainda se constata uma falta do cumprimento legal, por parte dos produtores deste tipo de resíduos, na entrega dos mapas de registo industriais. Não obstante, verifica-se que, em muitos dos casos, não é dado um destino final adequado a estes resíduos. É um problema, ainda que não assuma contornos preocupantes, ao qual não estamos desatentos. Terminada a fase de discussão pública, encontra-se em fase final de elaboração o Plano Estratégico de Resíduos Industriais e Especiais dos Açores, que irá permitir obviar os problemas atrás referidos.

Para completar o quadro acerca da produção e tratamentos de resíduos, faltará ainda acrescentar que no mesmo ano de 2004 exportámos cerca de 1700 toneladas de resíduos industriais e especiais para Portugal Continental, para tratamento e valorização. Neste tipo de resíduos incluem-se os óleos usados, sucata, equipamentos eléctricos e electrónicos, pneus usados e cerca de 2 300 toneladas de embalagens e resíduos de embalagens. A exportação destes resíduos representa um custo adicional que o Governo Regional dos Açores tem participado, por forma a reduzir o passivo ambiental nos vários concelhos da Região.

Não estamos, reafirmo, desatentos à problemática da gestão e do tratamento dos resíduos. Não podemos estar, se queremos continuar a ser uma Região reconhecida pela sua qualidade ambiental. Por isso, já concluímos o estudo preparatório do Sistema Integrado para a Gestão dos Resíduos dos Açores, que, partindo do

diagnóstico de cada caso, aponta cenários para a gestão e tratamento dos resíduos concebidos tendo em conta as especificidades de cada ilha.

Sabemos bem a grandeza deste desafio da gestão dos resíduos na nossa Região e por isso o assumimos como um compromisso e um dos nossos maiores desígnios para esta legislatura. Sabemos bem da sua importância, não só para o desenvolvimento e para a imagem exterior da nossa terra, como para o próprio bem-estar e para a qualidade de vida dos cidadãos. **Assim também as outras entidades com responsabilidades na matéria entendessem a importância destas áreas básicas e estruturantes relacionadas com os resíduos e o saneamento básico e canalizassem para elas o que esbanjam em outros projectos de duvidosa qualidade e ainda mais questionável necessidade.**

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

Não é admissível que a maior autarquia da Região demore cinco anos para fazer um projecto de tratamento secundário de uma ETAR, manchando a boa imagem da nossa Região e causando embaraços aos Açores nas instâncias judiciais europeias. Da nossa parte, o Governo Regional será intransigente com este tipo de situações que em nada abona a favor do nosso Arquipélago.

Ainda no âmbito da educação e da sensibilização ambiental, temos vindo a cumprir com o compromisso a que nos havíamos proposto, com a implementação progressiva de uma Rede Regional de Ecotecas, que este ano estendemos às ilhas de Santa Maria e do Faial. Em fase adiantada está também a recuperação do espaço onde será instalada a Ecoteca da Ilha Terceira.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Srs. Membros do Governo:

No próximo ano de 2006, o Governo Regional irá prosseguir com esta acção reformista que empreendemos durante estes primeiros meses da legislatura e que irá permitir, no fim de contas, a implementação de um modelo estratégico para o desenvolvimento sustentável da Região. A parte do Plano e Orçamento para 2006

reservada ao “Ordenamento do Território e Qualidade Ambiental” é constituída por seis principais projectos de intervenção, que caracterizam com pormenor as actividades que contamos levar a efeito no próximo ano.

No âmbito do Ordenamento do Território, destacamos os investimentos nas obras de protecção da orla costeira. Referência especial devem merecer também, pela sua inquestionável importância, a conclusão da elaboração do Plano de Ordenamento da Costa Sul de S. Miguel, a implementação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira de S. Jorge e da Terceira e a elaboração dos POOCs das restantes ilhas. Vamos também continuar a implementar as acções previstas nos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas. E poderão também encontrar já no Orçamento do próximo ano uma rubrica destinada aos incentivos para a redução do encabeçamento animal, no caso da Bacia das Sete Cidades.

No que concerne aos Recursos Hídricos, vamos continuar o trabalho que temos empreendido de reforço das medidas de protecção e utilização integradas dos recursos hídricos e dos seus sistemas associados. Mesmo que isso implique ter, por vezes, de vencer as muitas resistências da parte daqueles que deveriam ser os maiores interessados na efectiva realização deste tipo de obras que, para além de preservarem a riqueza dos nossos recursos, contribuem para a segurança e o bem-estar dos cidadãos.

Vamos continuar a implementar as medidas preconizadas no Plano Regional da Água, vamos proceder a um trabalho de definição dos perímetros de protecção às nascentes de água subterrânea da Terceira. Destaco ainda, de entre as várias acções, a continuação dos sempre necessários trabalhos de desobstrução, regularização e limpezas das ribeiras e as intervenções nas bacias hidrográficas das lagoas.

No capítulo relativo à Valorização da Qualidade Ambiental, merece um destaque especial o arranque da implementação do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos dos Açores. Um instrumento que reputamos de capital importância na medida em que permitirá otimizar a gestão integrada dos resíduos, valorizando-os como recurso e protegendo os ecossistemas e a saúde pública. A implementação deste Sistema, que irá também dar cumprimento aos quadros normativos comunitários e nacionais, permitirá dar uma resposta eficaz aos problemas dos lixos, minimizando

os seus impactos ambientais, incentivando a prevenção e a minimização da produção de resíduos e gerindo as infraestruturas com o maior grau de protecção dos ecossistemas e da saúde pública. A implementação desse sistema permitirá ainda dar uma resposta inovadora aos normais problemas relacionados com a fragmentação territorial do Arquipélago, com soluções adequadas às necessidades de cada ilha.

O bom estado de conservação da nossa Natureza tem sido um dos traços distintivos das nossas ilhas e um dos mais vivos retratos que todos aqueles que nos visitam levam na memória. Temos sabido conservar as nossas áreas protegidas, protegendo-as na sua beleza e facilitando a sua compreensão a todos os que delas querem disfrutar. Temos vindo a efectuar diversos investimentos ao nível da recuperação ou construção de infra-estruturas que irão servir como centros de apoio à visitaçã o e à gestão dessas áreas protegidas. É o que vamos continuar a fazer nos Capelinhos, com a recuperação do mítico Farol e a instalação de um Centro de Interpretação da Natureza no local, uma grande obra que contamos concluir em 2007. É o que vamos continuar a fazer na Montanha do Pico, onde está a nascer, no sopé do ponto mais alto do País, uma Casa de Apoio, que irá permitir prestar apoio aos visitantes e disciplinar as subidas àquele Monumento Natural. É o que vamos fazer na Caldeira Velha, na ilha de S. Miguel, com uma segunda fase de trabalhos de requalificação daquele local. Para além destes investimentos, ainda no domínio da Conservação da Natureza, vamos continuar a implementar as medidas previstas no Plano Sectorial e nos planos de gestão das áreas da Rede Natura 2000.

No que concerne à Promoção Ambiental, iremos continuar o profícuo trabalho que temos desenvolvido através da nossa Rede Regional de Ecotecas e, no espírito da abertura e do diálogo que é nosso apanágio, continuar a colaboração que temos mantido com as Organizações Não Governamentais de Ambiente.

A responsabilidade partilhada entre a tutela e as ONGAs é uma das melhores formas de acautelar as nossas áreas protegidas. As parcerias estabelecidas visam a preservação ambiental e o correcto aproveitamento das áreas de lazer. Ao Governo Regional compete a fiscalização, o acompanhamento e o controlo destas áreas. Uma referência agora também para o apoio que temos vindo a dar à Universidade dos

Açores, para o desenvolvimento dos vários projectos de investigação científica com interesse em matéria ambiental.

Ainda no capítulo da Promoção e Sensibilização Ambiental, vamos promover a organização de uma feira anual sobre Ambiente e Mar, que queremos realizar, consecutivamente, no Faial, S. Miguel e Terceira.

O plano de trabalhos consubstanciado neste Orçamento é, sabemo-lo bem, bastante ambicioso. Os números mostram-no e reflectem bem a aposta que o Governo Regional fez nesta legislatura em matéria de Ambiente. Move-nos a vontade de continuar a dar corpo a uma política reformadora que teve a ousadia de buscar soluções inovadoras que vão contribuir para que os nossos filhos se orgulhem do rico património ambiental que soubemos preservar e para que os Açores consigam uma cada vez maior projecção em todo o Mundo como Região Amiga da Natureza. Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

**(\*) Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar:

Uma sugestão e um pedido de esclarecimento.

Primeiro sabemos que há verbas incluídas na medida 21.4.5 para as obras na Caldeira Velha e gostaria de saber que obras da segunda fase vão ser incluídas e quando se pretende exactamente acabar a totalidade das obras por forma a que aquele monumento regional possa ser um postal dos Açores.

Por outro lado, sugeria à Sra. Secretária Regional que a Feira do Ambiente e Mar possa iniciar-se no Concelho da Ribeira Grande, porque isso seria também uma forma de contemplar a Ilha de S. Miguel e o Concelho da Ribeira Grande com uma feira desta amplitude e assim podermos divulgar as potencialidades do mar que nos rodeia e o Concelho da Ribeira Grande tem grandes potencialidades, como sabemos, nomeadamente na Vila de Rabo de Peixe.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

**Deputado Jaime Jorge (PSD):** Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária do Ambiente e do Mar:

Como sabe estão a decorrer neste momento na Ilha do Pico as candidaturas aos apoios consignados no Decreto Regulamentar Regional 23/2004, designadamente os apoios à manutenção da cultura da vinha da Ilha do Pico.

A pergunta que lhe queria fazer era a seguinte:

Por que é que esta candidatura, que é uma candidatura a um apoio a verbas eminentemente regionais, depende dum apoio para a mesma parcela às medidas agro-ambientais? Eu sei que isto faz parte das condições de candidatura, mas por que é que esta é uma das condições exigidas?

A outra questão tem a ver com o Plano de Ordenamento da Orla Costeiro da Ilha do Pico.

Este Plano vai ter algum desenvolvimento na Ilha do Pico, para além da obra de protecção às Lajes do Pico?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(\*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Terei oportunidade de fazer uma intervenção da tribuna onde abordarei estas questões do ambiente com mais algum pormenor, mas não podia deixar, nesta fase, de intervir para elogiar e aplaudir a intervenção bastante completa e elucidativa da Sra. Secretária, conforme já nos tem vindo a habituar, dando nota mais uma vez do acerto das medidas que tem vindo a ser desenvolvidas neste âmbito pelos Governos Regionais do Partido Socialista desde 1996.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

(\*) **Deputado Manuel Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve nota, não para fazer qualquer pergunta ou pedir qualquer esclarecimento, mas deixar registado, Sra. Secretária, que o único momento da sua boa, exaustiva e clara intervenção foi quando se referiu às questões do saneamento básico, ao

tratamento, recolha e à posição dos resíduos sólidos urbanos. Isso é curioso. Havia até quem dissesse que fazer saneamento básico é uma forma de perder eleições, porque parte desse investimento fica soterrado. Talvez por isso tenha havido tanta dificuldade em avançar com as obras de saneamento básico em muitas das nossas localidades, em muitos dos nossos concelhos, em muitas das nossas vilas e até em algumas das nossas cidades.

Curiosamente foi o Partido Socialista, e é um registo que eu quero deixar, que teve a coragem nesta Região de inverter este modo de pensar e de tomar algumas decisões significativas nesta matéria e apraz-me registar que o Concelho de Santa Cruz das Flores, onde resido, avançou com uma obra dessas. Disseram-se “cobra e lagartos”, mas o que é um facto é que o Partido Socialista, depois de executar uma obra dessa envergadura e com essa qualidade, acabou por ver reforçada a sua representação autárquica e a sua vitória eleitoral.

Isto para dizer, Sra. Secretária, que V. Exa. tem razão. A orientação está correcta, os recursos começam a ver-se e a referência à Lagoa das Furnas é a prova disso.

Esperamos que estes 20 milhões de euros, 4 milhões de contos, algo inimaginável há muito poucos anos, sirva para transformar os nossos Açores numa região cada vez mais pura, cada vez mais mágica e que o legado que vamos deixar aos nossos filhos seja melhor que aquele que recebemos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

**(\*) Secretária Regional do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo precisamente por responder à questão que me colocou relativamente ao POOC da Ilha do Pico.

A obra que estamos a realizar na Vila das Lajes é uma obra importantíssima que tem a ver com a protecção da orla costeira, mas não tem rigorosamente nada a ver com o POOC.

Nós, aquando da visita do Governo à Ilha do Pico, anunciámos que iríamos começar este ano a lançar o concurso público para elaborarmos o POOC da ilha do Pico. Porquê a ilha do Pico e não a ilha do Faial? Porque precisamente temos verificado

nos últimos anos que, em termos de estabilidade com as nossas linhas de água e até em termos de ordenamento da orla costeira, se começaram a verificar alguns problemas e por isso já estamos também a executar. Julgo que já saiu o concurso público da Ribeira da Ribeirinha, que há mais de 50 anos não acontecia o que aconteceu no Inverno passado.

Portanto, tendo em conta que o Pico é a segunda maior ilha do arquipélago e que começou a sofrer algumas alterações que podem vir a ser preocupantes, nós entendemos que seria uma forma de se iniciar o último grande POOC, porque já fizemos o da Costa Norte de S. Miguel. Estamos a fazer o da Costa Sul, temos o de S. Jorge e o da Terceira prontos e segue-se agora o POOC da ilha do Pico e vamos fazer mais dois pequenos, através dum projecto INTERREG que são os POOCs de Santa Maria e da Graciosa.

Poderemos não os ter todos terminados nesta legislatura, mas certamente lançaremos todos os concursos públicos para a adjudicação desses trabalhos.

Portanto, o do Pico justifica-se e impõe-se precisamente pela verificação que temos vindo a constatar relativamente aos problemas de ordenamento da orla costeira.

Relativamente às questões que me colocou em relação aos apoios à manutenção da vinha do Pico, posso dizer-lhe que estes apoios têm que ser sempre indexados aos apoios das medidas agro-ambientais. Por isso exigimos aquilo que é exigido aos produtores em termos de medidas agro-ambientais. Aliás, o nosso apoio é um apoio complementar, como é também o montante que também temos agora no Plano para a redução do encabeçamento nas Sete Cidades que é, no fundo, um apoio às medidas que já existem e que estão consagradas na política do Governo Regional, no que diz respeito à agricultura.

Portanto, é precisamente para as pessoas preservarem os currais das vinhas que nós damos este complemento. Isto foi feito com esse objectivo.

Nós já alterámos durante este ano o decreto legislativo. Temos já os decretos regulamentares preparados e a breve trecho serão agendados em Conselho do Governo e serão publicados para que os produtores e os outros modelos que temos em vigor, para as pessoas não ficarem prejudicadas e poderem assim sentir-se ali naquela zona como se sentem nas outras e, no fundo, proteger aquele riquíssimo



património que teve a dignidade de património da UNESCO. Foi para isso que fizemos isso e vamos manter.

Espero que mais produtores da ilha do Pico adiram a estas medidas. Durante este ano já demos cerca de 40 apoios e estou convencida que há muito mais intenções de candidaturas e, portanto, acho que isto foi uma medida extraordinária.

No que diz respeito à questão levantada pelo Sr. Deputado António Pedro Costa, queria-lhe dizer que, como sabe, trata-se da segunda fase de obras da Caldeira Velha, trata-se de uma infra-estrutura para dar apoio às pessoas que usufruem daquele local paradisíaco. Nunca tivemos tantos visitantes na Caldeira Velha como este ano e isto quer dizer que os açorianos reconhecem quando o Governo faz algo para preservar o seu património.

Nós verificamos neste momento que cada vez há menos problemas com lixo abandonado, que toda a organização que fizemos está a correr muito bem e esta infra-estrutura que vamos lançar a concurso público, penso que na próxima semana, gostaria que as obras se realizassem logo a partir do momento em que esteja seleccionada a empresa e é uma infra-estrutura de apoio para as pessoas que usufruem daquele espaço. Trata-se de um vestiário, duns balneários e de uma ou duas salas de apoio, precisamente para complementar até, em termos de informação, a nível de conservação da Natureza, o que as pessoas podem fazer nestas áreas.

Obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos e voltamos às 15,00 horas.

Srs. Deputados pedia a vossa atenção para os tempos ainda disponíveis.

Governo – 76 minutos

PS – 75 minutos

PSD – 23 minutos

CDS/PP – 5 minutos

Deputado Independente – 10 minutos

Bom almoço e até às 15 horas.

*(Eram 13,00 horas)*

**Presidente:** Agradecia que os Srs. Deputados se sentassem para verificarmos se há quórum.

*(Pausa)*

Segundo informação do Sr. Secretário da Mesa temos quórum. Vamos prosseguir com os nossos trabalhos.

*(Eram 15 horas e 10 minutos)*

*(O Secretário da Mesa, Deputado Cláudio Lopes, foi substituído pelo Sr. Deputado Mark Marques)*

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há menos de um ano – aquando do debate do Programa do IX Governo Regional – sustentámos que a agenda deste século é a criação duma *sociedade sustentável* e que a superação do actual estado das coisas e a afirmação de uma nova ordem constituem um importante e complexo desafio, que convoca a utopia, ou seja, nas palavras de Boaventura Sousa Santos, “*a exploração de novas possibilidades e vontades humanas, por via da oposição da imaginação à necessidade do que existe, só porque existe, em nome de algo radicalmente melhor que a humanidade tem direito de desejar e porque merece a pena lutar*”.

Hoje, já ninguém – ou quase ninguém – coloca em causa que o princípio do desenvolvimento sustentável – apoiado na prosperidade económica, na protecção da natureza e na equidade social e ambiental – deve nortear toda a política, particularmente a política de Ambiente, e afirmar-se como imperativo ético, já que a resolução das controvérsias e conflitos ambientais com que nos deparamos constantemente, bem como a promoção de uma cidadania activa, informada,

comprometida com a implementação da sustentabilidade e responsabilizada para com o Ambiente convoca um conjunto de princípios morais.

Assim, a questão hoje já não é mais se necessitamos de uma ética global, mas sim como obter uma ética para o futuro e como esta poderá ser assimilada de modo a levar a uma nova direcção política. Hoje em dia muitas pessoas são conhecedoras dos desafios que o mundo enfrenta. Muitos, inclusive, têm o que se poderia chamar de uma consciência global ou uma consciência ecológica, mas, paradoxalmente, sabemos que o tempo está-se a esgotar e não agimos para mudar as coisas, antes que seja demasiado tarde.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com o passar dos anos, o risco ambiental tem-se materializado em dano efectivo e, perante esta realidade, há que exigir uma nova e modificada cidadania, já que sem ela não teremos como nos defender dessa quase fatalidade, da qual ninguém nos pode salvar a não ser nós mesmos.

É indubitável que o desafio da sustentabilidade só poderá vir a ser alcançado tendo por base um exercício de cidadania alargado, vencendo-se um processo de mudança de mentalidades, de forma a que o exercício desse activismo na defesa do Ambiente seja, cada vez mais, assumido pela generalidade dos cidadãos.

Há alguns meses, Jostein Gaarder escrevia que *“cinquenta e um anos depois da assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o mundo necessita de uma nova declaração universal, desta vez de obrigações humanas, tanto dos indivíduos quanto dos estados, a fim de deter a progressiva deterioração do ambiente de nosso Planeta. Há no mundo milhares de organizações que actualmente se ocupam dos direitos das pessoas, mas somente um punhado está-se preocupando com o estabelecimento de obrigações humanas”*.

Para cuidarmos do Planeta, precisamos todos de passar por uma alfabetização ecológica e de rever os nossos hábitos de consumo. Importa, pois, desenvolver uma ética do cuidado, que está dependente da possibilidade de cada cidadão, em qualquer parte do mundo, exercer direitos e deveres correspondentes ao objectivo de promoção do equilíbrio ambiental. Para tanto, é necessário também a promoção da democracia, da justiça, da educação, da solidariedade e do acesso aos meios para

uma vida digna, incluindo o acesso à informação, já que este novo conceito de cidadania ambiental refere-se ao conjunto de condições que permitem a cada ser humano actuar efectivamente na defesa da Vida no Planeta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Desde 1996, que esse novo rumo tem vindo a ser, firme e progressivamente, trilhado nos Açores.

Na sequência da criação da Direcção de Serviços de Promoção Ambiental e de toda a actividade desenvolvida por este serviço, a educação ambiental passou a ocupar um espaço de destaque na política do Governo Regional.

Nos programas e na acção dos VII, VIII e IX Governos Regionais preconizava-se e tem-se vindo a desenvolver um processo de formação, informação e sensibilização partilhado pela generalidade dos agentes políticos, económicos e sociais, e a implementação de uma estratégia regional para a educação ambiental, onde a rede regional de Ecotecas e a instalação de Centros de Interpretação Ambiental, junto das áreas protegidas, são os projectos mais visíveis.

Mas se a educação e a informação ambientais são alguns dos requisitos obrigatórios na formação dessa ética para o futuro, não são certamente os únicos.

A definição duma estratégia regional para a conservação da natureza e da biodiversidade e para a elaboração de planos de ordenamento e gestão de áreas prioritárias, designadamente áreas protegidas, bacias hidrográficas, orla costeira e áreas da Rede Natura 2000, fundada em bases científicas sólidas, é outro exemplo que confirma a exactidão do rumo traçado, num oceano, por vezes, de águas agitadas, quer pela resistência de determinadas corporações, quer pela demagogia irresponsável de algum poder político caduco.

Com o ano de 2012 cada vez mais próximo e com os compromissos de Quioto colocados em risco, os Açores destacam-se, ainda, por já terem efectuado alterações profundas na sua matriz energética, incorporando, em grande escala, fontes sustentáveis, designadamente energia geotérmica, eólica e hídrica, que atingiram 20,2% da produção em 2003, claramente além da meta de 12% estabelecida pela União Europeia para 2010.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Num debate de apreciação do Plano Anual e do Orçamento Regional não podíamos, obviamente, deixar de fazer uma incursão por esses documentos, abordando – mesmo que de forma sintética – os números e a sua evolução.

O Plano Anual para 2006 prevê no *Programa 21 – Ordenamento do Território e Qualidade Ambiental*, um investimento global de 19.083.004,00 €, dos quais 15.930.400,00 € serão financiados pelo Orçamento Regional e 3.152.604,00 € correspondem a verbas provenientes de outros fundos, designadamente comunitários.

O montante do Plano de Investimentos financiado pelo Orçamento Regional passou de 14.134.057,00 € em 2005 para 15.930.400,00 € em 2006, crescendo 12,7%, numa fortalecimento, claro, das políticas públicas de Ambiente, o que constituiu um factor fundamental para a indução das necessárias mudanças estruturais que a nova agenda global reivindica.

Não fossem quase incontáveis as razões – as quais, por serem de conhecimento generalizado, é desnecessário enunciar – bastar-nos-ia uma questão de sobrevivência, da nossa sobrevivência, para concluirmos que nunca foi tão necessária uma ética para o futuro na relação Homem/Natureza e que, não obstante a nossa dimensão, podemos orgulhar-nos de estarmos a contribuir, de forma líquida, para esse desiderato.

Disse!

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Antes de prosseguir queria dar-vos conta de que temos connosco hoje a Escola de S. Roque do Pico, uma turma do 10º ano, a quem dou a boas-vindas em nome da Assembleia Regional.

*(Aplausos da Câmara)*

Passamos ao orador seguinte. Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes para uma intervenção.

**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Discute-se neste Parlamento a proposta de plano de investimentos do Governo Regional para o próximo ano em todas as ilhas dos Açores.

Embora sendo Deputado Regional, venho a esta tribuna para proceder a uma breve apreciação política ao que este plano propõe para a ilha do Pico, ilha pela qual fui eleito e em relação à qual tenho responsabilidades políticas mais directas. Análises globais ao documento já aqui foram feitas por colegas da minha bancada, com maior competência, profundidade e pertinência.

Será uma intervenção curta, pois o tempo que a nossa bancada dispõe é muito escasso.

Será uma intervenção crítica, pois não espero que sejam os deputados da posição a fazê-la, assim como também espero que os deputados da posição considerem natural o tom da minha intervenção.

Depois de analisar o plano que aqui está em discussão, de constatar o que ao Pico está destinado, compará-lo com o todo Regional e também com anos anteriores, não gostei dos elementos que entretanto fui registando.

Não sofro da cegueira política de querer demonstrar que o plano não tem virtudes, claro que têm, muito mal estaríamos todos nós se não as tivesse, mas compete-me, como deputado da oposição, realçar as suas omissões, as suas incoerências ou até as suas penalizações em relação à ilha do Pico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação ao Pico este plano é um plano de continuidade no tempo. As obras emblemáticas que decorrem no Pico, são compromissos eleitorais que datam de 1996. Têm portanto no mínimo nove anos de tutela socialista. E mais, estou convencido que se arrastarão até ao final desta legislatura e atingirão a idade política de 12 anos desde o seu compromisso público até à sua realização concreta.

Por isso neste domínio nada temos de novo. Como nada temos de novo relativamente a muitos outros compromissos socialistas para com as populações do Pico, que aguardam o seu cumprimento. E eles encontram-se divulgados em

manifestos dos últimos três actos eleitorais que precederam as três legislaturas de Governação socialista e em muitos comunicados de Conselhos de Governo. Por outro lado, se fizermos também uma leitura dos memorandos do Conselho de ilha e dos pareceres dos três municípios do Pico ao longo destes 9 anos, sobre os planos anuais do Governo, constataremos que a realidade não é tão cor-de-rosa assim na ilha do Pico, por mais que se esforcem os Senhores Deputados do PS e os Senhores Membros do Governo a pintá-la dessa cor.

Não havendo tempo para entrar em pormenores, porque não o tenho, vou apenas relevar um dos aspectos que mais me impressiona, pela negativa, neste plano e em relação ao Pico.

Em 2006, o investimento regional global aumenta cerca de 13 milhões de euros, (2,5%), em relação a 2005. Em todas as Ilhas o investimento sobe, excepto na ilha do Pico que desce cerca de 11 milhões de euros, (27,4%) relativamente ao que foi proposto no ano passado, para aquela ilha.

O investimento proposto para o Pico em 2005 representava 7,1% do todo regional. Em 2006 representa 5% desse mesmo valor.

Obviamente que nada me move contra o que às outras ilhas é destinado pelo contrário, fico satisfeito com o bem dos outros, ou não fosse eu militante de um partido humanista, o PSD Simplesmente como picoense e como deputado eleito pela ilha do Pico não posso ficar satisfeito nem calado perante tal tratamento diferenciado, sendo ele negativo no contexto regional.

O Pico, que tradicionalmente ocupava o 3º ou 4º lugar no “ranking” regional, em matéria de investimento público, passa agora para 5º lugar, ou seja o meio da tabela.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há contudo um dado novo neste plano responsável por este reenquadramento financeiro do Pico em matéria de investimento no plano regional. As cinco ilhas chamadas da coesão passam a ter um hipotético nível de investimento muito superior ao que antes acontecia. E digo hipotético, porque como já aqui nesta Assembleia foi demonstrado e muito bem, a utilização ou não das verbas destinadas aos apoios às empresas, designadas por fundo de coesão não depende da boa vontade do Governo,

mas sim da capacidade de iniciativa das empresas e da sua real capacidade em investir. São por isso, de alguma forma, uma ilusão, que podem transformar-se numa desilusão.

Deliberadamente, a “3ª dinastia do reinado de César” (sem ofensa para os Srs. Membros do Governo) deixou o Pico de fora das ilhas da coesão. Naturalmente porque se considera que o Pico está muito desenvolvido e já não necessita de estímulos públicos para continuar a crescer. O Pico merece continuar a crescer, tem os seus empresários revelado grande capacidade de iniciativa e de concretização, mesmo perante grandes dificuldades. O Pico tem revelado grande dinâmica e possui fortes potencialidades para continuar a crescer. Pode no entanto crescer mais rapidamente se forem criadas condições para tal. Por exemplo se os seus empresários forem mais apoiados e estimulados para o investimento.

O que me parece que isto tem de grave é que esta opção política do Governo se baseia em pretensas sensibilidades e numa estratégia de piscar o olho às ilhas mais pequenas. É que não se conhecem critérios objectivos e estatísticos que suportem esta opção.

Onde estão os estudos que orientaram o Governo Regional a tomar esta opção de excluir o Pico dos apoios para se atingir a coesão regional?

Qual é o grau de coesão económica da Ilha do Pico em relação á média regional? Não sei, mas gostava de saber. Fico com a sensação que os Senhores também não sabem. Dir-me-ão que é assim porque é assim. Pois este é o tipo de resposta a que já nos habituaram.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O desenvolvimento e o progresso de uma ilha é sempre um processo inacabado. Por isso nenhum poder, seja local ou regional, bem como nenhuma oposição responsável deve dar como concluído.

No Pico falta ainda fazer muita coisa, infelizmente. É por isso que temos de continuar a lutar. E temos, sobretudo, de reclamar deste governo tantas promessas feitas aos picoenses ao longo destes 9 anos e que tardam em ser cumpridas. Nesta



matéria os deputados da oposição têm de ter um papel activo. É o que nos compete e é o que, responsabilmente, procuramos fazer.

Finalmente, diria que:

**O plano de 2006 é como uma fornada de pão que é distribuída por nove filhos. Só que uns recebem massa sovada (lêveda) e outros recebem pães ázimos (não levaram levedura). Ao Pico neste plano coube pão ázimo, ou seja, aquele que não levou levedura.**

Tenho dito.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

**(\*) Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O investimento para ser qualificador e promotor do desenvolvimento tem que obedecer a critérios de necessidade objectiva e não a critérios de subjectividade que tenham a ver com o número de habitantes ou com a dimensão territorial.

Foi partindo desse pressuposto e do rigor que essa análise exigia e também do baixo ou medíocre nível com que nos deparamos relativamente à generalidade das infra-estruturas que o Pico tinha há uns anos atrás que, desde o primeiro Governo do PS, foi definido um plano global de investimentos que requalificou o Porto Comercial, que avançou com uma obra, de acordo com os senhores, impossível, a obra do Aeroporto, que criou a Unidade de Saúde de Ilha, que construiu um novo porto de pesca e reclassificou os outros, que lançou a obra, que está em execução, da protecção da orla marítima das Lajes, que fechou o anel com um tapete betuminoso de cerca de 100 km, que lançou a grande empreitada de requalificação da transversal e estamos no fim deste primeiro ciclo, iniciando um segundo.

Nós não confundimos a árvore com a floresta, não confundimos aquilo que está previsto no Plano de 2006 com aquilo que será o volume global de investimentos

para o Pico durante esta legislatura. Esta é uma legislatura de 4 anos, não é uma legislatura de um ano, do ano de 2005.

Por isso, o início deste novo ciclo conta com alguns projecto e obras estruturantes e fundamentais no seguimento das já desenvolvidas que, não tendo uma expressão tão elevada no Plano de 2005, terão nos anos seguintes e refiro-me mais concretamente ao projecto de ordenamento do Porto da Madalena, o Núcleo de Recreio Náutico das Lajes, ao Centro de Saúde da Madalena que em 2005 terá o seu projecto e a definição da sua localização e aquisição dos terrenos concluída. São um conjunto de obras que são também fundamentais para o nosso desenvolvimento e para a melhoria dos níveis de bem-estar da nossa população.

Por isso, não só estamos satisfeitos com o que temos previsto para 2006 no Plano de Investimentos para o Pico, como também o tivemos nos anos anteriores onde claramente o Plano de Investimentos para o Pico estava muito acima do Plano de Investimentos de outras ilhas e não ouvimos os deputados do Pico se queixarem de que o Plano de Investimentos contemplava verbas excessivas. Não contemplava, mas contemplava as necessárias como em 2006 contemplará as necessárias e nos anos seguintes terá o acréscimo que for necessário para darmos cumprimento aos nossos compromissos e continuarmos a desenvolver o Pico, como o Pico merece e como os picoenses sabem que nós continuaremos a fazer e é por isso que nos tem dado o apoio que tem sido sucessivamente e cada vez mais expressivo.

Portanto, não confundimos as coisas e no final da legislatura estaremos cá para prestar contas.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, dou a palavra, para um intervenção, ao Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

**Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As propostas inscritas no Plano 2006, integradas no Programa do IX Governo Regional dos Açores e relativas à fileira das pescas, demonstram claramente que o Governo Regional continua empenhado no desenvolvimento e modernização de um sector que é fundamental para o crescimento sustentado dos Açores.

O Oceano é um recurso vital para a nossa Região. Desempenha um papel essencial na nossa vida económica, social e cultural. Constitui uma fonte importante de riqueza, com grande potencial de desenvolvimento, desde que, como é óbvio, a sua exploração seja efectuada de uma forma racional e sustentável.

Temos que ter sempre uma aproximação holística ao Mar. É por isso que definimos quatro vectores fundamentais, a serem desenvolvidos em simultâneo, para a gestão integrada das nossas águas.

Primeiro, valorizar o Mar como factor de identidade regional; segundo, aprofundar o conhecimento científico e assegurar a protecção da nossa ZEE; terceiro, promover o desenvolvimento sustentável das actividades económicas ligadas ao Mar; e por fim, consolidar a ligação ao Mar, de molde a reforçar a coesão regional.

A utilização sustentável do Mar tem de ser a nossa imagem de marca. É por isso que continuaremos a apostar numa política de promoção e consciencialização da componente ambiental do nosso Mar, quer seja a nível regional, quer seja a nível nacional ou comunitário.

A valorização do nosso património natural marinho em parceria com os investigadores da Universidade dos Açores, como os nossos montes submarinos, a dorsal médio-atlântica e as fontes hidrotermais, também contribuirá para a projecção internacional das nossas águas e para a defesa nas instituições comunitárias dos nossos interesses.

A classificação de áreas marinhas protegidas, na zona marítima da Região, de modo a reflectir também o compromisso entre a situação dos recursos e o rendimento dos nossos pescadores, constituir-se-á igualmente como um instrumento de protecção das nossas águas e dos nossos interesses estratégicos junto da União Europeia.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A protecção da nossa ZEE, no âmbito da política comum de pescas comunitária, continua a constituir um objectivo permanente para o Governo Regional, na procura de uma pesca sustentável para as gerações futuras de açorianas e açorianos.

É por isso que importa referir que conseguimos, de uma forma pioneira na União Europeia e contra alguns ventos e correntes, que fosse proibida, de uma forma

definitiva, a utilização das redes de emalhar de profundidade e do arrasto de fundo em todos os bancos de pesca das nossas águas, garantindo assim, que na nossa Região, não fossem introduzidas artes depredadoras que os nossos pescadores não utilizam.

Mas este avanço ainda não nos satisfaz. Continuaremos a insistir junto das instâncias comunitárias na necessidade da exclusividade da exploração da nossa ZEE, pela nossa frota regional, com base no princípio da precaução e no princípio da estabilidade relativa.

Continuaremos também a persistir na necessidade de reforçar a fiscalização da nossa ZEE, junto das instâncias nacionais, protegendo um património que é de importância fulcral para a nossa Região.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O plano de 2006 desta Secretaria Regional, no âmbito das pescas, prevê um investimento público que nos permite concluir que o sector continua a ser prioritário e que continuamos na senda da reforma que iniciamos neste sector nos finais de 1996.

A estrutura do programa previsto para esta fileira, modernização das infra-estruturas e da actividade da pesca, compreende cinco projectos que têm o propósito do equilíbrio entre o desenvolvimento sustentável e a evolução da rentabilidade dos profissionais do sector das pescas.

No subprojecto fiscalização e inspecção, estão previstas acções de formação dos nossos inspectores, fiscalização em todas as ilhas, continuação do investimento em equipamentos técnicos, bem como acções de colaboração da fiscalização da nossa ZEE, com a Marinha e a Força Aérea, no âmbito do Sistema Integrado da Fiscalização e Controle da Actividade da Pesca, vulgo SIFICAP, e no qual a nossa Inspeção Regional das Pescas já é a entidade coordenadora.

A continuação da aposta na investigação marinha, em parceria com o Departamento de Oceanografia e Pescas e o Centro do IMAR da Universidade dos Açores, tendo em vista aumentar o conhecimento científico da nossa ZEE e a divulgação das ciências do mar, não só promoverá a transferência de conhecimento entre os

cientistas e pescadores, como potenciará uma política que continue a conduzir à exploração sustentável dos nossos recursos.

A celebração de protocolos com as associações do sector e com as Câmaras de Comércio para a realização de debates e exposições temáticas, constituem outra importante reforma de mentalidades que promovemos e que demonstra que os parceiros do sector assumiram a partilha de tarefas e responsabilidades na nossa Região.

O apoio à plena participação das associações do sector nas reuniões do Conselho Consultivo Regional das Águas Ocidentais do Sul, entidade de consulta oficial da União Europeia, constitui-se também como um instrumento de pressão nas instâncias comunitárias que possibilitará influenciar a forma como se efectuará o esforço de pesca nas nossas águas por parte das embarcações comunitárias.

Iniciaremos um estudo relativo ao consumo de pescado per capita na nossa Região, tendo em vista verificar a adequação da nossa produção às necessidades da nossa população e assim conhecer melhor o nosso mercado, de forma a perspectivar nichos de oportunidades nas espécies piscícolas regionais.

Em parceria com organizações não governamentais, iremos também analisar, com alguma profundidade, o papel real das mulheres no sector das pescas dos Açores, na perspectiva de encontrar novas formas de envolvimento no sector, que permitam um maior desenvolvimento das comunidades piscatórias.

No âmbito do projecto das infra-estruturas portuárias, iremos continuar a prosseguir investimentos estruturantes de ligação terra-mar, requalificando os nossos portos em todas as ilhas da Região, dotando-os com casas de aprestos, oficinas de reparação naval, lotas e seus postos de recolha, bem como instalando novas gruas, guinchos, pórticos de varagem e equipamentos de gelo e de frio.

Continuaremos a descentralizar tarefas, investindo numa gestão partilhada com os profissionais do sector, que promova localmente a reparação naval, o aumento da produtividade e a segurança e que garanta um funcionamento dos portos mais competitivo, mais eficiente e mais próximo dos pescadores.

Os investimentos realizados e a realizar ainda no âmbito regional e no actual Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas constituiu uma verdadeira reforma na rede regional dos portos e núcleos de pesca visível, a toda a sociedade açoriana.

O investimento já em preparação, pelo Governo Regional, em amplo consenso com as comunidades locais, no âmbito do futuro Fundo Europeu para as Pescas, continuará a expansão da nossas zonas portuárias ligadas ao mar e em particular ao sector das pescas, melhorando cada vez mais as condições do exercício da actividade dos nossos pescadores, das actividades marítimo-turísticas e até dos nossos nautas de recreio.

A partilha destas infra-estruturas por toda a comunidade marítima, seja comercial ou de lazer, potenciará toda uma economia ligada ao mar.

As condições de segurança da navegação nocturna na demanda dos nossos portos também constitui uma preocupação. O protocolo assinado com a Direcção de Faróis permitirá investir na melhoria dessas condições, facilitando a vida a quem anda no mar.

A oportunidade que conseguimos a nível comunitário de podermos continuar a renovar a nossa frota, até ao final de 2007, na condição dos pedidos de construção das novas embarcações serem aprovados até ao final do corrente ano, tem tido uma grande adesão por parte dos nossos armadores, permitindo-nos afirmar que o sector produtivo está num sentido crescente de competitividade.

Neste âmbito, consideramos que temos que persistir junto da União Europeia na necessidade de continuarmos com a construção de novas embarcações que nos permitam prosseguir com a reforma da nossa frota pesqueira no próximo Quadro Comunitário de Apoio.

A modernização das nossas embarcações, sejam da pesca local ou costeira, também está contemplada neste plano, de forma a melhorar cada vez mais a segurança, as condições de trabalho a bordo e a qualidade dos produtos da pesca.

A reorientação da actividade da pesca para espécies de maior profundidade constitui também uma acção que faz parte dos nossos planos e que não só permitirá criar rendimentos alternativos aos nossos pescadores, como também permitirá inovação nouro tipo de produtos da pesca.

Na área da transformação e comercialização dos produtos da pesca iremos investir, de acordo com a regulamentação comunitária, na promoção do atum transformado na Região, bem como a execução de acções inovadoras que incluam novo tipo de embalagens e novos produtos finais de conservas. A modernização e a criação de novas empresas de congelação e de filetagem de pescado constitui uma prioridade regional que potenciará o escoamento do nosso sector produtivo e permitirá a entrada no mercado regional de produtos de qualidade a preços acessíveis.

Com o processo de certificação de pescado, em curso, que inclui a rotulagem ecológica do nosso pescado, pretendemos reforçar a competitividade e criar mais valias para os nossos pescadores, ao mesmo tempo que reforçamos a nossa marca distintiva de utilização sustentável do Oceano.

No âmbito da coesão social continuaremos a trabalhar, em conjunto com os pescadores, para que o FUNDOPESCA continue a constituir um justo mecanismo de intervenção quando, por questões de intempérie, não se possa exercer a actividade da pesca.

É nossa prioridade prosseguir também com a formação dos profissionais do sector, na área da segurança marítima, da qualidade dos produtos da pesca e da condução de motores, com o propósito de valorizar cada vez mais o conhecimento de todos os parceiros da fileira da pesca.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O desenvolvimento dos Açores, passa também seguramente pelo sector das pescas. A aposta na sustentabilidade, na qualidade e na modernização do sector constitui um dos primados do Governo Regional. O investimento previsto neste plano e o renovado empenho e dinamismo dos profissionais das pescas, em todas as ilhas da nossa Região, permitem-nos olhar com optimismo o futuro.

Obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

(\* **Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para perguntar ao Sr. Subsecretário Regional das Pescas para quando a rastreabilidade do pescado, à semelhança do que se faz com a lagosta, por forma que os consumidores possam ter a rastreabilidade do pescado?

**Presidente:** Tem a palavra, para prestar o esclarecimento, o Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

(\* **Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Panplona):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como o Sr. Deputado sabe bem, temos vindo a reformular todo o sistema de lotas da Região Autónoma dos Açores, recuperando um património que tinha estado ao abandono até esta altura.

De facto nós temos melhorado bastante as lotas da Região, estamos a introduzir sistemas informáticos e o Porto de Rabo de Peixe tem esse sistema e já estamos a trabalhar na certificação do pescado. Neste momento já é possível verificar que o pescado dos Açores já tem um controle a nível informático em grande parte das lotas da Região e já é possível relacionar o pescado que existe aqui na Região com a exportação do pescado.

Também as condições higio-sanitárias e as condições de venda do pescado melhoraram significativamente nos Açores nos últimos 8 anos.

**Presidente:** Parecendo não haver mais pedidos de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado José Gaspar para uma intervenção.

**Deputado José Gaspar (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Srs. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Falar de pescas hoje não é o mesmo do que há dez anos. Houve alterações conjunturais e estruturais com reflexos profundos no futuro da actividade. A pesca nos Açores evoluiu na última década em muitos aspectos e consolidou o seu lugar de destaque na economia e na sociedade da nossa Região.



Hoje temos um sector dinamizado, revigorado e empenhado no desenvolvimento dos Açores. Os nossos pescadores e armadores de hoje, nada têm a ver com os de há 20, 30 ou 40 anos atrás. Na altura, ser pescador era uma profissão marginal, pelo menos na concepção da maioria da população. Era uma profissão socialmente ostracizada. Os filhos dos pescadores, na sua maioria, tentavam fugir à profissão dos pais. Por falta de bons portos e embarcações e pela limitação de consumo dos mercados locais a pesca era uma actividade ligada a uma concepção económica de subsistência.

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só foi possível desenvolver as pescas a partir do momento em que os mercados externos se abriram. Com a abertura destes mercados, o escoamento da produção regional melhorou permitindo aumentar os rendimentos dos nossos

Tudo seria mais fácil se a espécie fosse mais valorizada sem transformação. Na conjuntura actual, ao continuarmos a investir na pesca tradicional, temos de ter em conta os aspectos ambientais e de preservação de stocks. Temos tentado assegurar uma gestão equilibrada dos recursos marinhos, fornecendo mais meios para a protecção dos mesmos, reforçando a componente pedagógica e de fiscalização em toda a área de operacionalidade da frota.

Perante os condicionalismos actuais, algumas alterações na formação profissional dos pescadores foram introduzidas, ajustando as variáveis à evolução conjuntural.

Um dos maiores problemas dos pescadores tem sido a dificuldade de cooperação em áreas como a racionalização das capturas dos pequenos pelágicos e sua comercialização local.

É muito importante continuar a fomentar a qualidade do pescado através da aprendizagem prática dos métodos de conservação a diversos níveis.

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A concorrência no mercado internacional a algumas das nossas espécies, tem-nos obrigado a um maior esforço na implementação de técnicas de conservação em fresco com vista à valorização do nosso pescado. Parece-me importante e necessário que os pescadores açorianos invistam na

comercialização local do seu pescado. O pescado que por falta de qualidade ou tamanho, é comprado pelos comerciantes em lota a preços muito baixos, é normalmente vendido nos mercados locais a preços absolutamente especulativos.

Só as dificuldades de cooperação entre pescadores tem dificultado, o aparecimento de infra-estruturas de comercialização local dirigidas por eles, bem como a planificação e racionalização das capturas dos pequenos pelágicos. Não é fácil investir com sucesso na promoção do espírito cooperativo. Mas apoiar e implementar projectos que desenvolvam essa componente cooperativa, parece-me extremamente importante.

No plano e orçamento para o próximo ano os investimentos já anunciados serão aplicados:

- na melhoria dos Portos de Pesca da Região;
- no arranjo de acessibilidades na varagem das embarcações;
- na montagem de Gruas e Guindastes;
- na continuação da formação profissional dos pescadores.

São estas as verbas que vão ser investidas e que se distribuem pelas seguintes rubricas:

- Inspeção e Gestão 2.516.469 €;
- Em estruturas portuárias 4.269.142 €;
- Na Frota e no Fundo Pescas 6.308.500 € .

Este Governo dá, assim, continuidade à sua política, no que diz respeito a este sector, voltada para as pessoas e para o desenvolvimento sustentado da nossa Região.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Deputado António Pedro Costa.

**(\*) Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de deixar aqui uma questão dirigida ao Governo.

Relativamente ao excesso do pescado provocado pela utilização das redes de cerco na captura de chicharro, porque, como sabemos, o enxelavar tem vindo a ser menos utilizado, sendo substituído pela redes de cerco, gostaria de saber se essa preocupação ainda existe e o que é que se pode fazer para apaziguar algumas opiniões relativamente a esta matéria?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

**Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Queria agradecer ao Sr. Deputado a pertinência dessa questão e vou tentar explicar o que é que se passa com a pesca dos pequenos pelágicos.

Como sabe os pequenos pelágicos inclui o chicharro, a sardinha e a cavala e o mercado de S. Miguel não absorve mais do que 8 ou 9 toneladas, mas os planos de gestão desse tipo de artes e desse tipo de pesca é efectuado não pelo Governo, mas pela organização de produtores, chamada Porto de Abrigo.

É com base nisso que essa organização de produtores pôs o limite de capturas às embarcações de pesca de forma a que o preço do chicharro não baixe a partir de um determinado preço. Basicamente a resposta é esta, Sr. Deputado.

Nós temos a preocupação de encontrar sempre os meios financeiros para a apoiar a Porto de Abrigo no processo de retiradas, mas nós não podemos pôr a população a comer mais chicharro do que aquilo que ela consome durante cada dia.

Eu diria que compete aos próprios pescadores e à própria Organização de Produtores perceberem que o facto de pescarem mais do que uma determinada quantidade, faz baixar o preço.

Por outro lado, para a pesca do chicharro existem três tipos de artes: o enxelavar, a chamadas rede de borda e as redes de cerco com argolas.

Foram os próprios pescadores que vieram pedir ao Governo Regional para introduzir este tipo de artes, porque lhes permitia, mesmo com mau tempo, exercer essa actividade num prazo muito curto de tempo, ou seja, enquanto que os pescadores vão para o mar com redes de cerco e em 2 horas fazem as suas capturas, com o

enxelarar ou com as redes de borda, podiam estar 7 ou 8 horas. As redes de cerco foram, de facto, uma melhoria na parte técnica das artes de pesca, agora tem é que haver um limite e os pescadores têm que perceber que não podem apanhar mais do que o mercado consome.

Por outro lado, o nosso chicharro, chamado no continente de carapau negrão, acaba por não ter mercado no continente e também nas outras ilhas.

De facto, aquilo que interessa é que os pescadores estão sujeitos às quotas e às limitações de capturas impostas por eles próprios, através da sua Organização de Produtores.

**Presidente:** Não havendo mais esclarecimentos, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Gusmão para uma intervenção e dispõe de 10 minutos.

**Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os dez minutos que me foram atribuídos, aparentemente, permitem-me apenas cumprimentar V. Exas., apresentar-me, agradecer a vossa atenção e despedir-me quase logo de seguida.

Aparentemente, porque na verdade não é bem assim. Dez minutos é tempo mais do que suficiente para resumir estas longas horas de debate a uma conclusão a que todos facilmente chegamos.

O Plano e o Orçamento para 2006, aqui apresentados, não são tão maus como pinta a oposição, nem tão inebriantes como louva a maioria socialista.

Há quem diga que ambas as partes cumprem assim o seu papel. Pode ser que seja verdade. Mas, mesmo assim, será tão difícil aceitar que estes documentos reforçam a autonomia financeira, embora de forma comedida, pois também não é difícil admitir o impacto que aqui tem a desorçamentação de algumas responsabilidades financeiras através de avales às sociedades entretanto criadas? Na forma e na metodologia o que é que estes documentos têm de tão diferente em relação às dezenas de outros similares que esta Câmara já aprovou, que nos faça, a alguns ter motivos de crítica feroz e a outros de auto elogio exacerbado, durante, usando uma expressão introduzida pelo Senhor Deputado Francisco Coelho, durante, três santos dias?

Dirão novamente: é o nosso papel. Mas será que é mesmo assim?

Será que o mais importante é mesmo a metodologia, a forma ou até o saber se a canada A começou no dia certo ou se o governante rosa da pasta B é mais sério que o alternativo laranja para o mesmo dossier?

Será que no conteúdo, nas políticas, naquilo que ambicionamos para os Açores, não há diferenças? Não há alternativas?

Não é difícil a ninguém, hoje, admitir que este Governo Regional, até no contexto nacional, tem sido garante de equidade, gerando em algumas áreas focos de desenvolvimento.

Agora, isso não significa, nem pode significar, que não possa haver outras formas de encarar esse mesmo desenvolvimento.

Dou-vos um exemplo. O Governo costuma regozijar-se dizendo que a construção civil está em alta, consumindo-se assim muitos sacos de cimento. A oposição diz que não é bem assim porque também estão aí incluídos os privados, etc, etc.

Mas, de facto, será que o debate que importa fazer é esse? Será essa a questão de fundo? Será que todos queremos caminhar para uns Açores onde a construção a toda a força é a palavra de ordem?

Mesmo na habitação, será que já paramos para pensar se o modelo de desenvolvimento que queremos, no fundo apoiado por todos, governo e oposição, governo e autarquias, é este? Qual a prioridade, por exemplo, do investimento das Portas do Mar, quando em Água Retorta ou na Bretanha, em cada 3 casas, 2 estão fechadas, porque os investimentos teimam em concentrar-se? Qual a política de habitação, quando a cidade de Ponta Delgada se afoga em prédios, enquanto a população das pequenas freguesias das nossas ilhas continua a diminuir? Falamos todos da harmonia regional. Mas o que está a ser feito, com eficácia, para contrariar a deformação das nossas cidades, aumentando-se em cada dia os seus subúrbios, com menos qualidade de vida, mas com a cada vez maior concentração da nossa população jovem?

Hoje, que a pequena criminalidade chegou aos Açores, ficaremos todos de braços cruzados porque esse é o destino natural do progresso e da aldeia global?

E os nossos próprios problemas sociais já estão de facto ultrapassados? Os açorianos hoje estão mais próximos do nível de educação, por exemplo, dos países nórdicos, onde a cultura do cimento nunca foi a prioridade?

Nesta área reconheço que têm sido até tomadas medidas corajosas, mas ainda falta a assumpção de uma cultura de excelência, a qual passa para além do Governo e envolve-nos a todos, enquanto sociedade, numa nova mentalidade, que prefere o saber e o ser, ao dizer e ao parecer.

E a pobreza? Tem sido combatida com eficácia, juntando de forma declarada o nosso esforço colectivo à responsabilização individual de cada um? O desígnio de criar condições que permitam a todos ter acesso a uma habitação digna, conjugando o esforço público com a participação das famílias, não tem sido muitas vezes confundido com o utópico objectivo de simplesmente dar casas, o que continua a deixar tantas e tantas famílias de fora? As palavras de ordem deveriam ser criar condições e estendê-las a todos os que precisam. Todos conhecemos as tantas e tantas situações degradantes que ainda existem nestas nossas ilhas.

Como escreveu Paulo VI, na Octagsima Adveniens, aqueles que não dispõem de uma habitação condigna “tornam-se vítimas das condições de vida desumanizantes, degradantes para a consciência e perniciosas para a instituição familiar: - a promiscuidade nos alojamentos torna impossível um mínimo de intimidade; os jovens, por sua vez, fogem de um lar demasiado exíguo e procuram na rua compensações e companhias que escapam a qualquer vigilância. E dever grave dos responsáveis procurarem dominar e orientar estas situações...”. Fim de citação.

Temos sabido prescindir, quer ao nível regional, quer ao nível local, das gorduras da democracia, em prol do essencial? A todos, enquanto cidadãos, continuamos a encarar com naturalidade, alguns gastos populistas, sem retorno nem gosto?

Será que hoje, no tempo da modernidade, já não se encara a pobreza como uma preza fácil até para o apoio a este ou àquele projecto político? Nestas autárquicas, por exemplo, por mera hipótese académica, terá havido algum caso de distribuição de materiais de construção seja da parte das próprias autarquias, seja das entidades regionais, através de instituições locais?

Não é única crítica. Entendam-no como um desafio de reflexão. Será que de facto aquilo que nos divide enquanto políticos é assim tanto que não nos permita trabalhar em conjunto? Deixar as divisões do acessório e assumirmos corajosamente diferenças no essencial. O mal é que passamos a vida a discutir aquilo que julgamos dar grandes louros políticos e não discutimos profundamente o essencial porque aí o politicamente correcto não permite grandes diferenças de opinião.

Cairá o Carmo e a Trindade se alguém disser que caminhamos nos Açores para uma sociedade indiferente, desumana e sem espírito de comunidade.

Com maiores índices de conforto? Certamente.

Sem nos transformarmos numa sociedade sem chama nem alma, unicamente sujeita às modas do mundo consumista? Infelizmente não parece. Numa sociedade que, queremos todos, continue a ser verdadeiramente democrática: onde continue a haver lugar a visões diferentes.

O poder socialista consolidado não significa, nem pode significar, que não continuem a existir açorianos, em grande número, que pensam de forma diferente e acreditam noutra modelo de desenvolvimento.

O Governo dos Açores cumpre o seu papel. Agora, enganam-se aqueles que já profetizam os Açores como território de um qualquer partido único. O futuro é sempre maior do que as nossas mais criativas previsões.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Fica a pergunta: estará então tudo mal? Obviamente que não.

Pelo contrário, o progresso e a melhoria das condições de vida estão aí. Este Plano, com todos os seus defeitos ou virtudes é certamente mais um passo nesta permanente caminhada.

Agora, somos todos desafiados a saber abraçar o futuro sem prescindir dos valores que nos caracterizam e que fazem de nós, orgulhosamente, açorianos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Não havendo mais ninguém inscrito, pedia ao Sr. Deputado independente, aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e a um Sr. Membro do Governo para se acercarem da Mesa.

*(Pausa)*

Srs. Deputados, depois desta conferência rápida, vamos interromper os nossos trabalhos para reanálise dos documentos, apreciação de eventuais propostas de alteração e à 18,00 horas recomeçamos com as intervenções finais, seguindo-se de imediato a votação dos documentos.

*(Eram 16 horas e 10 minutos)*

**Presidente:** Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, vamos retomar os nossos trabalhos.

*(Eram 18,00 horas)*

Terminado o debate sobre o Plano e o Orçamento para o próximo ano, vamos dar início, conforme ficou acordado na conferência de líderes, às declarações finais e dou a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como referimos ao longo destes dias de debate, o CDS/PP considera que o Governo Regional faz, nos documentos que submeteu a esta Assembleia, um diagnóstico económico e social demasiado optimista. Porém os membros do Governo, nas suas intervenções, tornaram-se já, na sua grande maioria, mais moderados na linguagem. É certo que todos devemos ter honra na nossa Região e nas potencialidades dos Açores, mas não podemos cair na tentação de não reconhecer as limitações regionais.

Não falar nos problemas não os faz desaparecer. E o Governo só ganhará em respeito, quando mais partilhar com os açorianos em geral e com os responsáveis políticos em particular, os sucessos, mas também os problemas que afectam esta



Região e até os bloqueios que a afligem. Uma política de verdade é uma política de responsabilidade.

Esta Assembleia é também um Órgão de Governo próprio da Região e o local certo para os membros do Governo partilharem preocupações, aproveitarem discussões e retirarem utilidade das sugestões. De pouco serve declarar que se prestigia o papel da oposição, se na prática não houver abertura real para compreender os pontos de vista diferentes, aceitar com espírito democrático as críticas e até para ponderar a aceitação de sugestões e alternativas. Diga-se, em abono da verdade, que na discussão, muito mais intolerantes para com a oposição foram alguns dos senhores deputados do Partido Socialista, que se revelaram avessos a qualquer crítica. Foram esses e sobretudo esses, que teceram louvores sem medida à actividade governativa, não encontraram qualquer atitude que merecesse crítica, nem sequer lugar para sugestões. O dever de ser útil e de colaborar, não deveria dar lugar a uma ânsia desmedida de apresentar serviço ao Governo, como que à busca de promoção, a ponto de fazer cair alguns em posturas que o PS outrora condenou e muito bem.

A oposição é que não está condicionada a ter de alinhar pelo apoio incondicional ao Governo. Mas entendemos também que não podemos, ainda que por conta do papel de oposição, cegar ao ponto de não reconhecer os programas e projectos positivos que o Governo submete à nossa consideração.

O Plano que o Governo Regional apresenta, não é o nosso Plano, nem algum que tivesse contado com a nossa participação. Mas o Plano para 2006 é aquele que o Governo apoiado por uma maioria escolhida pelos açorianos apresenta, na sequência da aprovação pela maioria desta Assembleia de um Programa de Governo.

O CDS/PP declara, perante esta Assembleia, que reconhece existirem no Plano alguns Programas que incluem muitos projectos com os quais está perfeitamente de acordo. É verdade que alguns dos projectos incluídos são aqueles que há muito reclamámos e só pecam por tardios; muitos deles estiveram já incluídos em vários planos anteriores, sem que tenham sido concretizados, ou sequer iniciados.

O CDS/PP perante o segundo Plano desta legislatura, este com um ano completo para ser executado, com membros do Governo que já tiveram tempo para atingir a estabilidade emocional e funcional, apoiado por uma ampla maioria que lhe garante

a estabilidade de cuja falta tanto se queixou no passado, com um Governo da República que é agora da sua cor partidária e com maioria, terá todas as condições para encontrar as boas soluções e todos os meios para garantir a concretização dos projectos e soluções que nos propôs.

Nestas condições, se o CDS/PP não encontra motivos suficientes para votar a favor deste Plano, na verdade também considera dever dar o sinal que não se assume contra, porque há expectativa sobre a concretização das propostas de um documento que contém um conjunto de realizações, muitas delas de extrema importância e que há todas as condições para as realizar em proveito dos açorianos. Nós sabemos que este Governo tem o direito de aplicar o seu Programa; nós temos o dever de fiscalizar a actividade governativa e a conformidade daquilo que foi proposto, com aquilo que vier a ser executado. Será isso que faremos, porque é isso que interpretamos como sendo o papel que nos confiaram aqueles que votaram em nós.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O outro documento em discussão é a proposta de Orçamento.

É positivo que o Governo aponte no sentido de buscar o equilíbrio orçamental, mas já não podemos aceitar que o continue a fazer à custa de empresas de capital exclusivamente público, onde se escondem despesas correntes. Paradigma disso são os milhões que, ano após ano, se acumulam como dívida da Sudaçor, sem o correspondente aumento em ganhos para a saúde dos açorianos.

Não basta a sustentabilidade da Administração Regional; a Região deverá procurar libertar receitas para o investimento e redução da dependência externa.

Porque o Orçamento Regional tem escassas possibilidades de aumentar as receitas, a boa gestão orçamental tem de fazer-se pelo lado da redução da despesa; nem a proposta, nem a discussão demonstraram quais as medidas necessárias preconizadas, ou sequer as possíveis, para reduzir as despesas correntes e combater os desperdícios.

Logo no início destes dias de debate o CDS/PP apelou ao Governo para que clarificasse perante esta Assembleia, como era seu dever, a crise institucional com o Governo da República relativamente à alegada dívida do Estado para com a Região.

As verbas envolvidas, sobre cuja recuperação nada se sabe, é algo que não pode deixar de ser tomado em conta pelo CDS/PP.

Queremos também realçar que só formalmente é que o montante dos empréstimos se mantém sem crescimento. Sabe-se que por via de manobras diversas a dívida indirecta da Região está permanentemente a aumentar. A questão que esta preocupante evolução suscita é exactamente a de saber-se qual o limite aceitável para a actual geração utilizar ou comprometer os recursos a gerar pelas próximas gerações.

Por tudo isso e em coerência, a posição do CDS/PP relativamente ao Orçamento não pode ser a mesma da que assumiremos perante o Plano.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ultimamente é habitual dizer-se que há vida para além do Orçamento.

Pois que se entenda que com previsões nacionais de consumo privado e público e rendimento disponível a descerem, com a inflação a subir, com taxas de desemprego a crescer, infelizmente a Região não poderá ser o oásis que todos desejaríamos, mas que só alguns se atrevem a prometer.

Deseja-se pois que o Governo na aplicação dos documentos que daqui saírem não se esqueça que o desemprego não é um número, mas uma realidade social que afecta já muitos milhares de açorianos, muitos jovens licenciados, que aguardam emprego, muitos deles também em ilhas com um tecido económico e social muito frágil.

Desejamos que o Governo comece a entender que os indicadores económicos gerais são meros números, mas que cada Ilha é uma realidade, com problemas concretos que exigem uma resposta específica. Se ela virá ou não do tão propalado reconhecimento de ilhas da coesão, é o que não se tem a certeza. Mas é uma esperança que se incutiu em muitos açorianos.

O CDS/PP tudo fará para que as esperanças de todos os açorianos se concretizem.

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No final do exercício dos documentos que hoje foram aprovados estaremos com dez anos de governação socialista nos Açores.

E dez anos é muito tempo.

Na transição do século XX para o século XXI, com os avanços da técnica, da tecnologia e da ciência, com o facilitado e generalizado acesso ao conhecimento, com as consequências sociais da integração europeia e com os recursos financeiros que desta advieram, o tempo deste tempo não pode ser comparado, por exemplo, com idênticas parcelas de anos dos alvares da autonomia.

E com dez anos de governo socialista na Região, poderíamos, hoje, estar com um arquipélago diferente, com outro desenvolvimento, com outro rumo, com outras apostas, com outros equilíbrios, enfim, poderíamos, com idênticos recursos, ter concretizado uma diferente ideia de Região.

No entanto, naquilo que depende da acção governativa regional, o que está e não está feito, as dinâmicas sociais existentes, a realidade das ilhas, isto é, a vida dos açorianos de agora é da responsabilidade dos sucessivos governos do Partido Socialista.

À oposição parlamentar cabendo apreciar e deliberar sobre os documentos definidores da estratégia governativa regional, compete acompanhar essa acção e promover, na exacta medida das suas responsabilidades, a intervenção política capaz de melhorar aquilo que entende menos bem e apresentar-se com propostas de desenvolvimento alternativas.

Porém, esta visão de concretização política do regime democrático começa cada vez mais a ser posta em causa, com a preocupante minimização e, conseqüente, desresponsabilização do papel desta assembleia, nos seus poderes efectivos e no resultado prático que, muitas vezes, a sua acção deixou de ter.

Quando constatamos, sucessiva e progressivamente, que grande parte da acção, por natureza, pública de investimento e de promoção do desenvolvimento regional, nas mais variadas áreas, deixa de ser concretizada pelo órgão político Governo Regional, por via dos seus vários departamentos, para ser levada a cabo através de sociedades comerciais sem controlo político e público, quer do eleitor e cidadão quer do órgão

próprio da autonomia que tem, ou melhor, tinha, exactamente a competência de apreciar, deliberar e fiscalizar tais acções, concluímos pela necessidade imperiosa de rever os conceitos e as práticas do sistema democrático autonómico deste início de século.

Com efeito, hoje, parte significativa dos investimentos, parte substancial da acção política nos Açores, é protagonizada por administradores com estatuto privado, que nem foram sujeitos ao acto supremo da democracia – o voto - , não são susceptíveis da apreciação pública das suas acções ou omissões, nem sendo, o mor das vezes, sequer conhecidos do eleitor.

Efectivamente, com a actual situação, cada vez mais os directamente eleitos pela comunidade, todos e cada um de nós, dos 52 Deputados que com a nobreza cívica do estatuto de membros do primeiro órgão da autonomia, ficam apenas com o título, com o ónus a cada dia mais negativo da função política, o mesmo é dizer, aqueles em quem todos têm os olhos porque neles votaram, cada vez têm pior imagem junto da população e cada vez menos têm o poder efectivo de planear, decidir e executar investimentos em cada uma das ilhas, que acaba por ser transferido para outros quaisquer nomeados de uma qualquer sociedade anónima.

Tudo isto é ainda mais grave, quando se verifica que tal realidade incide sobre áreas com a importância política pública, como a saúde, o ambiente, as estradas regionais, os caminhos agrícolas, ou a gestão de portos e aeroportos.

Mas, se esta conclusão determina uma reflexão profunda sobre o nosso sistema político, exige, do mesmo modo e nessa exacta medida, que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, através de todos os seus Deputados, assuma vigorosa e convictamente os seus poderes, as suas faculdades e se adeque a estes novos tempos.

O que não pode continuar a suceder é a alteração profunda do quadro dos poderes e protagonistas executivos e, por outro lado e ao invés, a manutenção suicida e progressivamente anacrónica das competências e faculdades do órgão legislativo e fiscalizador.

É neste panorama de preocupação, mas de exigência, que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores é confrontada com os documentos definidores da acção política regional para 2006.

O Partido Social Democrata com a representatividade eleitoral que assume, com o património da sua obra e dos seus ideais e com a reflexão e acção dos seus Deputados faz um análise claramente critica do Plano e Orçamento apresentados pelo Governo Regional e aprovados pela maioria.

Tais documentos são marcados, por um lado, pela continuidade das práticas e orientações, não beneficiando de inovação, novidade ou melhorias significativas, e, por outro lado, com uma acentuada tendência para a ilusão com que se tenta adormecer e distrair os açorianos.

Conforme ficou claro nestes três dias de debate, muito daquilo que caracteriza a propaganda do Governo e do PS, muito daquilo que se passa para a opinião pública e publicada - cada vez mais dependente da informação oficial da Região - não passa de um conjunto de artificios e artimanhas embrulhados e enfeitados num discurso de faz-de-conta sem correspondência com a realidade dos números e dos factos.

A este nível não pode deixar de se voltar a alertar para a gravidade daquilo que até agora não mereceu qualquer explicação.

Conforme o PSD denunciou, os valores previstos nas Orientações de Médio Prazo 2005-2008, publicadas no Diário da República e constantes das publicações oficiais do Governo Regional não coincidem com os valores aprovados nesta Assembleia em Abril deste ano.

De facto, o total aprovado para as verbas do Plano foi de 1.328 milhões de euros, enquanto o total publicado e assumido pelo Governo Regional foi de 1.243 milhões de euros. O total aprovado para as verbas globais de investimento foi de 2.377 milhões de euros, enquanto o total publicado e assumido pelo Governo Regional foi de 1.987 milhões de euros.

Que credibilidade se pode exigir, ou sequer esperar, dos documentos aprovados nesta Assembleia, quando são desrespeitados com tanta leviandade.

Tudo se torna ainda mais acintoso e descarado perante a posição do Vice-presidente do Governo ao apresentar os documentos em debate, começando por dizer que

“concretizam as opções estratégicas para o próximo ano” quando o quadro da projecção do investimento público das Orientações de Médio Prazo aprovado há seis meses já nem é seguido.

Conforme o PSD demonstrou claramente, também o slogan propagandístico de que estamos, mais uma vez, perante o maior Plano de sempre é uma ilusão, fruto de manobras e artificialismos.

Desde logo, não é tido em conta o efeito da inflação.

Por outro lado, e como clarificamos no âmbito do debate, a inclusão no Plano das verbas relativas ao Imposto sobre os Produtos Petrolíferos, quando o mesmo não sucedeu por exemplo em relação ao corrente ano, faz, desde logo, com que, e com os mesmos critérios, o Plano para 2006 seja inferior ao Plano para 2005.

Acresce que cerca de 5% das verbas inscritas no Plano, aproximadamente 16 milhões de euros, para pretendo investimento acabam por constituir meras despesas de funcionamento, como são os casos de um vasto leque de acções para conservação e manutenção de edificios e instalações ou pagamentos de honorários de advogados. Assim, e descontando estas claras despesas de funcionamento disfarçadas de investimento, o Plano passa de 326 para 309 milhões de euros.

É de realçar, ainda, que parte significativa das verbas do Plano existe para pagar dívidas anteriores de obras já executadas.

Depois, voltamos a ouvir a trombeta da propaganda do Governo a anunciar, irresponsavelmente, o aumento do investimento em face das despesas correntes, quando o que se passa, de facto, é que as despesas com investimento crescem aparentemente 1,7%, mas se retirarmos as referidas verbas de funcionamento mascaradas de investimento ficaremos com um crescimento negativo de -3,4% em relação a 2005.

Por outro lado, e mesmo sem artifícios, as despesas de funcionamento crescem 2,6%, assim, mais do que as despesas de Plano, os tais 1,7%, sendo que sem o malabarismo de travestir despesas de funcionamento em despesas de investimento, as despesas correntes aumentam 5,5%.

Mas, temos, ainda, a charada do chamado equilíbrio orçamental, que, cremos sinceramente, não engana nem os seus próprios autores.

Com efeito, a dívida pública regional vem aumentando significativamente, depois de em 2004 termos chegado a uma dívida pública regional total de 555 milhões de euros, sendo 275 milhões de euros em dívida directa e 280 milhões em dívida indirecta.

Prevê-se, de acordo com o Relatório do Orçamento, que em 2005 se chegue a uma dívida total de 674 milhões de euros, um aumento de 21,6%, decorrente da dívida indirecta para 399 milhões de euros.

Para 2006, é prevista autorização para aumentar o “plafond” de avales em 110 milhões de euros, podendo levar a um agravamento da dívida pública regional, em cerca de 16,3%, para um montante de 784 milhões de euros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Este orçamento está ensombrado pela relação financeira entre a Região e o Estado.

A Região continua impedida de recorrer a novos empréstimos que impliquem aumento do endividamento.

Pela primeira vez, é violada a Lei de Finanças Regionais.

As transferências do Orçamento de Estado para 2006, não contemplam verbas para suportar a dívida da Região de 140 milhões de euros.

O montante a transferir no âmbito da convergência do tarifário eléctrico é, unanimemente, considerado insuficiente.

As despesas do PIDDAC previstas para os Açores em 2006 diminuem 28 milhões 136 euros em relação a 2005.

Perante tudo isto, e a ameaça exigente do Presidente do Governo Regional, resultou o inexplicável parecer positivo dos Deputados do PS nesta Assembleia e o voto favorável dos Deputados do PS Açores na Assembleia da República.

Perante o desmentido oficial do Primeiro-Ministro às declarações do Presidente do Governo sobre um alegado acordo, em benefício da Região, resultou o silêncio, as frases redondas que querem dizer mas acabam por não dizer, que, de facto, não defendem e por isso não beneficiam os Açores, ficando, ainda hoje por se saber quem dizia a verdade.

Os desmentidos, as dúvidas e as incertezas não ajudam a Região nem a credibilidade da política.



O que é certo e cito *“é que um Governo que não cumpre com a Lei de Finanças das Regiões Autónomas, um Governo que se furta à solidariedade, um Governo que impõe o endividamento zero, é um mau Governo para as Regiões Autónomas.*

*Não perceber isto, ou pior, perceber e não querer admiti-lo acaba por ter nefastas consequências na credibilidade do discurso político”.*

Acabei de citar precisamente o Senhor Secretário Regional Adjunto da Presidência, Vasco Cordeiro, que suponho continua a pensar exactamente o mesmo de um outro Governo que mantém algumas características daquele que atacava, tratando ainda pior os Açores.

Sobre o Governo da República que tinha aquele tratamento para a Região, isto é impunha o endividamento zero e alegadamente não cumpria a Lei de Finanças Regionais, o Senhor Presidente do Governo Regional dizia que se estava perante, e cito, *“um golpe de Estado contra as autonomias”, um “ataque contra as autonomias”, “processo arrogante e autoritário”, “atentado contra a Constituição”, ou “brutalidade”.*

Hoje, perante um Governo que impõe, exactamente, o endividamento zero, viola a Lei de Finanças Regionais e prevê um decréscimo dos investimentos e das transferências para Região, o mesmo Presidente do Governo nada diz, apesar de ostensivamente desmentido pelo autor de todas estas atrocidades, limitando-se, estranhamente, a referir que quer seja através do silêncio quer quando fala defende os Açores.

Ora, é esta dualidade de posições baseadas e orientadas apenas pela disciplina, tutela ou orientações partidárias que, precisamente, não defende a Região nem credibiliza a política e os políticos.

Tudo isto pode parecer estranho, mas, se calhar, infelizmente, não é, porque na presença um do outro, nada dizem. Na ausência um do outro, cada um defende sempre a sua dama.

O que é certo é que na oportunidade tida para esclarecer, cara a cara, face a face, olhos nos olhos, esta situação, esta oportunidade foi efectivamente perdida.

Como pode parecer estranho que se defenda a revisão da Lei de Finanças Regionais, no enquadramento financeiro actual do país, em vez de se defender intransigentemente o seu cumprimento.

Conforme já denunciámos noutras circunstâncias, continua, inexplicavelmente, a ser apresentado um documento de planeamento da acção governativa regional sem quaisquer projecções sobre o crescimento da economia ou do emprego.

Com efeito, continuamos a conhecer os números relativos às previsões do crescimento do Produto Interno Bruto da economia internacional, da União Europeia, de Portugal, continuando, ao invés, sem saber qual é a previsão do Governo Regional sobre o crescimento do PIB regional para 2006; para o comportamento das exportações e das importações; ou sobre a previsão do Governo Regional, por exemplo, para a produção de determinada indústria ou sobre o consumo privado ou público para o mesmo período.

Outra das ilusões que marca a acção deste Governo Regional, foi, mais uma vez e continuamente, repetida pelo seu Vice-presidente, quando tem o descaramento de voltar a afirmar que os documentos em causa “*concretizam os compromissos com os eleitores*”, quando qualquer açoriano sabe que algumas das obras agora previstas para 2006 estão repetidas desde 1997 e algumas das promessas de 2004 não estão previstas.

Meramente a título de exemplo, refiram-se os seguintes casos de obras previstas desde o início da governação socialista nos Açores:

A Escola EB 2,3, Ensino Artístico de Angra do Heroísmo vem referida em Planos desde 1997, com promessas sucessivamente e em todos os anos subsequentes de que naquele ano é que iria começar a obra, que como todos sabem só agora se iniciou.

A Escola de Vila Franca, no Plano de 1998 via prevista a sua ampliação e grande reparação que é novamente prevista em 2006.

A Escola de Santa Cruz da Graciosa, tinha previstas verbas para a sua adaptação ao ensino secundário e grande reparação em 1998 que continua a ser prevista nove anos depois.

A Casa Walter Bensaúde, na Horta, via no Plano de 1998 o início da respectiva obra, que continua prevista nove anos depois.

As obras de restauro e adaptação do Recolhimento de Santa Bárbara voltam a ser previstas em 2006 quando já eram referidas em 1998.

E outras obras prometidas para este mandato vêm previstas verbas meramente residuais que demonstram que não são para executar, ou, mais grave e demonstrativos da mentira do Governo, não estão sequer previstas como são os casos, entre muitos outros, da comparticipação do Governo Regional Avenida Marginal da Praia da Vitória ou o Observatório Regional do Ambiente na Terceira; a construção dos novos Quartéis de Bombeiros de São Roque e das Lajes do Pico ou o reforço do Molhe do Porto das Ribeiras; a construção do novo Estádio ou da Pousada de Juventude do Faial; a Residência de Idosos das Lajes ou a Sala de Desmancha do Matadouro das Flores; o arranjo urbanístico do Largo da Vitória ou a construção do Núcleo de Recreio Náutico e ampliação da Gare Marítima de Passageiros da Graciosa; o Lar de Idosos da Calheta ou a Casa do Povo do Topo; a intervenção de retenção de areia na Praia Formosa, ou a construção da Estrada Regional dos Arrastadouros das Lombas da Povoação, entre tantas e tantas obra e promessas por cumprir.

É, por isso, falso dizer-se que “com estes documentos concretizam-se os compromissos estabelecidos perante os açorianos”, como levemente defenderam os sucessivos membros do Governo e Deputados eleitos pelo PS, nestes três dias de debate, o que só se percebe como mais um dos muitos exercícios de ilusionismo com que tentam enganar os açorianos.

Mas mais do que os números, mais do que os incumprimentos, há a ilusão de que está tudo bem, de que vivemos num mundo cor-de-rosa, em que todos os açorianos estão satisfeitos, não havendo qualquer contestação social ou desagrado perante a acção governativa, a não ser da parte de uma oposição que estaria desfasada da realidade.

De facto, para quem possa estar distraído, alienado, adormecido, ou amordaçado perante o poder tendencialmente dominador da sociedade, até pode parecer, ou melhor, até pode ter que parecer, que tudo está bem.

Mas, se estivermos atentos, independentes e imunes à ilusão socialista, constatamos que afinal não vivemos no mundo cor-de-rosa com que tentam pintar a vida dos açorianos.

As concentrações de contestação dos professores que se vêm verificando não podem significar satisfação.

Os trabalhadores das IPSS, que reivindicam os seus direitos e enchem ruas de contestação, como não há memória nos Açores, não se mostram satisfeitos.

Os Agricultores que vêm reduzidos os seus rendimentos, em alguns casos, até situações de penúria financeira, não estão a viver os melhores momentos das suas vidas.

Os Pescadores que vêm as capturas baixar a cada dia e cujos descontos para a Segurança Social não são pagos pela empresa pública responsável, não revelam sinais de felicidade.

Os jovens licenciados que têm dificuldade no acesso ao primeiro emprego, em especial na sua área de formação, não se sentem num mundo cor-de-rosa.

Os comerciantes que se queixam a cada dia do decréscimo das suas vendas, não o fazem por prazer.

Os empresários da construção civil que, no Parecer relativamente a estes documentos através da respectiva associação, evidenciam uma “quebra” e “redução” do investimento do governo regional com impacto no sector, não se alegram com a situação.

O investimento externo que anunciado não chega não estimula a nossa economia.

Os órgãos de comunicação social da Região ameaçados com o seu fim, não revelam concordância com a política governamental.

Os enfermeiros que ainda hoje fazem greve, com as consequências que isso tem num sector como a saúde, não o fazem para manifestar concordância com a actual situação.

Os açorianos não se identificam com um serviço público de saúde onde cada vez se gasta mais sem que tenhamos melhores cuidados.

Os altos níveis de insucesso escolar dos jovens açorianos não são sinónimo de uma política de educação mobilizadora dos seus profissionais e motivadora dos alunos.

Mesmo em áreas em que o Governo canta vitória, deparamo-nos com situações que demonstram que nem tudo está a correr bem e que são necessárias melhorias.

Apesar do crescimento de alguns indicadores relativos ao sector turístico, sentimos a preocupação dos industriais do sector pelo decréscimo continuado das receitas médias por dormida e, em algumas ilhas, relativamente às baixas taxas de ocupação, na casa dos 30%.

O desemprego que, apesar de margens de erro da ordem dos 14%, é objecto do permanente auto-elogio do Governo, sendo hoje de 4,2% superior aquilo que acontecia há um ano atrás (3,8%), e bem maior ainda em relação aos 2% atingidos no 1º trimestre de 2003.

Até numa simples questão como o acesso a canais generalistas de televisão, que deveria ser marcada pela satisfação dos açorianos, deparamo-nos com deficiências, problemas ou injustiças que revelam uma deficiente acção governativa.

Tudo isto é comprovado com o estado da nossa economia, demonstrados no crescimento real negativo de 0,8% nos últimos dados oficiais conhecidos de 2003 relativamente a 2002, ou através do PIB per capita de 2003 que representa 56% da média europeia a quinze, agravando-se mesmo em relação ao verificado em 2002 (57%), caminhando-se assim para a divergência em relação à Europa.

A este nível, é de acentuar que a forma como nos relacionamos com o exterior, quer ao nível da integração europeia, quer no âmbito da nossa ligação com a imensa comunidade de açorianos que alargam o tamanho das ilhas à dimensão do mundo, é decisiva para a nossa afirmação e desenvolvimento, não podendo reduzir-se a meras palavras de circunstância em dias lembrados, mas em práticas esquecidas.

A taxa de produtividade dos Açores regrediu em 2003 relativamente ao ano anterior, fazendo com que permaneçamos com a mais baixa taxa de produtividade do país, com 81% da média nacional, demonstrando-se que continuamos a não criar riqueza na Região, sem que se vislumbre políticas eficazes para o efeito.

O PSD saúda os princípios subjacentes à criação do denominado Fundo de Coesão, que surge, de resto, na sequência das propostas apresentadas no nosso Programa Eleitoral.

*(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Sendo uma assunção clara do insucesso dos oito anos da política do Governo Regional socialista em relação às ilhas mais pequenas, ficam ainda uma série de dúvidas por esclarecer.

Efectivamente, não se sabe quais são os critérios para a distribuição dos 20 milhões de euros consignados no Plano para cinco ilhas dos Açores.

Continua por se saber qual a razão para terem sido escolhidas aquelas cinco ilhas, excluindo-se o Pico.

Fica por saber se houve algum estudo sobre o estado da coesão social e económica entre as ilhas, que levasse à adopção de políticas adequadas.

Como fica por identificar qual o grau de divergência de cada uma das ilhas em causa relativamente à média regional, ou a previsão do prazo para cada uma dessas ilhas alcançar tal média.

A participação parlamentar neste debate, do mesmo modo, mantém a linha de continuidade dos últimos tempos.

O PS, pelo seu lado, para além de apresentar relatórios da acção do Governo, ou de descrever, repetindo, o Plano nos seus vários programas ou acções, como se isso fosse necessário ou sequer adequado a este debate, ocupou o seu tempo a fazer ataques ao PSD, e ainda ao Passado que esquecem ser também seu.

Chegando a pedir e a induzir mesmo o voto contra do PSD, o PS, através de intervenções preconceituosas, revela que afinal o que não quer é a existência de oposição, que pretende um domínio monopolizador da sociedade açoriana, confundindo ostensivamente maioria absoluta com poder absoluto.

Obviamente que existem sucessos, há realizações, há coisas bem feitas, que o PSD saúda e com as quais nos congratulamos, e que o Governo Regional e os seus deputados, em 10 horas não se cansaram de repetir.

Mas, o PSD tem o inalienável e indestrutível direito, mas sobretudo, o inalienável e indestrutível dever político e cívico de denunciar, de repor a verdade e de apresentar alternativas. Foi o que fizemos.

Da parte do PSD, e na sequência da nossa acção neste Parlamento, designadamente aquando da discussão do programa de Governo ou das Orientações de Médio Prazo e Plano e Orçamento Regionais para 2005, entendemos que falta aos Açores, sobretudo, um modelo de desenvolvimento regional, um rumo, uma linha de acção, uma clara ideia de Região e políticas efectivas para a concretizarem.

Entendemos, pelo nosso lado, que não se pode reduzir o Plano e a acção do Governo a uma lista avulsa de acções.

Pelo contrário, temos de elevar estes documentos a um modelo de desenvolvimento social, económico e territorial e temos de erguer a actividade política à respectiva concretização com vista à realização do Bem Comum, que tem a ver com a justiça social, com a igualdade de oportunidades, com o desenvolvimento cultural, com o bem-estar intelectual e físico dos membros de uma comunidade, com a preservação e valorização do Ambiente e de tudo aquilo que sendo de todos só pode ser protegido e promovido por cada um.

E a política, na nossa óptica, é isto mesmo, a reflexão, a definição e a execução daquilo, que tendo a ver com o colectivo, deve promover a realização pessoal de cada indivíduo.

Por isso, o PSD, ao contrário do que tenta fazer crer desesperadamente o PS, em mais um dos seus exercícios de ilusionismo, não se fica pela denúncia responsável e construtiva, vai, tem ido sempre, para além disso, apresenta diferentes ideias, apresenta uma ideia de Região, e apresenta como apresentou ainda agora neste debate propostas concretas que visam melhorar alguns aspectos da vida dos açorianos.

Não sendo adequado apresentar todo um Plano, o que é da competência do Governo Regional, assumimos a responsabilidade de apresentar propostas de alteração aos documentos em causa, que sinalizam áreas de actividade que merecem uma diferente abordagem.

Considerando a importância da Cultura, na afirmação, identificação e desenvolvimento de um Povo, e a ineficácia da política cultural nos Açores, assumimos essencial uma nova abordagem do sector, que concretizamos com propostas concretas.

O drama da toxicod dependência continua a alastrar nos Açores, tendo o PSD sucessivamente eleito esta área como prioritária da acção governativa, que lamentavelmente não tem tido o sucesso necessário, pelo que, voltamos a apresentar proposta no sentido de incrementar a prevenção à toxicod dependência.

A importância que o PSD reafirma em relação à infância, juventude e idosos, pela respectiva repercussão na saúde de uma comunidade, levou-nos a apresentar propostas para reforçar as verbas de apoio social nesta área.

A importância da divulgação de informação e da existência de comunicação social nos Açores faz que tenhamos apresentado propostas para reforçar o apoio a esta actividade.

Numa região dependente de energia e com as potencialidades naturais únicas para a respectiva produção e perante o inexplicável e prejudicial esquecimento do Governo Regional neste domínio, o PSD apresenta propostas no sentido de apoiar a produção de hidrogénio renovável nos Açores.

A importância do sector agrícola na Região exige a sua eficaz modernização de modo a prevalecer o tecido sócio-económico dos Açores, pelo que propomos um reforço específico para a reestruturação fundiária.

Apesar de não ser essa a vontade do PS, o Partido Social Democrata, assumindo o seu importante papel de maior partido da oposição em termos regionais, sendo o maior partido da Região ao nível autárquico, cujas eleições ganhou, está convicta e firmemente disponível para contribuir para o desenvolvimento dos Açores.

Temos feito isso, estamos a fazer isso e, sobretudo, sentimos que a nossa participação política e, acima de tudo, cívica, só se justifica com estes pressupostos e propósitos.

Tudo isto, com o respeito democrático que assumimos, com respeito pelos ideais que nos movem, com respeito pelo património que nos orgulha, com respeito pelo projecto de governação e de desenvolvimento que defendemos para a nossa terra, com respeito pelos açorianos nas suas diferentes posições, perspectivas, necessidades e ambições, mas, de forma especial, com respeito pela Esperança, a “doce Esperança” que nos anima, como ao Povo que a canta, a Esperança de que no



outro lado do mar há sempre outra terra, de que amanhã, depois da noite, vem outro dia, de que depois do mau vem sempre o bom tempo.

A Esperança de que é sempre possível um Futuro melhor que só será alcançado se o quisermos e assumirmos.

O PSD está animado por essa Esperança e está convicto do papel que tem para a sua concretização.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para uma intervenção em nome do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Encerramos agora a discussão e análise do Plano e Orçamento da nossa Região para 2006.

Trata-se – é sempre bom lembrá-lo – de um momento solene para os nossos órgãos de governo próprio. Desde logo para esta Câmara, que exercita assim um poder clássico e prototípico de qualquer parlamento: a concreta afectação dos recursos públicos é feita de modo livre e soberano pelos directos representantes do povo dos Açores, num poder conformador e decisivo dos documentos propostos pelo nosso Governo.

Daí decorre o momento político-institucional de grande relevo que a todos nos cabe. E daí, naturalmente, urge vislumbrar, para além das grandezas e relações entre os números, as opções políticas fundamentais que nos cabem tomar.

Aqui, ainda e sempre, é a discussão política que relevará. Da eficiência do Governo e do seu desempenho face ao Plano e Orçamento de 2005, que por decorrência dos mecanismos democráticos, há pouco mais de seis meses aprovámos; da defesa dos órgãos de governo próprio face às fontes do nosso financiamento, constitucional, estatutária e legalmente definidas; dos concretos montantes que realisticamente se

prevêem podermos contar para o próximo ano e da sua concreta afectação e distribuição espaciais.

Subjacentes estarão sempre – como não podia deixar de ser – princípios e desempenhos políticos axiológicos de monta, como a concreta e empenhada defesa dos nossos direitos num Estado que de Direito se reclama; do cumprimento de princípios não postergáveis de eficiência e rendibilidade reprodutiva na afectação desses recursos; de prossecução de princípios políticos fundamentais como a coesão e solidariedade inter-regional, nuns Açores insulares e arquipelágicos e onde, para além do mar atlântico, a solidariedade e a discriminação positiva têm que chegar, de S. Maria ao Corvo.

É, pois, ainda e sempre, de política, Senhoras e Senhores Deputados que estamos a falar, e que nos cumpre falar – para além das diáfanas colunas de números.

E aí testemunhámos, ao longo destes três dias de trabalho parlamentar, que temos um Governo e uma maioria motivados. Um Governo e uma maioria enriquecidos e estimulados por nove anos de honrada e gratificante gestão dos nossos destinos colectivos; justamente honrados e – porque não dizê-lo? – orgulhosos da obra feita. Conscientes do muito que objectivamente fizeram para mudar os Açores para melhor. Conscientes de que os Açores são hoje muito melhores e mais justos para todos os açorianos.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César) e Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** *Muito bem!*

**O Orador:** E desenganem-se aqueles, adeptos ainda talvez duma inércia fatalista, que já experimentámos, que tal hodierno estado de coisas se deve ao facto, simples e cronológico, de terem passado nove anos! A vida não é isto certamente, e a Autonomia não se fortalece assim.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César) e Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** *Muito bem!*

**O Orador:** Ao invés, foram as opções políticas estratégicas de uma maioria Nova, que teima em ser ainda e sempre, uma Nova Maioria, feita de mulheres e homens, com competência, visão, arrojo e princípios, que desbravando novos caminhos, ao

nível político-institucional e de concreta gestão pública das coisas açorianas – têm logrado este caminho de progresso, desenvolvimento, solidariedade e coesão!

Mas é fundamental sobretudo perceber – e quem acompanhou estes três dias de trabalho parlamentar está condenado a ter percebido – que para esta maioria sempre Nova, maior que o orgulho da obra feita, é o ânimo para lançar mão à obra que ainda falta fazer; que sempre falta fazer, até porque os açorianos também elevaram o seu patamar de exigência, face à nova realidade alcançada.

E que o entusiasmo e o ânimo para enfrentar o que falta fazer não se compadece já com auto-contemplações, mesmo que fundadas e justas.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Novos desafios, novas obras, novos trabalhos, novas medidas, mais solidariedade e mais coesão. É isto que nos ocupa já.

É certo que crescemos neste percurso construtivo e construtor. Ganhámos experiência. Tornámo-nos mais maduros. Continuando fiéis à necessidade de uma cada vez mais permanente auto-crítica, de boas e honoráveis tradições. E que se torna cada vez mais necessária. Não por causa de qualquer fadiga ou amolecimento à sombra do poder. Mas porque uma análise séria e realista do quadro político-institucional que se vive nos Açores conduz-nos à constatação de que, na vida político-partidária regional, designadamente nesta Assembleia, estamos decididamente mais sós. Talvez mesmo por uns tempos, irremediavelmente sós.

É que a liderança do principal partido da oposição não sobreviveu à auto-proclamada vitória nas últimas eleições autárquicas.

Aquando da discussão do Plano e Orçamento para o corrente ano, deparámo-nos com um PSD com liderança ausente em Lisboa. Temos agora um interregno de liderança. Por isso estamos, no debate parlamentar, mais sós. O que nos obriga a ser, à laia de compensação, ainda mais responsáveis, cada vez mais auto-exigentes. Temos que curar, agora como sempre, dos Açores todos. E temos ainda, num permanente exercício dialético de auto-crítica, tentar responder bem àquilo que a oposição nem nos questionou mas tinha o dever de nos perguntar e espicaçar... Se não estivesse de baixa política!

Este estado de coisas traz-nos, é certo, alguma apreensão. Acrescenta-nos mais uma responsabilidade. Vamos ainda e sempre, tentar colmatá-la. E pelo tempo que for preciso.

Sabemos já que aqueles que há dois anos nos acusavam em refrão de pré-campanha de estarmos (lembra-se?) em fim de ciclo – se esgotaram já, soçobrando à confiança renovada e ampliada que os açorianos nos confiaram.

E, não querendo menosprezar o direito de auto-organização e gestão interna dos outros partidos, mas sabendo todos que as suas vicissitudes, porque do âmago da política estamos a tratar, interessam sempre à Cidade, atrevemo-nos, face ao conhecido e publicado, a perspectivar que as mudanças adivinhadas são, como sonetava Camões, “diferentes em tudo da esperança”. Não se prepara uma renovação, mas antes um regresso ao passado...

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

**O Orador:** E nós já sabemos que “a História não se repete, a não ser sob a forma de farsa ou de tragédia”. E tudo indica que, em termos de coerência, competência e energia, no PSD, “já não se muda como soía”. Oxalá nos surpreendam. Os açorianos merecem isso. E, já agora, esta maioria também!

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A execução que o IX Governo Regional logrou alcançar relativamente ao Plano e Orçamento para o corrente ano, constituem indubitavelmente um confiável penhor acerca da exequibilidade e realismo dos documentos provisionais para 2006 que estivemos a analisar.

Conformado por metas seguras, como o equilíbrio das contas públicas, o não endividamento líquido da Região, o reforço da capacidade de financiamento com receitas próprias e uma aposta estratégica, quantitativa e qualitativamente progressiva e sustentada ao nível do investimento público, o Plano e Orçamento para 2006 constituem documentos realistas, credíveis, confiáveis e que dão confiança aos investidores privados e sociais.

Apesar do orçamento para 2006 não prever receitas advenientes da venda de participações no sector público, como ocorreu este ano, o investimento público atinge uma taxa de crescimento de 25%.

A auto-sustentabilidade financeira da Região é reforçada, com o aumento das receitas próprias, que representam já mais de 70% do total das receitas, sendo estas, na sua quase totalidade (90%), receitas fiscais.

As receitas fiscais crescerão, assim, numa previsão realista, cerca de 18,8% em relação ao presente ano, sobretudo à custa dos aumentos esperados ao nível do IRC e do IABA, e ainda pela incorporação do ISP nas receitas fiscais.

As transferências da União Europeia serão da ordem dos 26,3 milhões de euros com origem no FEDER.

Outros fundos comunitários (FEOGA, IFOP, FSE e novamente FEDER), na parte correspondente às empresas públicas, totalizarão 88,4 milhões de euros.

Por outro lado, o esforço de contenção ao nível das despesas correntes, reflectir-se-á no total da despesa pública, com uma previsão de 874 milhões de euros.

As despesas do Plano de Investimentos conhecem um acréscimo de 25%, sem contar com as receitas do sector público empresarial. Ainda ao nível da desagregação espacial, regista-se um aumento quantitativo e percentual em oito ilhas, para além de o montante das dotações não desagregadas diminuir em 19% relativamente ao corrente ano.

De referir ainda os elevados montantes de investimento previstos para as ilhas da Coesão.

As transferências do Orçamento de Estado para 2006 atingem um valor de 229,1 milhões de euros, o que significa um decréscimo de 2,1% relativamente ao presente ano. A manutenção do montante de transferência efectuado ao abrigo da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, bem como a redução das verbas adstritas ao co-financiamento da Reconstrução do Sismo de 1998, estão na base desta realidade.

Nesta matéria, face à sua importância, convém falar claro. Se é certo que o esforço de contenção e disciplina das finanças públicas do Estado deve ser apoiado pelo todo nacional, até porque só temos autoridade para reclamar solidariedade se entendemos e exercitarmos o conceito como via de dois sentidos; se é ainda certo que as

transferências do Orçamento de Estado para 2006 para os Açores não põem em causa o equilíbrio das nossas Contas Públicas nem do nosso Plano de Investimentos, a verdade é que não podemos aceitar como razoável e admissível, no âmbito irrenunciável dos princípios, que a Lei das Finanças das Regiões Autónomas seja suspensa. Porque a solidariedade, sendo via de dois sentidos, pode até ser ajustada; mas o Estado de Direito, a Constituição e a Lei não podem nem devem sofrer interrupções.

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*) e **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): *Muito bem!*

**O Orador:** Nem nos consola tão pouco uma suspensão em co-autoria. A suspensão de um instrumento legal na concretização e sustentação das Autonomias, feita em Lisboa com a colaboração activa dos partidos do chamado Arco Constitucional – PSD e PP recordam-se, fizeram a lei, este Governo da República, pela primeira vez, accionou-a – merece e só pode merecer a nossa viva apreensão. Por isso mesmo fomos nos Açores o único partido que tomou posição clara e atempada sobre esta matéria. Pois é: a tal solidão institucional não é, infelizmente, mera retórica parlamentar.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

**O Orador:** Nem nos reconforta tão pouco o voto contra o Orçamento de Estado por parte dos deputados do PSD na Assembleia da República. É que face ao seu silêncio, tal voto só pode ser entendido como otário – quer dizer, por causa da Ota -,...

*(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Deputado José Manuel Bolieiro** (*PSD*): E os do PS?

**O Orador:**... e nunca motivado por qualquer putativa defesa dos Açores!

Nessa matéria aliás, merecem pequena nota mas vivo repúdio, os requerimentos que os deputados Mota Amaral e Joaquim Ponte entregaram na Assembleia da República, a pretexto do Orçamento de Estado, e em claro tom de crítica soez à política de sucesso que o governo legítimo dos Açores tem seguido em matéria de finanças públicas regionais.

O estilo tacanho, o espírito desbragado, mesquinho e invejoso de tais prosas desqualificam e descredibilizam por completo quem, apesar das naturais divergências políticas, gostaríamos todos de acreditar que fizeram missão de vida servir os Açores e a Autonomia. Verdadeiramente lamentável!...

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A educação tem sido verdadeiramente uma prioridade dos governos do Partido Socialista.

As transformações e evoluções, infra-estruturais, institucionais e organizativas, bem como de formação e equipamento tecnológicos das escolas, tornam a situação actual incomparável com o estágio em que o mesmo sector definhava em 1996.

Temos hoje um parque escolar renovado na sua quase totalidade. Uma gestão das escolas verdadeiramente autónoma e descentralizada. Temos hoje escolas inclusivas, que integram de pleno direito as crianças e jovens portadores de deficiência. Temos um corpo docente estabilizado.

A aposta numa escola pública centrada nos alunos e motivadora de todos os agentes educativos; uma escola pública que acompanhe, pelos seus recursos humanos e tecnológicos, a atractividade tecnológica e comunicacional do mundo circundante a que pertence; uma escola pública propiciadora do sucesso e duma igualdade real de oportunidades como objecto de cidadania activa, desenvolvimento pessoal e qualidade e competitividades colectivas; uma escola pública de qualidade e sucesso, em que o investimento em capital humano está na origem, no processo e no resultado.

Ao nível do investimento infra-estrutural, naturalmente mais propício a uma elencagem descritiva, é de salientar, quer pelo seu volume financeiro, quer pelo potencial número de beneficiários, e para além da continuada aposta no parque escolar do 1º ciclo, a construção da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba (Escola de S. Carlos), a construção da Escola Secundária Manuel de Arriaga, nesta cidade da Horta, bem como o prosseguimento da requalificação da EB2 Roberto Ivens.

De destacar ainda a reparação e adaptação ao ensino secundário da EB 2,3 de Vila Franca do Campo, a construção das Escolas Básicas de Ponta Garça e de Rabo de Peixe e a construção da EB 2,3 Ferreira Drummond, e o início do projecto para a EB 2,3 do Ramo Grande.

O combate à pobreza e à exclusão social, como fenómeno multi-dimensional, continuará a merecer, por parte do Governo Regional um conjunto de respostas integradas, transversais e inter-departamentais; envolvendo as IPSS's, as Misericórdias e mesmo a cooperação com áreas da responsabilidade do Governo da República, como aquelas que têm a ver com a Segurança e a Justiça.

Os novos grupos de risco, como sejam designadamente os repatriados, os sem-abrigo, os imigrantes e as mulheres vítimas de violência, continuam igualmente a merecer a atenção e o investimento infra-estrutural e social por parte do Governo.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O grau de acesso ao emprego é um indicador pluri-significativo, que desde logo afere a capacidade de cada comunidade consubstanciar o direito fundamental ao trabalho, constitucionalmente consagrado.

No 3º trimestre de 2005 voltámos a ser a Região do país com mais baixa taxa de desemprego, apesar da evolução do corrente ano ter revelado um ligeiro acréscimo da taxa relativamente aos anos anteriores. É certo que os indicadores nacionais e internacionais não podem deixar de influenciar, também neste aspecto, uma economia pequena, aberta e dependente como é a nossa. Mas estamos muito longe dos 7,7% do país, ou se preferirem dos 7,9% dos Açores, em 1996.

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*) e **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

**O Orador:** Assim se confirmam, aliás, as virtualidades do nosso Plano Regional de Emprego e a evolução positiva da nossa economia.

Efectivamente, o número de empregados tem vindo a aumentar desde 1998, e a Região tinha, no 3º trimestre deste ano, 105.928 trabalhadores activos.

Apesar dos indicadores económicos recessivos dos principais mercados externos, a taxa de crescimento do fluxo de turismo no corrente ano relativamente ao período



homólogo imediatamente anterior deve situar-se em cerca de 20%, graças sobretudo ao mercado estrangeiro, o que diz tudo acerca da aposta estratégica que tem sido prosseguida ao nível da promoção turística.

O investimento privado continua a crescer a bom ritmo entre nós, tendo as candidaturas aos diversos programas de incentivos ultrapassado mais de dez milhões de euros no presente ano.

De referir também a consagração, no Plano de 2006, e pela primeira vez, do apoio ao micro-crédito, como forma activa de combate ao desemprego e à exclusão social, com proveitos óbvios em termos de economia, através do aproveitamento das energias e saberes de muitos dos nossos concidadãos, que apenas precisam de uma ajuda inicial, para darem uma contribuição útil, responsável e autónoma à sua comunidade.

O apoio à coesão merece igualmente destaque no Programa de Apoio à Coesão e às Parcerias Público-Privadas, com o valor global de 20 milhões de euros. Para além das despesas inerentes à manutenção de preços uniformes de combustíveis em todas as ilhas e à subsidiação do preço de bens essenciais e ao transporte de mercadorias entre as Flores e o Corvo e ao transporte de farinha e cimento entre todas as ilhas, destacamos a inclusão do pagamento da electrificação das Fajãs de S. Jorge, que aliás foi objecto de Resolução nesse sentido por parte deste Grupo Parlamentar na sessão legislativa anterior.

Igualmente a empresa, em fase de registo, que irá fazer os investimentos estratégicos nas Ilhas de Coesão, pretende adquirir, já no próximo ano, os terrenos para construção do campo de golfe de S. Maria e à construção do hotel da ilha Graciosa, bem como proceder à elaboração dos respectivos projectos de arquitectura. De salientar ainda o compromisso do Governo de, em sede dos sistemas de incentivos de desenvolvimento regional, majorar suplementarmente o incentivo a fundo perdido dos respectivos investimentos nas Ilhas de Coesão.

Ao nível da promoção das acessibilidades e ao nível infra-estrutural são de realçar os vultuosos investimentos, já em curso, nas aerogares da Terceira, S. Jorge, Pico e Flores, bem como no aeroporto do Pico. Seguir-se-á a ampliação e reabilitação do

aeródromo de S. Jorge, a efectivar já no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio.

No que concerne às infra-estruturas portuárias, de destacar o projecto Portas do Mar, a reparação do porto da Praia da Vitória e os núcleos de recreio náutico de Vila do Porto, das Velas e das Lajes do Pico, bem como a conclusão das obras de reparação do porto das Lajes das Flores, a ampliação do terraplano do cais comercial das Velas, e ainda o projecto de ordenamento dos portos da Horta e da Madalena.

Ao nível dos meios de transporte, a Sata Air Açores deverá optar pelo novo modelo de avião já no próximo ano, e que se traduzirá num investimento da ordem dos 60 milhões de euros. Estando igualmente em fase preparatória a aquisição das novas embarcações para o transporte marítimo de passageiros e veículos, que se deverá efectivar em 2008.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A aposta na agricultura, como sector tradicional mas insubstituível da nossa economia, com as suas múltiplas imbricações – desde logo ao nível do ordenamento e preservação do nosso território – mantém-se naturalmente para o próximo ano de 2006.

A devolução das multas aos nossos produtores, que se concretizará ainda no corrente ano, bem como a distribuição da quota leiteira que terá, já em 2006, efeitos na estabilidade e rendimento das explorações devem ser destacadas, até porque são questões importantes ao nível da prossecução de um objectivo fundamental: o aumento do rendimento dos nossos produtores.

Ao nível da produção de carne, cumpre igualmente destacar a continuação dos investimentos que visam a alteração do processo tradicional da venda em vivo e na melhoria dos circuitos comerciais e de distribuição, com os inevitáveis ganhos de rendimento e de competitividade que lhe estão associados.

Do investimento previsto para o próximo ano, cumpre sublinhar os que se destinam a melhorar e ampliar a rede de caminhos agrícolas, rurais e florestais, o reforço de distribuição de água e energia às explorações e à reestruturação fundiária.

De realçar ainda os trabalhos preparatórios já iniciados com vista à construção das novas instalações para o Laboratório Regional de Veterinária e o Parque de Exposições, ambos na Ilha Terceira.

Ao nível das infra-estruturas rodoviárias prevê-se um forte investimento em 2006, bem como neste quadriénio, onde se estima atingir mais de 400 km de beneficiação de estradas regionais, sem contabilizar o projecto das SCUT's.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Continuar-se-á a prosseguir, também de forma transversal e multi-departamental, que a nossa Região prossiga na senda de um desenvolvimento sustentável, apoiado na prosperidade económica, na protecção da natureza e na equidade social e ambiental.

Há pois, como foi muito bem dito por este Grupo Parlamentar na discussão sectorial dos documentos ora em análise, que prosseguir a luta por uma sociedade sustentável, desenvolvendo uma cidadania ecológica e uma ética de cuidado, tendo em vista o objectivo global de promoção do equilíbrio ambiental. O que aliás só se conseguirá com a promoção da democracia, da justiça, da educação, da solidariedade e do acesso aos meios para uma vida digna.

O Plano para 2006 permitirá, pois, prosseguir uma estratégia regional para a conservação da natureza e da bio-diversidade, para a elaboração e concreta gestão de planos de ordenamento e áreas prioritárias, como áreas protegidas, bacias hidrográficas, orla costeira e áreas da Rede Natura 2000.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este é um bom plano. Este é um bom orçamento. E se é certo que demos uma contribuição activa na sua fase preparatória, é esta a primeira vez que o GPPS não efectuou quaisquer propostas de alteração aos documentos a propor a esta Câmara.

É que não temos, nesta Maioria, nem crises de consciência nem crises de puberdade! Sabemos o nosso lugar e o nosso valor na ajuda dinâmica, solidária e crítica, com que co-responsavelmente ajudamos a governar os Açores.

Trabalhamos diariamente com os açorianos. Pelo que a nossa vontade propositiva dispensa o afã do exibicionismo e orienta-se pela instrumentalidade ao serviço das boas políticas e da boa gestão.

Esta maioria – e o seu governo – está, no quadro político-partidário mais só. Lamentamos. Mas não nos vamos deprimir por causa das sucessivas trapalhadas e crises do principal partido da oposição.

Aliás, de forma preventiva e sóbria, já tínhamos traçado um rumo e uma estratégia de diálogo, auscultação e debate, em coligação com os açorianos.

Por eles aqui estamos. A eles servimos. Com honra e orgulho. Com determinação. Com confiança e humildade. Promovendo o diálogo e a livre crítica constantes. Que para nós não são álibis, mas a preparação natural do nobre processo de decidir e optar.

Assim continuaremos. Com confiança no futuro. Com confiança nos Açores. Com confiança no futuro dos Açores e dos Açorianos!

Disse.

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): *Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção final, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Açorianas e Açorianos:

O debate parlamentar sobre as propostas de Plano Anual Regional e de Orçamento para 2006, que tenho agora a oportunidade de encerrar, demonstrou, felizmente e uma vez mais, que as tarefas necessárias à consolidação conceptual da via açoriana para o desenvolvimento carecem de um continuado esforço de concretização e de renovação. Digo felizmente porque o pior que podia acontecer às instituições políticas regionais seria repousarem perante a evolução positiva, nos planos económico e social, destes últimos anos, acomodando-se à ideia de que basta prosseguir sem correr riscos de reponderar, de corrigir e de inovar.

Foi essa – e tem que continuar a ser essa! – a atitude do Governo e do Grupo Parlamentar que o apoia, satisfeitos pelos sucessos conseguidos, mas inconformados perante os muitos problemas ainda não resolvidos. É essa a primeira mensagem que quero deixar aqui aos Açorianos. Percebemos, há muito, que a nossa missão não é a de nos elogiarmos, mas, infelizmente o maior partido da oposição há muito que não percebe que a sua função não é apenas a de nos criticar.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

**O Orador:** A imagem do quotidiano político na nossa Região, na sua representação parlamentar, acaba por ser a de um Governo e de uma maioria reformistas que querem falar dos Açores perante uma oposição que só quer falar do Governo.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados:

Falemos, pois, sobre os Açores e sobre o que interessa aos Açorianos.

É certo que o orçamento e o plano de investimentos da Região para o próximo ano, representam, nas suas previsões e programação essenciais, uma orientação de continuidade face ao Programa de Governo sufragado maioritariamente pelo Açorianos há um ano e às Orientações a Médio Prazo aprovadas há apenas sete meses neste Parlamento.

Difícilmente – para não dizer, incompreensivelmente – poderia acontecer o contrário.

Na verdade, face ao tempo decorrido, cabe ao Governo concretizar o que já projectou e iniciou, e cabe ao Governo honrar os compromissos assumidos perante os Açorianos. Essa continuidade não se confunde com inércia, mas, ao invés, com uma prática governativa evolutiva associada a uma pré-sinalização do seu percurso, enformada pelos princípios da previsibilidade e da estabilidade que referenciam nas sociedades em desenvolvimento a confiança e a segurança dos beneficiários dessa políticas e dos agentes económicos e sociais activos.

Salienta-se que os que a nós se referem como um Governo de políticas de continuidade o fazem em tom depreciativo, mas quando o Governo evidencia arrojo logo nos acusam de irrealismo e de irresponsabilidade.

No ano que agora finda colocava-se em causa, como sempre, a fidedignidade da projecção que fizemos das nossas receitas, a nossa capacidade de cumprimento do limite reduzido de crescimento que impusemos às nossas despesas correntes orçamentadas e a de possuímos os meios para o investimento público programado.

Ora, falemos então do que efectivamente se passou.

De acordo com os dados disponibilizados, já no início destes debates, garantimos que a execução financeira do plano de investimento para o corrente ano, até este mês, assegura desde já o maior esforço de investimento executado na Região desde o início da Autonomia. Existirão, naturalmente, falhas na execução material em algum projecto ou acção, como em toda a parte acontece, mas a par dos casos em que nos atrasámos, por boas ou más razões, aconteceram também, aqueles em que nos adiantámos. A Região investiu, assim, mais uma vez, em crescer.

No final deste mês de Novembro, após o processamento dos vencimentos do mês e dos subsídios de Natal, é já possível ter uma projecção muito aproximada das despesas de pessoal em 2005, e, na globalidade, de todas as despesas de funcionamento. Assim, posso anunciar que conseguiremos este ano uma poupança de cerca de treze milhões de euros em relação ao valor que tínhamos projectado no Orçamento só em despesas correntes. Isto é, não só cumprimos os objectivos inicialmente definidos para 2005, em termos de rigor e contenção, como os ultrapassaremos, obtendo importantes reduções nas despesas com pessoal, com a aquisição de bens e serviços correntes e com os encargos da dívida pública. Ou seja, o Governo fez melhor do que o melhor que se tinha comprometido.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

O mesmo se pode dizer no que toca às previsões das nossas receitas fiscais. No que diz respeito aos impostos sobre o rendimento, cuja arrecadação constitui um indicador social e económico de referência, posso anunciar, hoje, que os resultados

da cobrança em sede de IRS serão superiores aos orçamentados, em dois milhões e sessenta e cinco mil euros e, no caso do IRC, superiores em mais de oito milhões de euros. São montantes reais, objectivos e recebidos, e é sobre eles, aliás, que nas previsões para o próximo ano aplicamos uma taxa de crescimento decalcada da apresentada no Orçamento de Estado aprovado na generalidade, há duas semanas, na Assembleia da República. Ou seja, o Governo estimou com prudência as suas receitas, e estas, ao invés do que outros previam, excederam as nossas próprias expectativas.

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro) e Deputado Francisco Coelho (PS):** *Muito bem!*

**O Orador:** Em síntese, o Governo pode dizer neste momento aos Açorianos que, ao contrário do que a oposição pensava, o Governo previu e previu bem, que poupou e o fez significativamente, que afectou recursos e os tinha realmente.

A mensagem que podemos transmitir, suportada na realidade, é que, os Açorianos, mais uma vez, podem confiar na credibilidade do que propomos e na concretização do que planeamos, na seriedade com que anunciamos e no empenho que depositamos na missão de cumprir.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados:

É com esse enquadramento que apresentámos, discutimos e vamos aprovar o Orçamento e o Plano de Investimentos para o próximo ano.

Reafirmo como orientação principal da política orçamental a manutenção do equilíbrio das finanças públicas, para o que devem concorrer reformas, a subtracção das despesas evitáveis e improdutivas, a angariação de novas receitas que não afectem os direitos dos cidadãos, a contenção das despesas de funcionamento, a modernização da administração pública, a boa orientação do investimento e o controlo financeiro continuado dos fundos e serviços autónomos, das sociedades empresariais com capitais públicos e dos investimentos com encargos de amortização de custos a médio e a longo prazo. Se as nossas finanças públicas não

constituem, para já, motivo de preocupação, o Governo não deixará de agir com o sentido, exigível nos bons como nos maus momentos, de rigor e de precaução, garantindo horizontes sucessivos de tranquilidade. Se é verdade que não somos uma Região que possua todos os meios financeiros necessários para o muito que há a fazer, continuaremos, porém, a não gastar mais do que temos e a procurar, com talento, ter mais com o que podemos gastar.

Podem, desse modo, os Açorianos contar com uma política financeira sustentada, que acautelará sempre roturas e evitará inversões de marcha que resultariam de um descontrolo semelhante ao que se passou a nível nacional, com as mesmas ou maiores consequências nefastas na Região. Os Açores permanecerão como um bom exemplo de boa gestão no País.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Relevo, a propósito, um dos objectivos da presente Legislatura e que tem a ver com a concretização inadiável de reformas no âmbito da modernização, agilização e delimitação funcional da administração pública.

Quero anunciar, nessa área, a implementação em toda administração regional, até ao final do primeiro semestre de 2006, da gestão electrónica da correspondência e documentação. Com esse ganho procedimental tornaremos mais rápidos os actos administrativos, mais eficazes o acompanhamento dos processos e a avaliação das produtividades, promoveremos a racionalização dos recursos e serviremos melhor os cidadãos.

Está já em curso, como é do conhecimento geral, um esforço intenso para a expansão e melhoria de competências da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão, capacitando-a para uma resposta cada vez mais dotada face às necessidades dos utentes da administração. Também até ao final do primeiro semestre do próximo ano, instalaremos Postos de Atendimento ao Cidadão em todos Concelhos dos Açores, logrando, por essa via, mais um instrumento eficaz de acréscimo de acessibilidade.



Este mês, por outro lado, concluída uma indagação rigorosa, passámos a dispor de um Ficheiro Central de Pessoal da Administração Regional permanentemente actualizado, que permitirá, ao contrário do que acontecia, obter em tempo real toda a informação sobre os recursos humanos afectos à administração, facultando uma base adequada para a avaliação e a gestão de pessoal.

Também em breve o Governo irá iniciar a execução de um Plano Regional para a Promoção da Qualidade nos Serviços Públicos, o qual, envolvendo a formação dos funcionários e agentes, estabelecerá padrões de prestação de serviços e mecanismos de avaliação periódica.

No âmbito da delimitação de funções da administração pública e de abertura de novas oportunidades ao sector privado, foram emitidas orientações – já reflectidas, aliás, em algumas revisões orgânicas de departamentos governamentais – no sentido de uma maior contratação de serviços e de equipas de projectos, de uma estruturação dos quadros de pessoal propiciadora de uma maior mobilidade e da extinção de lugares à medida que vagarem, mediante a comprovação da sua dispensabilidade. Tudo isso, sem quaisquer despedimentos, e muito em consequência disso, com o aumento do potencial de formação de novas empresas e da criação de novos empregos.

A partir do primeiro trimestre deste ano, mediante a aprovação do diploma que o Governo submeterá a esta Assembleia, pela primeira vez, desde a formação da administração regional autónoma, vamos passar a dispor de um instrumento jurídico respeitante ao Regime Geral dos Arquivos e do Património Arquivístico Regional, estabelecendo normas relativas aos princípios que o devem enformar, tabelas de selecção e de comunicação e conservação de documentos, instituindo-se um órgão de gestão regional dos arquivos e criando-se comissões de avaliação a nível departamental tendo em conta as massas documentais acumuladas desde 1976.

A racionalização do ciclo de vida dos documentos assegurará uma gestão efectiva dos recursos informativos, gerando o aumento da eficácia administrativa e garantindo a preservação da memória colectiva da Região.

Quero salientar, por fim, e entre outros aspectos a desenvolver no âmbito da reestruturação e modernização da administração pública, a introdução do Cartão

Único do Cidadão, que permitirá, como já foi anunciado a nível nacional, englobar num único documento todos os elementos de identificação de um cidadão – desde o actual Bilhete de Identidade, à sua identificação de contribuinte fiscal, de eleitor ou de utente dos sistemas de saúde e de segurança social – acabar com o preenchimento manual de uma série de formulários e potenciar a assinatura digital de documentos. Posso, nesta ocasião, anunciar que, por proposta do Governo Regional, os Açores foram seleccionados como a região-piloto para a introdução dessa reforma, ganhando, dessa forma, o estatuto de região pioneira na aplicação desse novo conceito de relação entre o cidadão e a administração.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados:

O Plano de Investimentos para 2006, na perspectiva integrada da sua multiplicidade de programas, de projectos e de acções, assenta na concretização dominante de objectivos estruturantes, dos quais destaco a melhoria dos níveis de qualificação do tecido social e económico e o reforço da coesão territorial.

Sabemos, e por isso investimos mais na Educação, que o sucesso educativo, a melhoria do grau académico médio na Região e a especialização profissional são cada vez mais necessários à sustentabilidade da Região e ao aumento da qualidade da empregabilidade, sendo embora os Açores a Região com a mais baixa taxa de desemprego de todo o País.

Sabemos que o apoio às instituições de investigação científica, a projectos de investigação científica e tecnológica com interesse para o desenvolvimento regional, à formação avançada em áreas de interesse prioritário, ao incremento do número de investigadores de mérito e à sua fixação nos Açores, à divulgação da cultura científica, às parcerias entre as instituições de investigação e desenvolvimento e as empresas locais, bem como o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, é essencial como movimento de suporte para a capacitação e a competitividade regionais. Por isso, investimos mais.

Sabemos que o apoio à criação, à fruição e ao associativismo culturais, nas suas matrizes universalista e identitária, constitui uma alavanca para a iniciativa local e para a mundividência tal como a vivificação do nosso património histórico-cultural, material e imaterial, pode tipificar a nossa integração regional no mundo global. Por isso, voltamos a investir mais na Cultura.

Sabemos como as actividades agrícolas e piscatórias representam um esforço produtivo relevante e sectores estruturantes da vivência e do desenvolvimento rurais, e que não é possível conceber os Açores sem considerar o papel desses sectores e do seu contributo para a transformação e para a dinamização das exportações. É também por isso, que ano após ano, e para o ano de novo, investiremos mais nessas áreas.

Sabemos como é importante diversificar a base económica e já sentimos os efeitos multiplicadores do crescimento do destino turístico Açores. É assim que queremos e vamos investir mais na promoção, na qualidade e no apoio às acções empresariais directa e indirectamente implicadas.

Sabemos como o mercado regional e a sua relação com os mercados externos dependem das vias e dos meios de transporte, e da rapidez, qualidade e diminuição dos custos e dos obstáculos que ainda representam. O investimento é, pois, reforçado e criteriosamente seleccionado.

Sabemos como as ilhas mais pequenas e menos populosas carecem de condições de fixação e de janelas de oportunidades. Por isso, investimos mais, desenvolvendo incentivos especiais e programando infra-estruturas que aumentem o seu potencial ocupacional e produtivo.

Sabemos o valor que representa para a integração e coesão sociais a rede de prestação de serviços e de solidariedade que temos nos Açores. Queremos, pois, melhorar a sua qualidade e diversidade, mobilizar a iniciativa empresarial privada para os mesmos fins, e, num aspecto confinante, investir mais na recuperação e adequação aos agregados familiares das habitações degradadas onde vivem e ainda há muita habitação degradada nos Açores.

Sabemos como é complexa e onerosa a prestação de cuidados de saúde face à nossa descontinuidade territorial. Por isso, vamos investir mais, vamos obter receitas e

vamos continuar a introduzir factores e metodologias para a melhoria da sua gestão, da sua qualidade e da sua avaliação.

Sabemos que emergem preocupações justificadas no ambiente em geral, como no abastecimento energético. Iremos investir mais na gestão territorial e na promoção e valorização da qualidade ambiental e conservação dos recursos, e também, com mais vigor, no programa de desenvolvimento da produção de energias alternativas.

Conhecemos o valor da nossa qualidade de região oceânica e de plataforma geoestratégica com várias finalidades. Temos que salientar ainda mais os nossos direitos e tirar maior proveito das nossas potencialidades.

Já somos região de imigração, mas estamos espalhados por todos os continentes. Temos que continuar a apoiar todos os nossos concidadãos.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Açorianas e Açorianos:

Desejo muito – e tudo farei para isso – que tenhamos mais um ano de bom governo, realizando obra e concretizando teimosamente todas essas prioridades.

Sei que, como há dias salientei, a seguir a cada problema resolvido haverá sempre outro problema por resolver. Sei que, de forma constante surgem novos desafios que requerem a nossa competência, o nosso bom juízo, a nossa capacidade de ouvir, de sentir e de dialogar, e renovadas energias. Estamos aqui para isso e por causa disso.

No ano em que vamos comemorar o 30º aniversário da consagração da nossa Autonomia na Constituição da República Portuguesa, tudo faremos para que os Açorianos sintam, intensamente, como é valioso e vantajoso o direito adquirido de administração dos Açores pelos próprios Açorianos.

Muito obrigado.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

*(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Feito o debate sobre estes instrumentos de planeamento e de financiamento, vamos começar a votação.

Vamos começar pela votação na generalidade da Proposta de Decreto Legislativo Regional - Plano Regional para 2006.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional – Plano Regional para 2006, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Passamos à votação na especialidade.

Agradecia aos Srs. Deputados que auxiliassem o trabalho da mesa, porque provavelmente podem-se pôr à votação grupos de programas, desde que não haja oposição da câmara.

Programa 1.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 1 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Programa 2.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O Programa 2 foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Programa 3.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 3 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 15 votos contra do PSD e 1 voto contra do CDS/PP.

**Presidente:** Programa 4.

Para este programa existem 2 propostas de alteração apresentadas pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Se não houvesse oposição da câmara, apresentaria todas as propostas de alteração inicialmente, sem prejuízo de um eventual debate.

De qualquer forma, as propostas já foram apresentadas aquando da intervenção final e parece-me que é escusado estarmos aqui a repetir argumentos que já foram trazidos à câmara.

Faço uma apresentação sucinta das áreas em que o PSD entende que deverá haver uma alteração dos programas propostos.

Em termos da cultura e desenvolvimento cultural, o PSD entende que era importante reformular dois aspectos da política cultural, designadamente ao nível do apoio às actividades de relevante interesse cultural e da aquisição e restauro de bens de valor cultural, em 100 mil euros cada um destes programas, em detrimento da acção cultural promovida por iniciativa governamental, porque entendemos que é mais saudável em termos de desenvolvimento cultural da Região permitir que sejam os dirigentes culturais dos Açores a promover este tipo de iniciativas.

O PSD também entende que deve haver um reforço ao apoio aos media, à comunicação social, que vá de encontro às necessidades sentidas por estes agentes sociais dos Açores, no sentido da importância que tem a informação para os Açores, a importância que tem a comunicação social e essa circulação de informação que nos parece decisiva para a saúde da nossa democracia.

Apresentamos aqui um apoio de reforço de 100 mil euros.

Considerando também a importância da agricultura na nossa sociedade e na nossa economia, e a importância sobretudo de que só se pode manter uma agricultura viva com a respectiva modernização, apresentamos uma proposta no sentido de reforçar em 150 mil euros a verba prevista para reestruturação fundiária.

Apresentamos também um reforço de 150 mil euros para a prevenção da toxicodependência, um drama que afecta muitas e muitas famílias e a vida dos açorianos. O PSD tem ao longo dos últimos anos dado prioridade a este problema na sua acção política, mas infelizmente ainda não foi combatido na medida daquilo que achamos adequado.

Por isso mesmo, o PSD apresenta um reforço de 150 mil euros no sentido da prevenção para este flagelo da nossa sociedade.

Também apresentamos um reforço de 200 mil euros para a criação, melhoramentos e apetrechamentos de equipamentos de apoio à infância e juventude e também 200 mil euros para equipamentos do mesmo género de apoio aos idosos.

Entendemos que em termos sociais é importante fazermos sempre cada vez mais. Constatamos em cada uma das localidades das nossas ilhas a necessidade que existe de equipamentos do género, no sentido de dar boas condições de vida àqueles que estão em situações de maior fragilidade pela idade.

Apresentamos também uma proposta no sentido de criar uma nova acção de apoio ao Laboratório de Ambiente Marinho e Tecnológico, de modo a incrementar-se a produção de hidrogénio renovável, em termos de energias renováveis.

Sabemos que vivemos numa Região dependente da energia.

Também sabemos que vivemos numa Região com grandes capacidades naturais para a produção de energia renovável e sentimos também que esta pode ser uma chave de desenvolvimento futuro dos Açores.

Por isso, nesta medida e sinalizando esta nossa perspectiva de desenvolvimento económico, apresentamos uma proposta de criar uma nova acção a este nível.

Todas as verbas que o Grupo Parlamentar do PSD entende necessárias para concretizar estes reforços de verbas, decorrem fundamentalmente da diminuição ou eliminação de verbas de funcionamento que estão disfarçadas de investimento. E porque entendemos que não é adequado que despesas correntes, despesas de funcionamento de mera conservação, estejam previstas como investimento, o PSD reduz essas verbas no sentido de fundamentar e justificar os investimentos que entendemos mais adequados ao modelo de desenvolvimento que perspectivamos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

**(\*) Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também por uma questão de economia processual, permita-me, Sr. Presidente, que manifeste a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista relativamente a este

conjunto de propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Começo desde já por dizer que, aliás, a única coisa em que estaremos de acordo, é exactamente em tentar agilizar a economia processual deste debate e, nomeadamente destas alterações.

As propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD, diria eu, não nos são surpreendentes, nem são novas. Elas revelam, aliás, alguns traumas públicos (não sei se privados), como sejam sucessivamente um certo ódio contra os edifícios públicos da Região, embora com alguma evolução nesta matéria, é certo. Primeiro eram só os que tinham o Presidente do Governo e os Secretários Regionais. Aliás, relativamente ao Presidente do Governo e ao Palácio de Santana permanece. Depois foi-se alargando e agora já abrange edifícios públicos e conservação mesmo de centros de saúde. E tudo isto para promover coisas que seriam simpáticas, mas que em bom rigor não se conhece, por exemplo, por parte do Governo necessidade de reforços.

Também não percebemos bem, embora seja algo repetido, por que é que o PSD tem este problema, quase freudiano, com o Jornal Oficial. Eu não sei se o PSD defende que se acabarmos com o Jornal Oficial, alguém provavelmente teria que o fazer. E presumo que o não faria de graça, pelo que esta verba teria sempre que existir, já que não acredito, sinceramente, que a proposta do PSD seja que os nossos decretos legislativos regionais passem a ser anunciados aos açorianos de trombeta.

*(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Assim sendo, e porque não há aqui verdadeiramente nada de novo, a não ser estes sinais e estes sintomas que apesar de tudo são conhecidos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, descomplexada e muito tranquilamente, vai reprovar todas as propostas de alteração apresentadas pelo PSD.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Que grande novidade!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão. Tem todo o direito.

**(\*) Deputado Paulo Gusmão (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:



Para referir que compreendo a boa intenção do PSD. Não percebo o que é que tem de mal a distribuição da informação por trombeta ou cavalo. Julgo até que é bastante bonito.

Percebo que tem alguma coisa de mal é na parte dos edifícios públicos, porque não é popular, não é algo que motive as massas em grande forma, mas é património nosso que devemos preservar. Portanto, de uma forma clara, gostaria de dizer isso.

Hoje estou cheio de direitos, mas não tive direito foi aos papéis, mas também não exageramos. Eu não tenho as propostas de alteração, como é costume.

De qualquer forma, percebi mais ou menos o que é que se passava e gostava de dizer que o aumento do apoio às actividades de relevante interesse cultural não merece obviamente a minha oposição, pelo contrário. Julgo que de onde se tira é que não correcto.

Gostaria de salientar a este propósito, que o valor que aqui está consagrado julgo que ainda podia ser mais, mas julgo que foi um gesto sério do Governo Regional que mantém a mesma verba que o ano passado foi aumentada por proposta de alteração que aqui fiz. Poderia ter sido só para o ano passado, mas quero saudar o facto dessa verba ficar agora e espero que para futuro continue a subir e não volte atrás, à verba anterior, da mesma forma que o restauro de bens de valor cultural também aqui é aumentado.

Em suma, era isto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, embora seja conhecido o voto do Grupo Parlamentar desta bancada, que é esclarecedor na sua substância, eu não sei se não seria boa ideia, no sentido do mais cabal esclarecimento do Sr. Deputado Paulo Gusmão, que a mesa lhe pudesse fornecer o enunciado concreto das propostas de alteração que estamos a discutir.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Já está resolvido.

**O Orador:** De qualquer maneira, mesmo que esse problema, que também me parece importante, esteja resolvido, eu pediria, Sr. Presidente, ainda assim, um intervalo regimental de 10 minutos.

**Presidente:** Essa sua comunicação, Sr. Deputado, permite-me esclarecer que não foi problema da mesa. Naturalmente que a mesa não iria discriminar o Sr. Deputado. As propostas foram distribuídas pelos proponentes, mas creio que já está resolvido. Entretanto foi pedido um intervalo de 10 minutos, o qual está concedido.

*Eram 19 horas e 50 minutos.*

**Presidente:** Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:  
Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

*Eram 20 horas e 05 minutos.*

Vamos prosseguir.

Por uma questão de economia processual, como disse o Sr. Deputado Francisco Coelho, uma vez que foram apresentadas e fundamentadas as propostas de alteração do PSD, uma vez que também já foi manifestada a intenção de voto do Partido Socialista, eu perguntava à câmara se é possível pôr à votação, em conjunto, todas as propostas de alteração apresentadas pelo PSD. Parece-me lógico, na sequência do que foi dito.

*(Pausa)*

Parecendo haver concordância da câmara, vamos votar todas as propostas de alteração apresentadas pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** As propostas de alteração foram rejeitadas com 29 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Vamos votar o Programa 4.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 4 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 15 votos contra do PSD e 1 voto contra do CDS/PP.

**Presidente:** Votemos de seguida os Programas 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os programas anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Programa 13.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 13 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Programa 14.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 14 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Programa 15.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O Programa 15 foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Programa 16.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 16 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto contra do CDS/PP, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Votemos de seguida o programa 17.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 17 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Programas 18, 19, 20 e 21.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os Programas 18, 19, 20 e 21 foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Programas 22 e 23.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os programas anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Programa 24.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 24 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD, 1 voto contra do Deputado Independente e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Programa 25.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 25 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Programa 26.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O programa 26 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Programa 27.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O programa 27 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Programa 28.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 28 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Programa 30.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O Programa 30 foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Concluída a votação na especialidade, vamos passar à votação final global do Plano para o ano de 2006.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional – Plano Regional Anual para o ano de 2006 foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Passamos agora à votação da Proposta de Decreto Legislativo relativa ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2006.

Vamos começar pela votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** O Partido Social Democrata tinha apresentado propostas de alteração ao Orçamento, mas ficaram prejudicadas.

Artigo 1º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 1º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 2º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto contra do CDS/PP, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Artigos 3º e 4º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Artigos 5º e 6º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Artigo 7º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo 7º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 8º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 8º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Artigos 9º e 10º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 11º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 11º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Artigo 12º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo 12º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 13º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 13º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Artigo 14º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 14º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Artigos 15º e 16º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Lembro, para efeitos de registo em acta, que a aprovação destes artigos implicou a aprovação dos respectivos mapas.

Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2006, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional – Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2006 foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*



**Presidente:** Srs. Deputados, conforme ficou acordado na Conferência de Líderes, decidimos prolongar os nossos trabalhos.

Vamos debater e votar a **Proposta de Decreto Legislativo Regional – alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 2/2005/A, de 9 de Maio, “Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Regional da Região Autónoma dos Açores”**.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

**(\*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A presente Proposta de Decreto Legislativo Regional visa enquadrar, no âmbito do Decreto Legislativo Regional que discutimos ainda este ano nesta Casa, algumas pequenas especificações e alterações que não têm, na sua essência, grande alteração àquilo que estava neste momento a ser executado.

É apenas e essencialmente a questão de definir claramente que na Região, ao invés do que acontece a nível nacional, em relação à escolha de uma pessoa ligada a uma entidade universitária, deva-se escolher para membro do júri de recrutamento de cargos, nomeadamente direcção intermédia ou equiparados, pessoas com reconhecida competência na área funcional respectiva.

Penso que é uma alteração de pequena monta e fico-me por aqui, em termos de apresentação.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

**(\*) Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para referir, complementando aquilo que disse o Sr. Vice-Presidente e tentando também introduzir alguma economia de tempo, que o diploma, como já foi dito, consagra algumas alterações, clarifica e melhora alguns aspectos do diploma considerado, nomeadamente através de uma melhor clarificação sobre a nulidade de despacho entre a marcação de eleições e a confirmação parlamentar do Governo recém nomeado, que faz no artigo 3º, através do aditamento de 3 pontos.

Temos também uma clarificação dos júris nos procedimentos de recrutamento nos cargos de direcção específica, que é o que se procede no nº 2 do artigo 6º,

formulando a redacção e, finalmente, temos a introdução de um aditamento, o artigo 5º-A, relativo à constituição e composição dos júris para recrutamento dos cargos de direcção intermédia ou equiparados.

Também uma nota apenas às alterações que foram feitas pela Comissão, em termos de recomendações para redacção final, ao nível das epígrafes deste diploma.

Era apenas isto que tinha para dizer neste momento.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é a primeira alteração ao Decreto Legislativo discutido e votado nesta casa no passado mês de Maio. Sete meses passados sofre a sua primeira alteração.

Vem na sequência de um diploma que não mereceu, na altura, a aprovação do PSD. Mantendo a nossa coerência, manteremos o mesmo sentido de voto.

**Deputado José San-Bento (PS):** Não, necessariamente!

**O Orador:** Esta é a demonstração, de que o diploma foi apressado, contrariando a posição antiga do Partido Socialista quanto à nomeação dos dirigentes. Primeiro, a via concursal era a via mais adequada, no entendimento do Partido Socialista, agora mudou de posição. Mas, a nível nacional, a reforma da Administração Central opta novamente pela solução concursal.

Resta saber que novo zigzague vai fazer o Partido Socialista.

**Deputado José San-Bento (PS):** Não há zigzague nenhum!

**O Orador:** O PSD mantém a sua coerência.

Obrigado.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, passamos à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional, foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Passamos à votação na especialidade.

Não há propostas de alteração. Apenas existe, da Comissão, notas para redacção final.

Assim sendo, eu poria à votação todos os artigos na especialidade, incluindo o aditamento do artigo 5º-A.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 15 abstenções do PSD, 1 do CDS/PP.

**Presidente:** Passamos ao debate da **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Atribui o direito à habitação fornecida pela Região aos assessores.**

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(\*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao próximo ponto da ordem de trabalhos, gostaria de referir à câmara e ao Sr. Presidente que há aqui um erro, uma omissão que acho que era importante clarificarmos.

Nós não estamos a falar da alínea b do artigo 6º.

Na Comissão, chamei a atenção do Sr. Presidente, mas com certeza houve alguma falha ao nível dos serviços.

Nós estamos a falar, sim, é da alínea b do nº 2 do artigo 6º, que é efectivamente o que revoga o direito de habitação nos Açores, da carreira de técnico superior.

Isso tem muita relevância para efeitos de uma correcta votação e deliberação da câmara. Daí a chamada de atenção ao Sr. Presidente da Assembleia.

**Presidente:** Muito obrigado pelo seu esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Confirmando que a interpelação que o Sr. Deputado San-Bento faz à mesa é correcta, importa ter atenção na redacção final.

Aliás, o próprio parecer da comissão faz também referência a este facto para que, em sede de redacção final, seja feita esta correcção. De modo que, com este entendimento, o Grupo Parlamentar do PSD declara, desde já, o seu apoio a este diploma, votando favoravelmente.

**Presidente:** Apesar desta antecipação, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, para abordar este diploma.

**(\*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Duas palavras para dizer que o Governo considera que já não se justifica, nos dias de hoje, face à oferta que já existe e há disponibilidade de técnicos superiores para a Administração Regional, as condições que existiam nos anos 70.

Esta característica de incentivo adicional ao acesso à carreira de técnico superior fazia sentido nos anos 70. Hoje em dia, felizmente, já não faz, por isso é que foi daqui retirada.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para efeitos também de registo em acta, nós vamos fazer a primeira votação na generalidade de uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que altera uma alínea do nº 2 do artigo 6º, a alínea b, do Decreto Regional 8/77/A, de 17 de Maio, na redacção dada pelo Decreto Legislativo Regional nº 19/86/A, de 19 de Agosto, que atribui o direito à habitação fornecida pela Região aos assessores.

Vamos votar na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Este diploma tem dois artigos.

Não havendo intervenções vamos votar na especialidade os artigos 1º e 2º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Estes dois diplomas baixam à respectiva comissão para redacção final com os cuidados que foram aqui enunciados e que constam do relatório da Comissão.

Temos ainda um **pedido de autorização para a Sra. Deputada Maria Piedade Lalanda Mano prestar depoimento na qualidade de testemunha.**

Foi elaborado, pela Comissão respectiva, o relatório o qual vou pôr à votação

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O relatório foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Finalmente, temos a **proposta de deliberação** que diz o seguinte:

**“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o plenário de Novembro”.**

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta de deliberação foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Srs. Deputados, permitam-me só, para encerrar, que vos dirija saudações finais.

Muito obrigado pela vossa colaboração.

Boa viagem de regresso e se não nos virmos antes, um Bom Natal para todos.

Muito obrigado.

*(Eram 20 horas e 40 minutos).*

*Deputados que entraram durante a sessão:*

**Partido Social Democrata (PSD)**

**Aires António Fagundes dos Reis**

**José Manuel Cabral Dias Bolieiro**

**Luís Henrique da Silva**

***Deputado Independente***

**Paulo Domingos Alves de Gusmão**

*Deputados que faltaram à sessão:*

***Partido Socialista (PS)***

**Luís Paulo de Serpa Alves**

**Nélia Maria Pacheco Amaral**

---

## **Documento entrado**

**Relatório e Parecer sobre o pedido de autorização para a Deputada Maria da Piedade Lalanda Mano prestar depoimento, como testemunha, nos autos do recurso contencioso de anulação n.º 120/2003, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal Agregado de Ponta Delgada**

### **Capítulo I**

#### **Introdução**

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 24 de Novembro de 2005, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta.

Como ponto único da agenda da reunião constava a apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre o pedido de autorização para a deputada Maria da Piedade Lalanda Mano prestar depoimento, como testemunha, nos autos do recurso contencioso de anulação n.º 120/2003, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal Agregado de Ponta Delgada.

O pedido do Tribunal Administrativo e Fiscal Agregado de Ponta Delgada deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 22 de Novembro de 2005, tendo sido enviada à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, no mesmo dia, para relato e emissão de parecer.

## **Capítulo II**

### **Enquadramento Jurídico**

Nos termos do artigo 24.º do Estatuto Político-Administrativo, o Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores é equiparado ao Estatuto dos Deputados à Assembleia da República no que se refere aos direitos, regalias e imunidades consagrados constitucionalmente.

O n.º 2 do artigo 157.º da Constituição da República Portuguesa, dispõe que os Deputados não podem ser ouvidos como declarantes nem como arguidos sem autorização da Assembleia.

O artigo 11.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia da República (Lei n.º 7/93, de 1 de Março, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 24/95, de 18 de Agosto, n.º 55/98 de 18 de Agosto, n.º 8/99 de 10 de Fevereiro, n.º 45/99 de 16 de Junho e n.º 3/2001 de 23 de Fevereiro) reproduz o referido texto constitucional (n.º 2), estabelece que o pedido de autorização é apresentado pelo juiz competente em documento dirigido ao Presidente da Assembleia (n.º 5) e determina que a decisão é tomada pelo Plenário, precedendo audição do deputado e parecer da comissão competente (n.º 6).

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 1-A/99/A, de 28 de Janeiro, os “assuntos constitucionais, estatutários e regimentais” e a “organização e funcionamento da Assembleia” são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

## **Capítulo III**

## Apreciação do Pedido

Recebido o pedido, a Comissão procedeu à audição da deputada Maria da Piedade Lalanda Mano, nos termos do n.º 6 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados, que informou das razões e circunstâncias em que foi arrolada como testemunha nos autos do referido processo e manifestou a sua disponibilidade para prestar depoimento escrito, gozando da prerrogativa que lhe é conferida pela legislação processual.

### **Capítulo IV**

#### Síntese das posições dos Deputados

Os Grupos Parlamentares do PS e do PSD e o Deputado Independente manifestaram posições de concordância com a autorização para que a deputada preste depoimento por escrito, na qualidade de testemunha.

### **Capítulo V**

#### Conclusões e Parecer

Com base na apreciação efectuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu pela inexistência de qualquer impedimento ao solicitado pelo Tribunal Administrativo e Fiscal Agregado de Ponta Delgada, emitindo, por unanimidade, parecer no sentido de autorizar a deputada Maria da Piedade Lalanda Mano a prestar depoimento por escrito, na qualidade de testemunha, nos autos do recurso contencioso de anulação n.º 120/2003, a correr termos no referido tribunal.

Consequentemente, o pedido está condições de ser agendado para apreciação e deliberação em reunião plenária, conforme dispõe o artigo 11.º do Estatuto dos Deputados.



**Horta, 24 de Novembro de 2005**

O Relator, *Rogério Veiros*

**O presente relatório foi aprovado por unanimidade.**

O Presidente, *Hernâni Jorge*

### **Listagem da correspondência**

#### **1 - Diários:**

Considera-se aprovado na Sessão Plenária o Diário nº 9.

—

**Os Redactores, *José Rodrigues da Costa e Maria da Conceição Fraga Branco***